



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 021/2011 - CONSELHO SUPERIOR

EMENTA: APROVA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI).

O Presidente do **CONSELHO SUPERIOR** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no inciso X, do Art.9º, do Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução nº 001, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 02 de setembro de 2009 e a Reunião do CONSUP no dia 06/12/2011,

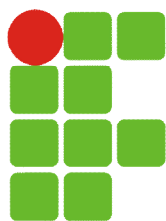
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), referente o período 2010/2014 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da publicação.

Teresina-PI, em 07 de dezembro de 2011.

FRANCISCO DAS CHAGAS SANTANA
Presidente



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAÚÍ**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL - PDI
2010 – 2014**

TERESINA-PI

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ - IFPI

Praça da Liberdade, 1597
Centro, Teresina – Piauí
CEP 64000-040
Telefones: (86) 3215-5224; 3215-5225
Fax: (86) 3215-5206
www.ifpi.edu.br
reitoria@ifpi.edu.br

REITOR *PRO TEMPORE*
Francisco das Chagas Santana

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Paulo Henrique Gomes de Lima

PRÓ-REITOR DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL
João Soares Júnior

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Ana Cláudia Galvão Xavier

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO
Valdira de Caldas Brito Vieira

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Tarciso Furtado Melo

DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS
Antonio João Rodrigues

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Ésio Cordeiro

DIRETOR DO CAMPUS TERESINA CENTRAL
Paulo de Tarso Vilarinho Castelo Branco

DIRETORA DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL
Susana Lago Mello Soares

DIRETOR DO CAMPUS FLORIANO
Darley Fiácrio de Arruda Santiago

DIRETOR DO CAMPUS PARNAÍBA
Raimundo Nonato da Cunha Sobrinho

DIRETOR DO CAMPUS PICOS
Marcus Vinícius Dantas Linhares

DIRETOR DO CAMPUS ANGICAL
Guilherme Medeiros Barçante

DIRETOR DO CAMPUS PIRIPIRI
José da Silva Araújo

DIRETOR DO CAMPUS CORRENTE
Demerval Nunes Souza

DIRETOR DO CAMPUS URUÇUI
Henrique Flávio Melo Silva

DIRETOR DO CAMPUS PAULISTANA
Maria das Graças Batista Rêgo

DIRETOR DO CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO
Raimundo Rocha Rodrigues

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DO PDI

**Rômulo Ribeiro Magalhães de Sousa
Ayrton de Sá Brandim
Carla Cléia Alves da Silva
Darlem Juliana Silva Santana
Francisca Marta Magalhães de Brito
Rogério da Silva
Márcio Maia de Lima
Renato Sérgio Soares Costa
Thiago Ribeiro da Costa
José Carlos dos Santos e Silva
Lauriane Alves do Nascimento
Elizabeth Rodrigues Sales**

Revisão: Prof. MSc. João Pedro de Sousa Ribeiro Filho

EQUIPE DE CONSULTORIA

**Luis Soares de Araújo Filho
Ana Célia Furtado Orsano de Sousa**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Cursos ofertados pelo IFPI por Campus, 2009	16
Quadro 2 – Oferta de cursos do Campus Teresina Centro	82
Quadro 3 – Oferta de cursos do Campus Teresina Zona Sul	83
Quadro 4 – Oferta de cursos do Campus de Floriano.....	84
Quadro 5 – Oferta de cursos do Campus de Parnaíba.....	84
Quadro 6 – Oferta de cursos do Campus de Picos	84
Quadro 7 – Oferta de cursos do Campus de Uruçuí.....	85
Quadro 8 - Oferta de cursos do Campus de Corrente	85
Quadro 9 – Oferta de cursos do Campus de Angical.....	86
Quadro 10 – Oferta de cursos do Campus de São Raimundo Nonato	86
Quadro 11– Oferta de cursos do Campus de Piri-piri.....	86
Quadro 12 – Oferta de cursos do Campus de Paulistana	86
Quadro 13 – Programa de abertura de cursos de pós-graduação	87
Quadro 14 – Programa de abertura de cursos de extensão	88
Quadro 15 – Total de docentes do IFPI, 2009	97
Quadro 16 – Convênios consolidados em MINTER e DINTER	98
Quadro 17 – Total de pessoal técnico-administrativo do IFPI, 2009	98
Quadro 18 - Previsão de receitas e despesas 2010-2014.....	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí.....	37
Figura 2 - Distribuição territorial dos Campi do IFPI.....	38
Figura 3 - Território de Desenvolvimento Entre Rios	39
Figura 4 - Território de Desenvolvimento Planície Litorânea.....	41
Figura 5 - Território de Desenvolvimento Vale do Rio Guaribas	43
Figura 6 - Território de Desenvolvimento Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira.....	44
Figura 7 – Território de Desenvolvimento Chapada das Mangabeiras	47
Figura 8 - Território de Desenvolvimento dos Cocais	49
Figura 9 - Território de Desenvolvimento Serra da Capivara	51
Figura 10 - Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba.....	52

LISTA DE SIGLAS

- ABIPTI** – Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica
- AGESPISA** – Companhia e Água e Esgotos do Piauí S.A.
- ALTEC** – Asociación Latino-Iberoamericana de Gestión Tecnológica
- ANDIFES** – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
- APL** – Arranjos Produtivos Locais
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEFET/PI** – Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí
- CEMAR** – Companhia Energética do Maranhão S.A.
- CEPISA** – Companhia Energética do Piauí S.A.
- CEPRO** – Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí
- CID** – Centro de Inclusão Digital
- CNPq** – Conselho Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
- CTT** – Centro Tecnológico de Teresina
- CNPq** – Centro Nacional de Desenvolvimento Científico
- DA** – Diretório Acadêmico
- EaD** – Educação a Distância
- EMBRATUR** – Empresa Brasileira de Turismo
- ETFPI** – Escola Técnica Federal do Piauí
- EXPOTEC-IFPI** – Exposição Técnica, Tecnológica e Científica
- FAPEPI** – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí
- FINEP** – Financiadora de Estudos e Projetos
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFES** – Instituições Federais de Educação Superior
- IFPI** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
- LDB** – Lei de diretrizes e bases da educação nacional
- MEC** – Ministério da Educação
- NIT** – Núcleo de Inovação Tecnológica
- ONG** – Organização Não-governamental
- PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa Institucional Bolsas de Iniciação Científica

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PNE – Plano Nacional de Extensão

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROENS – Pró-reitoria de Ensino

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

APRESENTAÇÃO

O presente Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI foi elaborado em estrita observância ao estabelecido no Artigo 14 da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em sua composição, seguem-se as orientações previstas no Artigo 16 do Decreto nº. 5.773, de 09 de maio de 2006.

Este documento apresenta uma versão reformulada e atualizada do PDI/IFPI. Para tanto foi constituída uma comissão, conforme Portaria nº 1105, de 27 de setembro de 2010, responsável pela revisão do Plano de Desenvolvimento institucional - PDI. O documento foi construído numa visão gerencial de qualidade voltada para a implantação, consolidação e expansão de uma Instituição de Ensino contemporânea.

Neste documento estão expressos: perfil institucional delineado através de sua filosofia de trabalho, missão à que se propõe, diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, estrutura organizacional, planejamento econômico-financeiro e atividades acadêmicas que pretende desenvolver. Identifica os princípios da construção do saber, da flexibilidade curricular e da interdisciplinaridade como essenciais para a aquisição de aprendizagens significativas, contribuindo para a autonomia intelectual e profissional na qual são consolidadas as Políticas Institucionais e de Gestão em todos os níveis do Projeto Institucional por meio de um processo de planejamento contínuo.

As dimensões apresentadas no PDI contemplam a estrutura organizacional da instituição descrita no seu Regimento Interno. A opção por essa organização possibilitará a definição do planejamento estratégico, tendo como referência sua identidade institucional e as políticas de atuação do IFPI, como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com outras e diversas práticas pedagógicas.

Desse modo, o IFPI pode articular a qualificação técnica com a qualificação social e reafirmar sua missão na produção e na difusão do conhecimento, assim como o compromisso com o avanço e com as transformações da realidade local e nacional.

Este Plano de Desenvolvimento Institucional, portanto, configura-se como uma previsão para que o IFPI se empenhe na conquista de uma qualidade exemplar na área educacional. Essa finalidade será estabelecida a partir da avaliação dos cenários possíveis para o desenvolvimento das sociedades, da produção do conhecimento, do ensino e da aprendizagem. Nessa perspectiva, caberá, então, à comunidade acadêmica e aos gestores do Instituto federal do Piauí tornar progressivamente concretos esses ideais, pelos meios de que se dispõem e dos que devem buscar, considerando, para isso, o conteúdo deste documento.

Este Plano, ao sistematizar um conjunto de informações sobre o IFPI, torna-se um documento de referência institucional. Nesse sentido, compromete toda a comunidade acadêmica na busca e realização dos objetivos e metas estabelecidos para um período de cinco anos, mais especificamente, entre os anos de 2010 e 2014.

SUMÁRIO

1 PERFIL INSTITUCIONAL	11
1.1 Missão do IFPI.....	12
1.2 Histórico do IFPI.....	12
1.3 Objetivos.....	16
1.4 Metas.....	18
1.5 Áreas de Atuação Acadêmica.....	33
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	34
2.1 Inserção Regional.....	34
2.2 Princípios Filosóficos e Teórico- Metodológicos que Norteiam as Práticas acadêmicas.....	52
2.3 Políticas de Ensino.....	53
2.4 Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação Inovação.....	62
2.5 Políticas de Extensão.....	66
2.6 Políticas de Administração.....	74
2.7. Políticas de Articulação e Integração Institucional- PROAI.....	74
2.8. Políticas de Gestão de Pessoas.....	77
2.9 Políticas de Tecnologia da Informação.....	79
2.10. Responsabilidade Social.....	79
3 IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	82
3.1 Cronograma de Desenvolvimento.....	82
3.2 Diretrizes Pedagógicas.....	88
3.2.1 Perfil dos egressos.....	89
3.2.2 Seleção de conteúdos.....	90
3.2.3 Princípios metodológicos.....	91
3.2.4 Processo de avaliação.....	92
3.2.5 Prática profissional, atividades complementares e estágios.....	93
3.3 Integralização dos Cursos.....	95
3.4 Avanços Tecnológicos.....	95
4 CORPO DOCENTE	96
4.1 Requisitos de Titulação.....	97
4.2 Critérios de Seleção.....	97
4.3 Política de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho.....	98
5 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	98
5.1 Critérios de Seleção.....	99
5.2 Política de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho.....	99
6 CORPO DISCENTE	99
6.1 Políticas de Atendimento aos Discentes.....	99
6.2 Formas de acesso.....	101
6.3 Programas de apoio pedagógico e financeiro.....	102
5.4 Estímulo à Permanência.....	103
6.5 Organização Estudantil.....	104
6.6 Acompanhamento dos Egressos.....	105
7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	106
7.1 Estrutura Organizacional.....	106
7.2 Órgãos Colegiados.....	106
7.3 Órgãos Administrativos e Acadêmicos.....	107
7.4 Parcerias com a Comunidade.....	109
8 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	111
9 INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA	118
10 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS	120
11 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	120



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI

2010 – 2014

1 PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanística-técnica-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. O IFPI Tem sede em Teresina, capital do Estado do Piauí, e foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em dezembro de 2009, estava com 5 (cinco) Campi em funcionamento: 2 em Teresina, 1 em Floriano, 1 em Picos e 1 em Parnaíba.

Em conformidade com a Lei nº 11.892/2008, o IFPI tem as seguintes finalidades:

- I - ofertar a educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando pessoas para a atuação profissional nos diferentes setores da economia, com ênfase no desenvolvimento social, econômico em nível local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções para as demandas da sociedade e de acordo com as peculiaridades locais e regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, identificados com base no

mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.1 Missão do IFPI

A partir de suas finalidades, a Missão do IFPI é promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais, destacando-se como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento sustentável.

1.2 Histórico do IFPI

Em 1909, após 101 dias da posse do Presidente Nilo Peçanha, decretou-se a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais, Decreto nº 7.566, de 23 de setembro, fundando, entre outras, a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí.

Em 1910, aconteceu a 1ª reunião de instalação da Escola de Aprendizes Artífices, tendo sido a Escola do Piauí uma das três primeiras a serem instaladas e suas atividades foram iniciadas num velho casarão situado em uma antiga praça denominada Aquidabã, hoje, Praça Pedro II.

Em março de 1910, deu-se início ao 1º ano letivo da Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí. Foram ofertados os cursos de Alfabetização e de Desenho. Os cursos profissionalizantes oferecidos àquela época foram: Arte Mecânica, Marcenaria e Sapataria.

No período de 1937 a 1942, a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí, na vigência do Estado Novo, recebe uma nova denominação: Liceu Industrial do Piauí, devido à meta do governo federal de industrializar o país e de formar os operários para servir ao Parque Industrial Brasileiro. Naquele período, foi construída e inaugurada a sua sede própria, em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje, Praça da Liberdade.

Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial dividiu as escolas da Rede Federal em Industriais e Técnicas. A escola do Piauí passou a ser Escola Industrial de Teresina, continuando a formar profissionais na área da indústria, com ênfase em metal-mecânica. Permaneceu com essa denominação até 1965.

De 1965 a 1967, a Escola do Piauí passa por mais uma denominação, Escola Industrial Federal do Piauí, com autonomia para implantar cursos técnicos industriais. Os primeiros cursos técnicos de nível médio foram os cursos de Edificações e Agrimensura.

Em 1967, a Escola passa por mais uma mudança em sua denominação, recebendo o nome de Escola Técnica Federal do Piauí- ETFPI. Ofertava, além dos cursos da área industrial, os da área de serviços: Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nesse período, também foi oportunizado o ingresso às mulheres (RODRIGUES, 2002).

De 1970 a 1994, houve uma preocupação com a qualificação do corpo docente. Oportunizou-se aos docentes a participação em curso de especialização, fora do Estado, em Minas Gerais. Além disso, outros docentes conseguiram aprovação em Programas de Mestrado e Doutorado.

Em 1994, dois fatos marcaram a história da ETFPI: a implantação da primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), em Floriano-PI, autorizada pela Portaria MEC nº 934, de 16/06/1994, DOU de 17/06/1994, e a autorização para a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí- CEFET-PI, através da Lei n. 8.948/1994.

A Escola Técnica Federal do Piauí obteve parecer favorável para se transformar em CEFET em 1997. Entretanto, a portaria que autoriza a ETFPI a transformar-se em CEFET só foi expedida no mês de março de 1999. Essa transformação de Escola Técnica em Centro Federal ocorreu para atender às novas demandas sociais de formação de técnicos de nível superior, motivada pela expansão dos conhecimentos tecnológicos e pelas alterações/ inovações nos sistemas produtivos (RODRIGUES, 2002).

A Escola Técnica Federal do Piauí ancorou-se em suas experiências nos diversos serviços prestados à comunidade. Enfrentaram-se dificuldades e avançou-se no terreno do Ensino Profissional Tecnológico, pela oferta de um curso de Tecnologia em Informática, a partir de 1999. Foi nesse momento histórico que se realizou o primeiro vestibular do CEFET-PI, para o curso superior de Tecnologia em Informática. O primeiro vestibular para esse curso ocorreu em julho do ano referido, com uma oferta de 64 vagas, distribuídas igualmente entre os turnos tarde e noite. Atualmente, o curso da área de Informática foi aperfeiçoado e recebeu outra denominação: Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Esse curso tem mantido um padrão de elevada qualidade, validada por uma procura intensa, nos vestibulares realizados na Instituição. Os índices dessa procura sugerem a plena aceitação e valorização do Curso, além do crescimento da credibilidade da Instituição.

No ano de 2001, o CEFET-PI, implantou outros cursos, totalizando dez: Gestão de Recursos Humanos; Alimentos; Radiologia; Geoprocessamento; Gestão Ambiental; Secretariado Executivo; Redes de Comunicação; Ciências Imobiliárias; Comércio Exterior e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. A demanda tem aumentado a cada ano por não existir no Piauí outras instituições públicas que ofereçam cursos voltados para a área tecnológica.

Outro ponto a ser destacado na oferta de Educação Superior no CEFET-PI é o da implantação de cursos de formação de professores, tendo por base o Decreto nº 3.462, de 17 de maio de 2000. O primeiro vestibular realizado nessa área ofertou 30 vagas em cada uma das Licenciaturas oferecidas.

Em 2004, o CEFET-PI teve o seu primeiro diretor-geral eleito pelo voto popular. O público votante foi constituído pelos docentes, discentes e servidores administrativos.

Em 2006 foi implantado o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio e as modalidades concomitante e subsequente, e não mais foi ofertado só o Ensino Médio, porque essa modalidade de ensino se tornaria exclusivamente de responsabilidade dos Estados.

O ano de 2007 foi marcado pelas inaugurações das UNEDs de Parnaíba, autorizada pela Portaria MEC nº 1.977, de 18/12/2006, e de Picos, autorizada pela Portaria MEC nº 1.976, de 18/12/2006. As duas unidades descentralizadas foram inauguradas pelo Ministro da Educação Fernando Haddad em solenidade com a comunidade e presenças de autoridades municipais e estaduais. Nas duas unidades estão sendo ofertados cursos técnicos e no ano de 2009 foram implantados os

primeiros cursos superiores, especialmente os de Licenciatura, na área de Ciências da Natureza, devido à grande carência de profissionais da Educação Básica nas regiões em que estão funcionando. Outros marcos importantes em 2007 foram a implantação do Programa Nacional de Educação Profissional para Jovens e Adultos - PROEJA e a implantação dos cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade especialização, em diversas áreas.

Na fase II da expansão da Rede Federal, iniciada ainda em 2007, foi autorizada a construção de mais 6 (seis) UNEDs no Piauí a serem implantadas nas cidades de Angical, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçuí.

Diversos são os destaques em 2008 para o CEFET-PI, entre eles, os seus 99 anos de existência no Estado do Piauí, oferecendo cursos técnicos profissionalizantes e cursos superiores nas modalidades bacharelado, tecnológica e licenciatura; reformas e ampliação da Unidade Sede e UNED Floriano, Picos, Parnaíba e Teresina; repasse, pela Prefeitura Municipal de Teresina – PMT, do Centro Tecnológico de Teresina – CTT, que passou a se chamar Unidade de Ensino Descentralizada “Prof. Marcílio Rangel”- UNED Teresina; construção de outras UNEDs em municípios piauienses: Angical, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato, Corrente, Uruçuí; implantação da Educação a Distância – EAD; aprovação do Projeto de Lei no Congresso Nacional e no Senado, que transformou os CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, tendo ocorrido a sanção presidencial no dia 29 de dezembro de 2008.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, através dos seus Campi em funcionamento em 2009, oferece cursos nas diversas modalidades, conforme o Quadro 1. Como está demonstrado neste Quadro, o IFPI está com uma oferta diversificada de cursos e modalidades.

Quadro 1- Cursos ofertados pelo IFPI por Campus, 2009

Modalidades	Cursos/ Campus				
	Teresina Centro	Teresina Zona Sul	Floriano	Picos	Parnaíba
Superior de Tecnologia	Alimentos	Gastronomia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	-	-
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	-	-	-	-
	Geoprocessamento	-	-	-	-
	Gestão Ambiental	-	-	-	-
	Gestão de Recursos Humanos	-	-	-	-
	Radiologia	-	-	-	-
	Secretariado	-	-	-	-
Licenciatura	Biologia	-	Biologia	Química	Química
	Física	-	Matemática	Física	Física
	Matemática	-	-	-	-
	Química	-	-	-	-
Bacharelado	Engenharia Mecânica	-	-	-	-
Técnico Integrado	Administração	Edificações	Edificações	Administração	Informática
	Eletrônica	Cozinha	Eletromecânica	Eletrotécnica	Edificações
	Eletrotécnica	Saneamento	Informática	Informática	Eletrotécnica
	Informática	Vestuário	-	-	-
	Mecânica	-	-	-	-
Técnico Subsequente	Administração	Edificações	Edificações	Administração	Administração
	Artes Visuais	Cozinha	Eletromecânica	Eletrotécnica	Informática
	Contabilidade	Saneamento	Informática	Informática	Edificações
	Eletrônica	Vestuário	-	-	Eletrotécnica
	Eletrotécnica	Estradas	-	-	-
	Informática	Panificação	-	-	-
	Mecânica	-	-	-	-
	Música	-	-	-	-
	Refrigeração	-	-	-	-
Segurança do Trabalho	-	-	-	-	
EJA	Edificações	Cozinha	Eletromecânica	Administração	Informática
	Comercio	-	Informática	Informática	-
	Manutenção de Computadores	-	-	-	-

1.3 Objetivos

São objetivos do IFPI:

I - ministrar a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar a educação superior nas seguintes modalidades:

a) cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

III - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

IV - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

V - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

VI - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Esses objetivos, definidos com base na Lei nº 11.892/2008 e em consonância com a missão e finalidades do IFPI, estão articulados com as dimensões institucionais e com as metas prioritárias, estabelecidas para o período deste PDI, o que representa o compromisso da gestão com o desenvolvimento institucional.

Neste documento, as dimensões que se articulam com as metas institucionais foram definidas com base na estrutura organizacional da instituição, formadas pelas Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas, definidas no organograma institucional como órgãos da administração responsáveis pelo planejamento e implementação das políticas institucionais. Dessa forma, as metas institucionais estão distribuídas de forma articulada em seis dimensões:

I - Ensino;

II - Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica;

III - Extensão;

IV - Administração;

V - Desenvolvimento e Integração Institucional;

VI- Diretorias Sistêmicas:

Diretoria de Gestão de Pessoas;

Diretoria de Tecnologia da Informação.

Apresenta-se a descrição detalhada das metas definidas para cada dimensão a serem desenvolvidas no período 2010-2014, tendo por base o Termo de Metas e Compromissos, assinado pelo IFPI junto ao Ministério da Educação (MEC).

1.4 Metas

Metas para a Dimensão I – Ensino

I - Alcançar a meta mínima de 90% de eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficiência da Instituição será calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas.

II - Alcançar a meta mínima de 80% de eficácia da Instituição até o ano 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.

- III - Assegurar até 2014 a oferta regular das vagas autorizadas para todos os cursos oferecidos nos níveis técnico e superior, na modalidade presencial e a distância.
- IV - Assegurar a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor.
- V - Implantar anualmente, pelo menos, um projeto por Campus que vise à elevação da qualidade do ensino em todos os cursos oferecidos, de forma articulada com a pesquisa, a extensão e a difusão de conhecimentos e tecnologias.
- VI - Implantar novos cursos nos Campi nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em resposta às necessidades locais e ao desenvolvimento regional e nacional.
- VII - Ampliar anualmente o acervo bibliográfico da biblioteca dos Campi de forma a favorecer o acesso à informação atualizada a toda a comunidade acadêmica.
- VIII - Avaliar anualmente todos os cursos oferecidos nos Campi do IFPI, adotando os indicadores propostos pelo MEC/INEP, tanto para os cursos superiores como para os cursos de educação básica e técnica.
- IX - Atualizar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos pelo IFPI com base nos resultados das avaliações institucionais realizadas anualmente.
- X - Ampliar o número de bolsas de monitoria e a redistribuição das bolsas atuais, de acordo com o edital apresentado.
- XI - Implantar cursos técnicos e de graduação na modalidade a distância.
- XII - Promover ações que fortaleçam a estrutura organizacional da educação a distância.
- XIII - Implementar o PROEJA em todos os Campi, visando à oferta de uma educação inclusiva.
- XIV - Implementar e acompanhar a flexibilização dos currículos dos cursos de nível médio e superior.
- XV - Criar instrumento normatizador para creditação das atividades de ensino nos níveis de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão nos currículos.

Metas para a Dimensão II – Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica

I - Firmar convênios com programas de Pós-Graduação *stricto sensu* de outras IES visando incrementar as atividades de formação continuada dos servidores de cada Campus.

II - Promover em cada Campus, pelo menos, um encontro anual de intercâmbio entre os pesquisadores e alunos das diversas áreas de conhecimento, visando ao desenvolvimento de redes de estudo.

III - Realizar anualmente seminários e reuniões com a participação das unidades acadêmicas e administrativas, visando a um efetivo trabalho interdisciplinar.

IV - Apoiar a criação de núcleos de estudos inter e multidisciplinares.

V - Ampliar o Programa Institucional de Iniciação Científica, visando aumentar anualmente um percentual de 10% do número de alunos envolvidos com o método científico e as atividades de Pesquisa em cada Campus.

VI - Ampliar anualmente em 10% o financiamento de bolsas de iniciação científica em cada Campus.

VII - Realizar anualmente em cada Campus, pelo menos, um evento de iniciação científica para incentivar a integração acadêmica e o intercâmbio institucional.

VIII – Apoiar professores de todos os Campi na realização de pesquisas aplicadas voltadas para o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

IX - Ofertar anualmente, pelo menos, um curso de Pós-Graduação *lato sensu* visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

X - Ofertar cursos de mestrado e doutorado na modalidade interinstitucional visando constituir no IFPI bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

XI - Fortalecer o Programa de Iniciação Científica em todos os Campi, ampliando a concessão de bolsas nos seguintes termos:

a) aumentar o número de bolsas de 25 (vinte e cinco) para 90 (noventa) no período de 2010 - 2012, com a seguinte distribuição:

30 (trinta) para o *Campus* Teresina;

15 (quinze) para o *Campus* Floriano;

5 (cinco) para o *Campus* Teresina Zona Sul;

5 (cinco) para *Campus* Parnaíba;

5 (cinco) para *Campus* Picos;

5 (cinco) para o *Campus* de Angical;

5 (cinco) para o *Campus* de Corrente;

- 5 (cinco) para o Campus de Paulistana;
- 5(cinco) para o Campus de Piripiri;
- 5 (cinco) para o Campus de São Raimundo Nonato;
- 5 (cinco) para o Campus de Uruçuí.

b) aumentar o número de bolsas de 90 (noventa) para 185 (cento e oitenta e cinco) no período de 2013 - 2014, assim distribuídas:

- 50 (cinquenta) para o *Campus* Teresina;
- 30 (trinta) para o Campus Florianópolis;
- 15 (quinze) para o *Campus* Teresina Zona Sul;
- 15 (quinze) para *Campus* Parnaíba;
- 15 (quinze) para *Campus* Picos;
- 10 (dez) para o Campus de Angical;
- 10 (dez) para o Campus de Corrente;
- 10 (dez) para o Campus de Paulistana;
- 10 (dez) para o Campus de Piripiri;
- 10 (dez) para o Campus de São Raimundo Nonato;
- 10 (dez) para o Campus de Uruçuí.

XII - Instalar a sede do Núcleo de Informação Tecnológica no IFPI.

XIII - Promover atividades de formação de recursos humanos aptos a desenvolverem programas de informação empresarial; gestão tecnológica; fontes e serviços de informações tecnológicas; informações técnicas aplicadas; gestão de serviços produtivos; tecnologia da informação e planejamento estratégico.

XIV - Assinar um serviço de informação on-line, que disponibilize notícias e informações empresariais, científicas, médicas e técnicas, em nível global.

XV - Filiar o IFPI às duas Associações de Gestão da Inovação Tecnológica, tais como: ABIPTI (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica) e ALTEC (Asociación Latino-Iberoamericana de Gestión Tecnológica).

XVI - Divulgar os serviços do NIT no formato on-line.

XVII - Assinar DIALOG ou DERWENT – dois dos maiores provedores de informação mundial.

XVIII - Realizar anualmente encontros e palestras sobre PI com especialistas na área de PI/Patentes.

XIX - Implantar em cada Campus um Centro de Inclusão Digital (CID).

XX - Ampliar anualmente os convênios de cooperação técnica, parcerias e difusão de conhecimentos e tecnologias.

XXI - Implantar um sistema de avaliação da produção científica do corpo docente do IFPI baseado nos seguintes indicadores anuais: número de publicações; pesquisas desenvolvidas; pesquisas orientadas; projetos de iniciação científica.

XXII - Criar até 2012, pelo menos, dois grupos de pesquisa em cada Campus.

Metas para a Dimensão III – Extensão

I - Capacitar pessoas da comunidade por meio de cursos de atualização e aperfeiçoamento, na forma presencial e à distância, com base nas necessidades dos Campi e do meio social, preferencialmente do entorno dos diversos Campi, com oferta de pelo menos uma atividade por semestre.

II - Ofertar em cada Campus cursos de extensão para o aprendizado de línguas estrangeiras com periodicidade semestral.

III - Ofertar anualmente em cada Campus, pelo menos, um curso de formação pedagógica para os portadores de diploma de curso superior, com a atuação no magistério da educação básica, técnica e tecnológica da rede pública.

IV – Capacitar em cada Campus, através de cursos de formação continuada, alunos e servidores nas habilidades de comunicação em informática e língua estrangeira - expressão oral e escrita.

V – Ofertar em cada Campus e em cada semestre letivo, cursos, palestras, encontros, teleconferências e outros recursos disponíveis para a difusão dos princípios do empreendedorismo.

VI - Ampliar a interação com a comunidade interna e externa por meio da prestação de serviços científicos e tecnológicos especializados em cada Campus.

VII – Oferecer em cada Campus, anualmente, cursos de formação continuada nas diferentes áreas do conhecimento.

VIII – Promover anualmente em cada Campus uma Feira Tecnológica com exposição de equipamentos produzidos por professores e alunos, e também com prestação de serviços à comunidade.

IX – Participar com professores e alunos de cada Campus, de eventos de prestação de serviços a comunidades carentes, em parceria com outras instituições locais.

X – Realizar anualmente, no Campus central de Teresina, o Seminário de Extensão para a divulgação à comunidade dos projetos de disseminação de tecnologias e de prestação de serviços desenvolvidos em todos os Campi.

XI - Implantar um Programa institucional de assistência estudantil que possibilite condições mínimas de atenção aos alunos provenientes das classes sociais desfavorecidas, visando ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao acesso e permanência dos estudantes nos Campi.

XII - Desenvolver projetos articulados às ações de ensino e pesquisa, junto às escolas da rede oficial de ensino, municipais e estaduais, na perspectiva de solucionar problemas da educação básica nos municípios atendidos pelos Campi, envolvendo professores e alunos dos cursos de licenciatura.

XIII - Promover até 2014 a expansão dos Programas institucionais de Inclusão Educacional e Social ampliando a oferta de vagas em 50% nos Campi.

XIV - Implantar em 2012 um sistema em rede para cadastramento, acompanhamento e avaliação das atividades de Extensão cujos relatórios deverão ser divulgados semestralmente.

XV - Estabelecer indicadores de qualidade para análise de mérito das atividades de extensão desenvolvidas nos Campi do IFPI a partir de 2012.

XVI - Monitorar anualmente a implementação do Regulamento de Estágio aprovado em 2011 visando à aplicação da Lei Nº 11.788/2008 como garantia dos direitos e deveres das concedentes, estagiários e instituição de ensino dirimindo dúvidas e contribuindo na operacionalização do novo Regulamento.

XVII - Promover anualmente um Seminário de Extensão para a socialização de projetos e prestação de serviços desenvolvidos nos Campi.

XVIII - Promover anualmente uma feira intercampi nas áreas de Inovação, Empreendedorismo, Estágio, Jovem Aprendiz e Emprego, com a participação dos egressos da Instituição.

XIX - Promover anualmente uma Mostra Itinerante de Profissões visando à divulgação dos cursos ofertados pelo IFPI, à orientação vocacional de jovens e adultos e à inserção no mundo do trabalho.

XX - Ampliar a oferta dos cursos de formação inicial e continuada em 50% nos Campi até 2014.

XXI - Propiciar a partir de 2012 o desenvolvimento cultural local e regional estimulando atividades artísticas, folclóricas e turísticas através de concursos.

XXII - Promover a articulação com os campi para construir a Agenda Cultural Anual participando na promoção dos eventos institucionais nos Campi.

XXIII - Incentivar a criação de cursos de formação inicial e continuada presencial e a distância em 30% (2012), em 60% (2013) e em 100% (2014) nos Campi.

XXIV - Ampliar a oferta de vagas nos Programas governamentais de Inclusão Educacional e Social em 50% nos Campi até 2014.

XXV - Fortalecer a participação de docentes e discentes em editais, prêmios, eventos com premiação nacionais e internacionais atendendo a cerca de 10 % das chamadas públicas a partir de 2012.

XXVI - Fortalecer os encontros de Extensão transformando-os a partir 2013 em um fórum anual como espaço permanente de debates para as atividades de extensão.

XXVII - Instalar incubadoras tecnológicas e de empreendimentos solidários em 30% dos Campi (2012) como projetos pilotos visando à expansão em 100% até 2014.

XXVIII - Instalar Empresa Junior em 30% dos Campi (2012) como projetos pilotos visando à expansão em 100% até 2014.

XXIX - Ampliar o atendimento da assistência estudantil em 5% do número de estudantes até 2014.

XXX - Implantar um Programa anual para a execução de atividades de Extensão com de bolsas de extensão para docentes e discentes a partir de 2012.

XXXI - Aumentar o número de pessoas diretamente atendidas pelas atividades de extensão comunitária até 2014.

XXXII - Motivar a inclusão das atividades de extensão como componente curricular dos Projetos Políticos Pedagógicos que promovam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Metas para a Dimensão IV – Administração

I - Consolidar e elaborar a Proposta Orçamentária Anual do IFPI.

II - Anualmente supervisionar a Execução Orçamentária Contábil e Financeira dos Campi.

III - Aperfeiçoar anualmente os métodos de gestão quanto à autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial.

IV - Anualmente descentralizar a gestão orçamentária, contábil, financeira e polinomial.

- V - Anualmente implantar sistemas informatizados visando um melhor desempenho funcional da Reitoria e dos Campi.
- VI - Otimizar os processos administrativos anualmente visando garantir uniformidade, eficácia e economicidade no desenvolvimento das ações.
- VII - Anualmente institucionalizar programas de conscientização visando a racionalização e redução de gastos com energia elétrica, água, telecomunicações, material de consumo e outros serviços.
- VIII - Anualmente publicizar relatórios de execução de recursos orçamentários do IFPI.
- IX - Aperfeiçoar até 2014 os processos de comunicação internos com o objetivo de melhorar os fluxos decisórios.
- X - Aperfeiçoar e modernizar a metodologia de elaboração da proposta orçamentária anual, tornando-a mais participativa.
- XI - Anualmente planejar e disponibilizar recursos orçamentários necessários ao atingimento dos objetivos e metas estabelecidas pela Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas e dos Campi, tendo como referência o PDI e o Termo de Compromissos e Metas assinado pelo IFPI e MEC.
- XII - Anualmente participar das ações e atividades promovidas pelo IFPI, visando a consolidação do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado do Piauí.
- XIII - Concretizar anualmente o processo de autonomia administrativa, financeira, contábil e patrimonial dos Campi.
- XIV - Viabilizar semestralmente a capacitação de servidores dos Campi, visando à descentralização total das atividades orçamentária, contábil, financeira, patrimonial, compras, licitações e administrativos.
- XV - Anualmente realizar a execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos disponibilizados para Reitoria.
- XVI - Semestralmente implantar e padronizar procedimentos contábeis, orçamentários e financeiros visando à otimização dos recursos humanos.
- XVII - Anualmente definir sistemas informatizados a serem adquiridos, visando à modernização dos procedimentos das áreas de atuação da Pró-Reitoria de Administração.
- XVIII - Anualmente operacionalizar os Sistemas de Acompanhamento de Metas do SIMEC/MEC, Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal.

XIX - Anualmente supervisionar e acompanhar a execução dos Campi no sistema de Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal.

XX - Realizar periodicamente as licitações visando à consolidação do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Piauí.

XXI - Realizar periodicamente as licitações visando à reestruturação física da Reitoria e Campi.

XXII - Implantar até dezembro de 2012 as Coordenações de Contratos e Transporte, visando concretizar a estrutura organizacional do Departamento de Administração da PROAD.

XXIII - Supervisionar anualmente a execução patrimonial dos Campi.

XXIV - Realizar periodicamente as compras por consultas solicitadas pela Reitoria.

Metas para a Dimensão V – Articulação e Integração Institucional

I - Atualizar o PDI em 2011 tendo como referência o Termo de Compromisso e Metas assinado pelo IFPI junto ao MEC.

II - Viabilizar o processo de recredenciamento da instituição junto ao MEC, para oferta de cursos superiores, conforme Lei do SINAES, até março de 2012

III – Promover, até 2012, a atualização de todo o acervo documental que regulamenta as ações do IFPI em relação à nova estrutura administrativa e organizacional e implementar, de forma sistemática, a gestão participativa em todos os Campi.

IV - Fortalecer a Comissão Própria de Avaliação – CPA, oferecendo as condições necessárias para a execução dos trabalhos de autoavaliação, referente ao segundo ciclo avaliativo institucional 2010 – 2011 em todos os Campi.

V - Promover um fórum anual de gestores do IFPI visando à articulação da gestão institucional através da socialização de experiências exitosas na gestão acadêmica e administrativa.

VI - Promover dois encontros estratégicos anuais visando à articulação de ações conjuntas entre as Pró-Reitorias com vistas à implementação de metas institucionais previstas no PDI, incluindo a ampliação de parcerias com instituições locais, nacionais e internacionais visando ao desenvolvimento de projetos.

VII - Promover no mínimo dois encontros anuais com os Diretores Gerais dos Campi visando à elaboração e o acompanhamento do plano de gestão dos Campi, com base nas metas definidas no planejamento estratégico do IFPI.

VIII - Otimizar o uso do sistema SUAPE no monitoramento da gestão institucional, com base no monitoramento das ações definidas no planejamento estratégico do IFPI até dezembro de 2011.

IX – Implantar, até 2013, sistemas informatizados de monitoramento por câmeras, visando à segurança das pessoas e do patrimônio do IFPI em cada campus.

X – Implantar, até 2012, um sistema otimizado de comunicação entre os Campi, utilizando a videoconferência, oportunizando através de reuniões virtuais a redução de custos com passagens e diárias destinadas aos servidores.

XI – Aperfeiçoar, de forma sistemática, até 2013, os processos de comunicação internos e externos do IFPI, implantados de forma articulada em todos os Campi.

XII – Desenvolver, até 2014, um programa institucional, em todos os Campi, de inclusão digital articulando ações de inserção das comunidades internas e externas em relação ao atendimento de suporte e controle do uso contínuo do acesso à Internet.

XIII - Disponibilizar, até 2013, um banco de dados, visando à unificação das informações relativas às produções científicas, artísticas, culturais e tecnológicas dos Campi.

XIV - Criar instrumentos de regulamentação e obrigatoriedade da manutenção e atualização dos bancos de dados, conforme as determinações institucionais e dos órgãos de fomento, com o intuito de disponibilizar e divulgar a produção intelectual de todos os Campi até 2013.

XV - Organizar um fórum anual de gestores do IFPI visando à articulação da gestão institucional.

XVI - Organizar anualmente oficinas com os Pró-Reitores e Diretores Sistêmicos visando promover a articulação entre essas pastas para a construção do planejamento estratégico institucional.

XVII - Organizar um encontro anual com os Diretores Gerais visando à definição do plano de gestão dos Campi, com base nas metas definidas no planejamento estratégico do IFPI.

XVIII - Construir relatório semestral com base no monitoramento das ações definidas no planejamento estratégico do IFPI através do SUAPE.

XIX - Organizar anualmente um fórum institucional com os gestores para avaliar e socializar experiências exitosas na gestão do IFPI.

XX - Construir relatório semestral com base no monitoramento da implementação das metas previstas no “Termo de acordos e Metas”.

XXI - Coordenar anualmente a construção de um Relatório de Gestão da instituição no período de janeiro a março.

XXII - Formatar anualmente uma versão simplificada do Relatório de Gestão, no período de março a abril, para divulgação interna.

XXIII - Informar anualmente os indicadores da instituição no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC) no mês de janeiro.

XXIV - Informar anualmente a situação do aluno da instituição referente ao Censo da Educação Básica (Educacenso) no período de fevereiro a março.

XXV - Gerenciar a organização das informações anuais para preenchimento do Censo da Educação Superior (SiedSup) no período de fevereiro a maio.

XXVI - Gerenciar a organização das informações anuais para preenchimento do Educacenso no período de maio a agosto.

XXVII - Promover anualmente três treinamentos para funcionários dos diversos Campi visando socializar informações sobre os sistemas: Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), Educacenso e SiedSup, no período de fevereiro a setembro.

XXVIII - Realizar cadastros anuais, com base no ciclo do SINAES, para enquadrar os cursos e coordenadores da instituição no sistema do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) no período de setembro a outubro.

XXIX - Formalizar cadastro anual para a adesão do IFPI - Pró-Reitoria de Ensino ao sistema do Sisu (Sistema de Seleção Unificado) no período de outubro a novembro.

XXX - Monitorar semestralmente a organização de informações do banco de dados estatístico construído pelo controle acadêmico de cada campus nos meses de fevereiro e agosto.

XXXI - Anualmente dar suporte à Pró-Reitoria de Administração no Fórum de Planejamento (FORPLAN) para elaboração da matriz orçamentária, no período de maio a junho.

XXXII – Para o ano de 2010:

- Conclusão da Obra de Ampliação do Bloco “B” do Campus Teresina Central.
- Construção de bloco de laboratório e serviços de colocação de revestimento cerâmico no IFPI - Campus de Parnaíba.

- Construção de quadra poliesportiva do IFPI – Campus Teresina Zona Sul.
- Reforma do Muro do IFPI – Campus Floriano.
- Climatização do refeitório do IFPI – Campus Angical do Piauí.
- Pavimentação asfáltica do acesso ao IFPI – Campus Picos.

XXXIII - Para o ano de 2011:

- Início das obras de construção do Campus do IFPI de Oeiras.
- Início das obras de construção do Campus do IFPI de Pedro II.
- Início das obras de construção do Campus do IFPI de São João do Piauí.
- Início das obras de construção para conclusão do Campus do IFPI de Paulistana.
- Adquirir terreno com área de 4,7 hectares para ampliação do Campus Floriano.
- Construção de bloco de laboratório e serviços de colocação de revestimento cerâmico no IFPI - Campus de Picos.
- Elaboração de projeto executivo para implantação de 03 (três) novos Campi do IFPI em Valença do Piauí, Cocal e Campo Maior.

XXXIV - Para o ano de 2012:

- Finalização das obras de construção do Campus do IFPI de São João do Piauí.
- Finalização das obras de construção do Campus do IFPI de Oeiras.
- Finalização das obras de construção do Campus do IFPI de Pedro II.
- Finalização das obras de construção do Campus do IFPI de Paulistana.
- Início das obras de construção do Campus do IFPI de Valença do Piauí.
- Início das obras de construção do Campus do IFPI de Campo Maior.
- Início das obras de construção do Campus do IFPI de Cocal.
- Início das Obras da Sede da Reitoria.
- Iniciar a ampliação do campus Floriano.
- Construção de ginásio poliesportivo do IFPI - Campus de Paulistana.
- Construção de ginásio poliesportivo do IFPI - Campus de Piripiri.
- Construção de ginásio poliesportivo, serviços de revisão da cobertura, drenagem pluvial e colocação de revestimento cerâmico do IFPI - Campus de Corrente.

- Construção de ginásio poliesportivo, reforma da piscina e colocação de revestimento cerâmico no IFPI - Campus de Angical do Piauí.
- Construção de ginásio poliesportivo, muro da fachada, bloco de vestiários e lavanderia do IFPI - Campus de Uruçuí.
- Construção de ginásio poliesportivo, construção de guarita, muro e colocação de revestimento cerâmico do IFPI - Campus de São Raimundo Nonato.
- Construção de arquibancadas e bloco de vestiários no IFPI – Campus Teresina Zona Sul.
- Reforma da biblioteca, construção de arquibancadas e bloco de vestiários no IFPI – Campus Picos.
- Construção de arquibancadas e bloco de vestiários no IFPI – Campus Parnaíba.
- Construção de arquibancadas, reforma do refeitório e reforma do bloco de vestiários do IFPI – Campus Floriano.

XXXV - Para o ano de 2013:

- Finalização das Obras da Sede da Reitoria.
- Finalização das obras de construção do Campus do IFPI de Valença.
- Finalização das obras de construção do Campus do IFPI de Cocal.
- Finalização das obras de construção do Campus do IFPI de Campo Maior.
- Construção de Academia e Piscina nos Campi do IFPI de Angical do Piauí, Floriano, Picos, São Raimundo Nonato, Paulistana, Corrente, Parnaíba, Piripiri, Uruçuí, São João do Piauí, Oeiras, Pedro II, Teresina Zona Sul, Valença, Cocal, Campo Maior.
- Elaboração de projeto executivo para implantação de 02 (dois) novos Campi do IFPI.

XXXVI - Para o ano de 2014:

- Construção de 02 (dois) novos Campi do IFPI.
- Serviços de reforma em geral nos Campi do IFPI de Angical do Piauí, Parnaíba, Picos, Piripiri, Teresina Zona Sul, São Raimundo Nonato, Corrente, Paulistana, Floriano e Uruçuí.

Metas para a Dimensão VI – Diretorias Sistêmicas

Diretoria de Gestão de Pessoas

I - Reestruturar, até dezembro de 2012, a Diretoria de Gestão de Pessoas com o objetivo de possibilitar o melhor atendimento das demandas advindas dos Campi a partir de planejamento estratégico.

II - Fortalecer, anualmente, as comissões de apoio, aperfeiçoando os mecanismos de avaliação do desempenho dos servidores, com o objetivo de garantir a eficácia da atuação profissional.

III - Realizar, anualmente, estudos e levantamentos do dimensionamento da força de trabalho no IFPI, objetivando o atendimento das demandas administrativas e das atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de promoção da gestão organizacional considerando as competências e os conhecimentos dos servidores para o alcance dos objetivos da Instituição com base na motivação.

IV - Fomentar, anualmente, programas de capacitação de servidores e gestores através do estabelecimento de convênios com instituições de ensino nacionais e internacionais, visando elevar o nível de conhecimento dos servidores técnico-administrativos em educação e capacitar os gestores através de treinamentos, cursos, palestras, congressos e seminários.

V - Desenvolver, até dezembro de 2014, programas relacionados à melhoria da qualidade de vida dos servidores, através de projeto de preparação para o Pós-Carreira, possibilitando o planejamento pessoal e profissional dos servidores que estão próximos de se aposentar, bem como os que já se aposentaram

VI - Formalizar, sistematizar e desenvolver, até dezembro de 2014, o Programa de Lazer e Qualidade de Vida dos servidores, promovendo ações de integração entre os servidores ativos e aposentados.

VII - Promover, até dezembro de 2013, dois encontros anuais com os Coordenadores de Gestão de Pessoas dos Campi, visando à integração e à capacitação dos mesmos com vistas à descentralização das ações de gestão de pessoas.

VIII - Desenvolver e aperfeiçoar, anualmente, os processos de gestão no âmbito da gestão de pessoas, promovendo a descentralização das ações de gestão de pessoas para os Campi através de reestruturação.

IX - Realizar, até dezembro de 2014, a descentralização das ações de gestão de pessoas para os Campi através de uma reestruturação.

X - Realizar, anualmente, a contratação de Professores Substitutos e de Professores Temporários, selecionados através de Processo Seletivo Simplificado, para atendimento das demandas dos Campi.

XI - Realizar, anualmente, Concursos Públicos de Provas ou de Provas e Títulos e o provimento de servidores Técnico-Administrativos em Educação e Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, visando ao atendimento das demandas dos Campi.

XII - Controlar, anualmente, os processos de redistribuição de servidores entre o IFPI e as demais Instituições Federais de Ensino, bem os processos de remoção interna entre os diversos Campi do IFPI.

XIII - Criar, até dezembro de 2012, um link na página principal do site do IFPI disponibilizando informações relacionadas à área de Gestão de Pessoas, bem como as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Gestão de Pessoas.

Diretoria de Tecnologia da Informação

I - Desenvolver e Implantar, até 2013, uma metodologia padrão de desenvolvimento de software no âmbito do IFPI, contemplando pelo menos: Plataforma Padrão de Desenvolvimento, Framework de Gerencia de Projeto.

II - Elaborar e executar, até 2012, o Plano de Capacitação para servidores do Departamento, contemplando todas as Tecnologias adotadas pela Metodologia Padrão de Desenvolvimento.

III - Consolidar a implantação, até 2012, do Sistema Unificada de Gestão Pública (SUAP) em todo IFPI, desenvolvendo novos módulos para atender demandas específicas internas em cooperação com outros Institutos Federais.

IV - Migrar, até 2013 todos os sistemas atuais para plataforma modernas, livres de licenças e/ou código fechado, promovendo ainda a integração destes com os Sistemas Estruturantes da Instituição.

V - Identificar solução livre ou desenvolver novo Sistema de Gestão Acadêmica a ser implantado em todos os campi do IFPI até 2014.

VI – Desenvolver, até 2012, em parceria com Assessoria de Comunicação da Reitoria, um novo Portal Eletrônico Único do IFPI, devidamente alinhados às políticas de identificação visual do Governo Federal.

VII - Elaborar, até 2013, um programa institucional que garanta a implementação de uma política contemplando: atualização, aquisição e manutenção de equipamentos e suprimentos de tecnologia da informação.

VIII – Viabilizar, até 2012, a contratação de serviço de impressão com a locação de equipamentos.

IX - Desenvolver e executar, até 2012, o projeto de conectividade dos campi da instituição.

X - Desenvolver e implantar, até 2012, um programa de legalização de softwares utilizados na instituição.

XI – Implantar, até 2013, o sistema de telefonia VoIP e de web conferência em todos os campi do IFPI.

XII - Desenvolver e implantar, até 2012, o Plano de Segurança da Informação (PSI) para gerir a informação gerada, trafegada ou armazenada e os ativos de TI da instituição.

XIII – Realizar, até 2012, treinamento para os servidores lotados na DTI nas tecnologias adotadas na infraestrutura de redes e serviços do IFPI.

XIV - Viabilizar um planejamento orçamentário anual visando garantir a aquisição de peças de reposição para manutenção do parque instalado de TI.

1.5 Áreas de Atuação Acadêmica

O IFPI, como instituição de educação básica, profissional e superior, com ação pluricurricular e multicampi, atua no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, nos níveis básico, técnico, tecnológico, de pós-graduação, na pesquisa e na extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento.

Através da formação e qualificação de profissionais, da pesquisa e da extensão, busca contribuir para o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em articulação com os setores produtivos da sociedade local e regional. Promove a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, na perspectiva do desenvolvimento social e econômico do Piauí, da região Nordeste e do Brasil.

Em sua atuação consolidada no campo da formação profissional, oferece cursos nos seguintes eixos tecnológicos: ambiente, saúde e segurança; controle e

processos industriais; infraestrutura; gestão e negócios; hospitalidade e lazer; informação e comunicação; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; recursos naturais.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 Inserção Regional

O IFPI tem sede administrativa em seu Campus Central, situado em Teresina, e, em dezembro de 2009, a instituição já possuía cinco Campi em pleno funcionamento, assim localizados: dois campi em Teresina ; um Campus em Floriano; um Campus em Parnaíba; um Campus em Picos. Em 2011 foram implantados seis novos campi nas seguintes cidades: Angical, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçuí.

A partir de 2012 está prevista a implantação de mais seis novos campi.

Para compreender melhor a relevância da presença do IFPI no Piauí são descritas a seguir algumas características socioeconômicas desse Estado.

A economia do Piauí assenta-se na Indústria (química, têxtil, de bebidas), na agricultura (algodão, arroz, cana-de-açúcar, mandioca) e também na pecuária. Caracteriza-se por sua fragilidade, evidenciada pelo comportamento de alguns de seus indicadores, a exemplo da renda *per capita*, que é a mais baixa do país e, conseqüentemente, uma das menores do mundo.

O setor terciário é responsável por quase 70% da formação de renda do Estado, ainda que pese a atuação desfavorável de um de seus segmentos mais importantes. Os setores primário e secundário, embora minoritários na formação da renda total, absorvem parcelas significativas da mão-de-obra, distribuídas no extrativismo vegetal das matas de babaçu, carnaúba e buriti, no extrativismo mineral de mármore, amianto, gemas, ardósias, níquel, talco e vermiculita; na pecuária (caprinocultura) e também na agricultura. Posteriormente, adquiriu maior caráter comercial, embora de forma lenta e insuficiente para abastecer o crescente mercado interno do Estado (<http://www.brasilrepublica.hpg.ig.com.br/piauí.htm>).

Nesse contexto, o IFPI assume responsabilidades sociais, diante da extrema necessidade de desenvolver conhecimentos e tecnologias de aproveitamento e agregação de valores, de nível tecnológico, de produtos e subprodutos, oriundos das vocações do Estado, a exemplo da carnaúba, do caju, castanha do caju e mel, dentre

outros. Assim, em relação ao cenário externo, propõem-se, neste PDI, as seguintes linhas de atuação:

- a) produção e difusão de conhecimento necessário ao crescimento científico e social da região Nordeste, e, especificamente, do Estado do Piauí;
- b) participação ativa na sustentação do desenvolvimento do Estado e nas áreas geográficas adjacentes às de sua localização;
- c) reconhecimento, por parte da comunidade, em nível regional, da qualidade do Ensino que oferece;
- d) interação efetiva com a sociedade e preocupação com as questões sociais, através da implementação de programas e projetos para o desenvolvimento sustentável da região;
- e) suporte ao desenvolvimento das vocações regionais, através da implementação de pesquisas em áreas como carcinocultura, biodiesel e outras.

Em 1994, com o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, possibilitando a implantação de Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), assim denominadas à época, porque seriam instaladas em cidades do interior e estariam vinculadas às Escolas Técnicas Federais ou Centros Federais de Educação Tecnológica estabelecidos nas capitais. Os principais objetivos do Programa eram:

- a) preparar os recursos humanos necessários, com vistas ao acompanhamento da evolução tecnológica dos grandes centros;
- b) induzir o desenvolvimento de sua região;
- c) possibilitar a fixação dos jovens nos seus locais de origem, levando até eles uma formação profissional adequada.

O processo de interiorização do IFPI, promovido ainda quando funcionava como CEFET-PI, começou em Floriano e, posteriormente, procurando pontos estratégicos do Estado, implantou mais duas unidades: uma em Picos e uma em Parnaíba. Os objetivos almejados por esse processo de interiorização são:

- a) oportunizar o acesso aos cursos de ensino médio, prioritariamente integrado ao ensino profissionalizante e superior;
- b) difundir a tecnologia no interior do Estado, permitindo a adoção e o desenvolvimento de novos processos de produção e de transformação;
- c) oportunizar desenvolvimento com sustentabilidade, às regiões em que os Campi foram instalados, em razão da possibilidade de implantação de parques

tecnológicos, facilitada pela existência de recursos humanos habilitados para operá-los;

d) estimular o não-deslocamento da população estudantil para outras regiões, em decorrência da falta de instituições adequadas ao prosseguimento nos estudos;

e) estimular o crescimento e o progresso das cidades onde foram instalados os Campi;

f) possibilitar satisfação e melhoria do nível de qualidade de vida da população daquelas regiões abrangidas pelos Campi.

Cada Campus deve incorporar e manter princípios e valores historicamente estabelecidos, dentre os quais se destacam:

a) uma instituição aberta, na qual a interação com a comunidade orienta as políticas de ensino, pesquisa e extensão;

b) o respeito às características de cada região, orientando a oferta de cursos e a atualização curricular para que atendam às demandas locais e regionais;

c) a integração com o segmento empresarial, como estratégia de oportunidades à comunidade interna, buscando ampliar a oferta estágios/empregos aos alunos/egressos da Instituição;

d) o estímulo ao desenvolvimento de projetos e serviços cooperativos Instituto-empresa;

e) a promoção e o apoio às atividades extensionistas, levando às comunidades locais e regionais a produção acadêmica desenvolvida pelo Instituto, que contribua para a emancipação econômica e social dessas regiões;

f) a participação nas iniciativas locais de incubadoras e parques tecnológicos, como estímulo ao desenvolvimento regional;

g) a participação nas manifestações culturais, artísticas, científicas, esportivas e educacionais, promovidas pelas comunidades locais e regionais.

A Figura 1 apresenta o mapa do Piauí com destaque de seus territórios de desenvolvimento conforme divisão definida em 2007 pela Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí (SEPLAN).

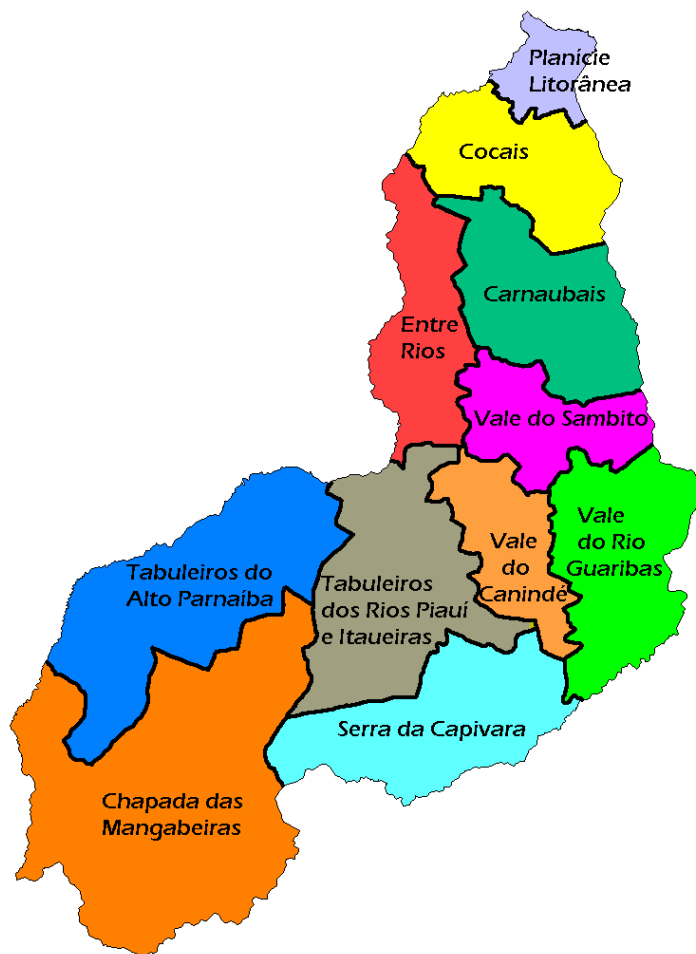


Figura 1 - Territórios de Desenvolvimento do Estado do Piauí
Fonte: SEPLAN (2007).

A Figura 2 apresenta a distribuição territorial dos Campi do IFPI no Estado.

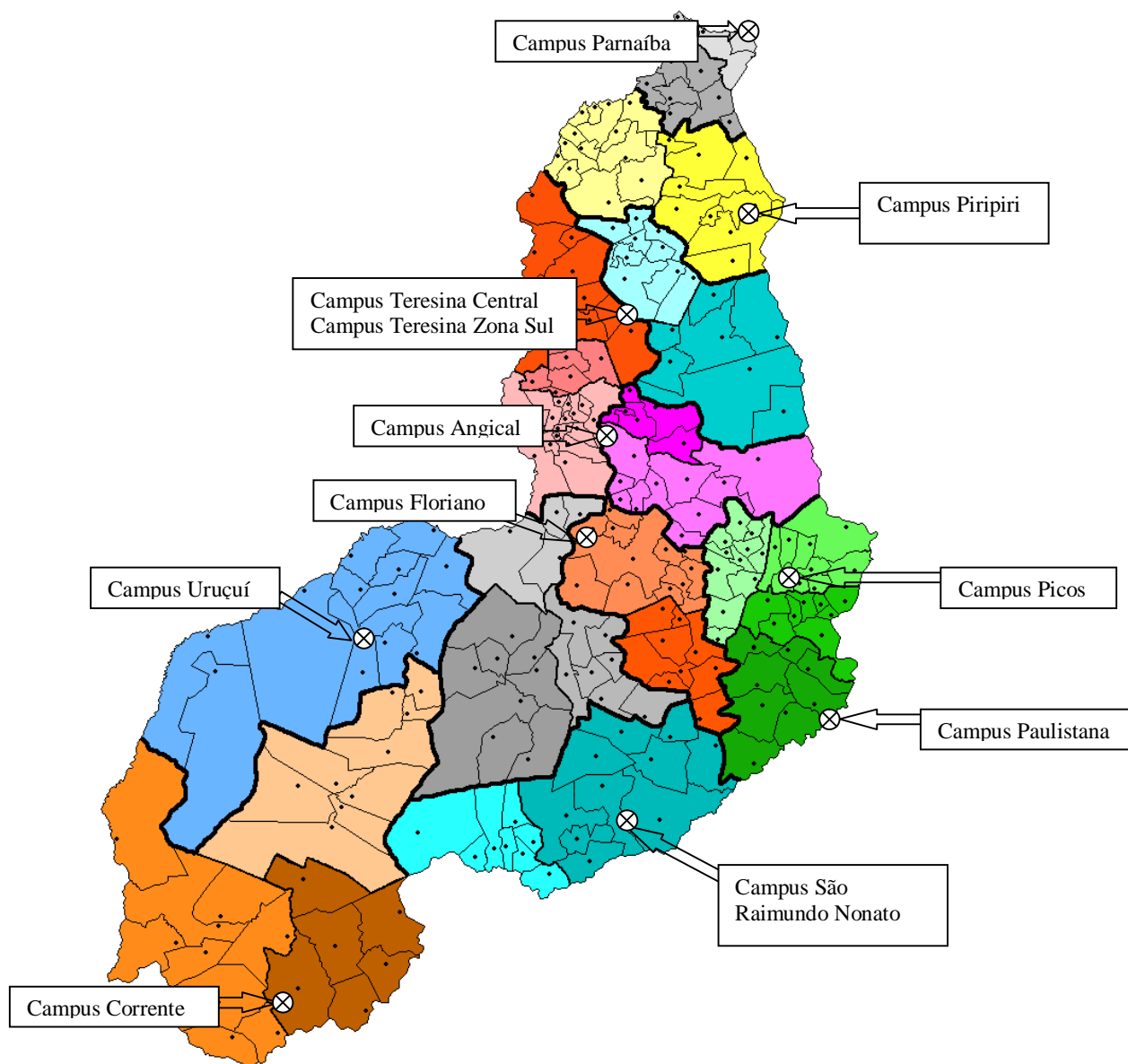


Figura 2 - Distribuição territorial dos Campi do IFPI

Inserção dos Campi Teresina-Central e Teresina-Zona Sul no contexto socioeconômico do Piauí

Os Campi Teresina Central e Teresina Zona Sul estão situados no município de Teresina, no Território Entre Rios, apresentando diversos fatores para o crescimento do Estado do Piauí, conforme dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Teresina.

A Figura 3 apresenta o território de desenvolvimento Entre Rios onde está localizada Teresina e demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região.

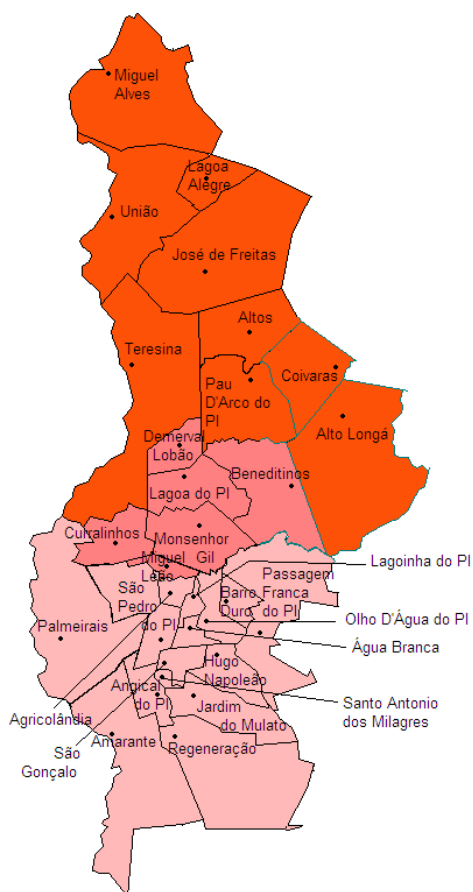


Figura 3 - Território de Desenvolvimento Entre Rios
Fonte: SEPLAN (2007).

A implementação em Teresina de políticas sociais pelo poder público nos últimos 15 anos tem sido de suma importância para melhorar as condições de vida de sua população, contribuindo para que a capital do Estado do Piauí tenha alcançado atualmente o menor índice de mortalidade infantil dentre as capitais do Nordeste e ocupado, segundo dados do PNUD do ano de 2000, a quarta posição no índice de longevidade.

Dentre os aspectos estruturais inerentes à economia, o que mais se evidencia em Teresina, pela relevância social que representa, é o grau de inserção das pessoas no processo produtivo do seu setor formal, que, em termos relativos, apresenta-se elevado. Isso significa uma participação expressiva de pessoas na economia de Teresina em relação ao seu Produto Interno Bruto. Com isso, pode-se afirmar que se inserem mais pessoas para a produção de uma mesma quantidade de bens e serviços, em Teresina, do que nas demais capitais da região Nordeste, com exceção de João Pessoa.

A intensidade da presença de pessoas no processo produtivo em Teresina é identificada quando se compara essa situação com a capital mais próxima, que é São Luís. Considerando que na economia há uma correlação da população ocupada com seu Produto Interno Bruto - no qual geralmente o primeiro indicador aumenta com a elevação do segundo – observa-se que o nível de ocupação de pessoas na atividade econômica em Teresina é bem mais elevado, em termos relativos, do que naquela capital.

Porém, quando se trata de indicadores econômicos, Teresina ocupa o último lugar, dentre as capitais da região, no que se refere ao valor do seu produto interno bruto *per capita*. Mediante essas informações, deduz-se que o desenvolvimento humano de Teresina acontece mais pela adoção de políticas sociais, do que pelo dinamismo interno de sua economia.

Diante dessa situação, há necessidade do poder público planejar e implementar políticas de modo a proporcionar condições objetivas para um maior desenvolvimento econômico de Teresina, no sentido de gerar um nível de emprego e renda, a fim de que sua economia tenha maior incidência nos indicadores sociais.

Inserção do Campus de Parnaíba no contexto socioeconômico do Piauí

Parnaíba é a principal cidade da microrregião Litoral Piauiense, situada ao norte do Estado do Piauí, compondo o Território de Desenvolvimento chamado de “Planície Litorânea” e a segunda maior do Estado. Conhecida como a Capital do Delta, é uma influente área de prestação de serviços, notadamente, no setor de Turismo.

A Figura 4 mostra o território de desenvolvimento Planície Litorânea onde está localizada a cidade de Parnaíba e demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região.



Figura 4 - Território de Desenvolvimento Planície Litorânea

Fonte: SEPLAN (2007).

Parnaíba está localizada a 318 km de Teresina, a capital do Piauí. O município se destaca pela sua vida bucólica, com exuberantes paisagens, praias e lagoas. Preservam-se os seus atrativos culturais e seu patrimônio arquitetônico, dentre eles o Porto das Barcas, antigo centro de importação do comércio exterior do início do século XX, e que abriga, hoje, em seus armazéns, museus, exposições de artes plásticas, manifestações de danças e músicas típicas.

Com apenas 66 km de extensão, o litoral do Piauí abriga um grupo de praias e lagoas com águas transparentes e céu muito azul.

O delta é a foz do rio Parnaíba que, ao aproximar-se do Oceano Atlântico, se abre em cinco braços, formando um dos mais ricos ecossistemas do mundo com cerca de 75 ilhas distribuídas em uma área de 2.700 km². Trata-se do único delta do hemisfério sul em mar aberto.

Por sua situação estratégica, o Governo Federal internacionalizou o Aeroporto de Parnaíba, que serve de porta de entrada para os turistas que visitam os litorais do norte do Piauí, do Maranhão (lençóis maranhenses) e do Ceará (Camocim e Jericoacoara).

Parnaíba tem na sua economia o potencial de algumas atividades em expansão, contrastando com a inexistência de saneamento ambiental para o

provimento de condições de salubridade do meio físico, à saúde e ao bem-estar da população, como: abastecimento e qualidade de água para consumo humano; esgotamento sanitário; drenagem urbana; coleta e disposição final dos resíduos sólidos; educação sanitária ambiental; melhoria sanitária domiciliar; controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis; uso e ocupação dos solos e eficiência na gestão dos serviços de educação e saúde.

Inserção do Campus de Picos no contexto socioeconômico do Piauí

A região de Picos tem sua base econômica centrada, principalmente, no comércio, na apicultura, na cajucultura, e no turismo. Os setores primário e secundário, embora minoritários na formação da renda total, absorvem parcelas significativas da mão-de-obra.

Picos é uma das cidades mais economicamente desenvolvidas da região. Essa qualidade, aliada ao seu estratégico posicionamento geográfico, lhe confere a condição de polo comercial efervescente no Piauí, especialmente, de combustível e mel. É cortada pelas BR – 316, 407, 230 e tem em suas adjacências a BR – 020. É uma das maiores produtoras de mel do país e destaca-se também por sediar uma unidade do Exército Brasileiro, o 3º BEC – Batalhão de Engenharia e Construção.

A Figura 5 apresenta o território de desenvolvimento Vale do Rio Guaribas onde o município de Picos está localizado e demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região.

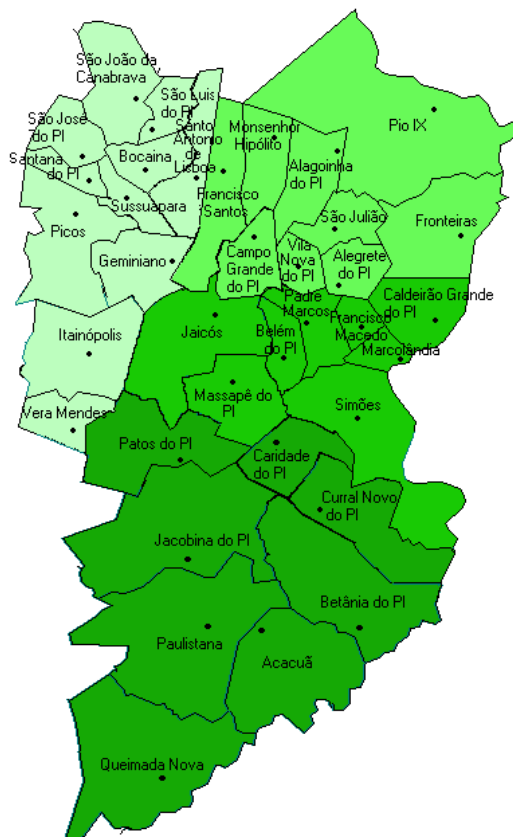


Figura 5 - Território de Desenvolvimento Vale do Rio Guaribas

O município de Picos é constituído de uma grande rede de ensino público e privado. Em 2008, a rede municipal dispunha de 78 escolas, a rede estadual, 17 escolas, e a rede particular possuía 15 escolas, atendendo aos níveis de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O município conta ainda com quatro Campi universitários, dentre eles, o IFPI, que oferece dois cursos de licenciatura: Química e Física.

Nesse contexto, o Campus Picos assume o compromisso de oferecer a educação profissional e tecnológica, orientada pelos processos de formação, com base nas premissas de integração e da articulação entre Ciência, Tecnologia, Cultura e ainda conhecimentos específicos.

Inserção do Campus Floriano no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Floriano, conhecida como a Princesa do Sul, localizada na microrregião do sul do Piauí, composta por 29 municípios, está situada à margem direita do Rio Parnaíba, na divisa com o Estado do Maranhão. Devido à localização privilegiada e pelo fato de possuir a principal via fluvial de comunicação do Estado, a prática do comércio e de atividades agro-pastoris contribuiu para que o município prosperasse e Floriano se transformasse em um importante entreposto comercial e entroncamento rodoviário do Estado, referência para todo o sul do Piauí e do Maranhão.

A Figura 6 apresenta o território de desenvolvimento Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira onde se localiza Floriano e demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região.

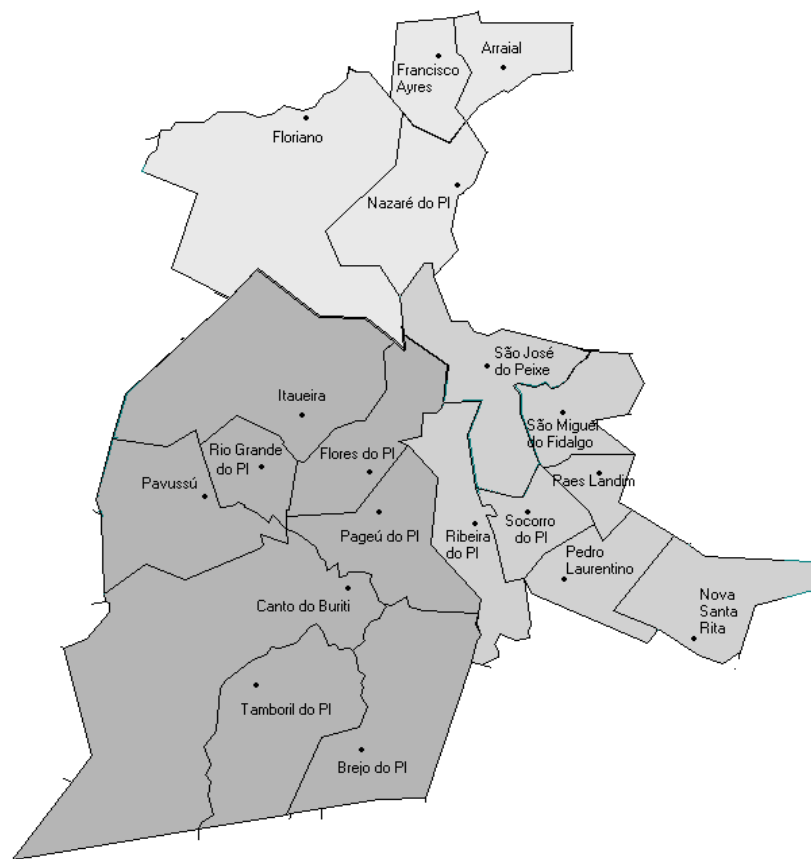


Figura 6 - Território de Desenvolvimento Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira

O fenômeno da urbanização contribuiu para que a economia de Floriano se voltasse, preponderantemente, para os setores secundário e terciário, com atividades agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços.

Na agroindústria, o município atua nos seguintes setores: beneficiamento de caju (castanha, suco e doces); beneficiamento de cera de carnaúba; pasteurização e fabricação de laticínios; processamento e beneficiamento do mel de abelha; processamento e beneficiamento de grãos industriais e óleos vegetais; processamento e beneficiamento do pescado e fabricação de rações.

Há de considerar-se, ainda, como perspectiva, o surgimento de uma nova fronteira agrícola – os cerrados no sul do Piauí e do Maranhão. E, Floriano, como principal porta de acesso a essa região, poderá tornar-se um grande centro de comércio e de industrialização da soja e outros grãos, visando os mercados europeu e asiático.

Outros setores que vêm alavancando a economia da microrregião de Floriano são os setores de saúde e educação. O setor de saúde é configurado atualmente pela assistência médico-sanitária e está a cargo de 30 estabelecimentos: 2 hospitais gerais com 200 leitos; 14 estabelecimentos sem internação; 10 postos de saúde; 1 centro de saúde e 3 policlínicas. No setor de educação, Floriano já é conhecida como um importante polo de educação, pois a cidade, apesar de ser de pequeno porte, possui duas instituições federais, uma delas, o IFPI - Campus Floriano, e outra a Escola Agrotécnica, vinculada à Universidade Federal do Piauí.

Além do IFPI, que também é uma Instituição de Ensino superior, a cidade conta com a Universidade Estadual do Piauí - UESPI, e ainda com três Universidades Privadas. Sua rede de ensino atende aos municípios do Sul do Estado do Piauí e do Maranhão, contribuindo para que a cidade detenha um dos maiores índices de estudantes *per capita*, em torno de 37% da população local.

Inserção do Campus Angical no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Angical está localizada no Território Entre Rios, Macrorregião Meio-Norte da Bacia do Parnaíba, estando constituído por 30 municípios na parte piauiense (Figura 3, p. 31).

A dinâmica econômica dessa região está voltada para os cultivos tradicionais de arroz, milho, feijão, mandioca, castanha de caju. Também é tradicional na região a ovinocaprinocultura, a bovinocultura, a avicultura, a piscicultura e a apicultura. O

artesanato, a indústria, o comércio, o extrativismo do coco babaçu e da carnaúba, e a fruticultura também são atividades representativas da região.

Observa-se ainda um desenvolvimento crescente das áreas de agroindústria com o cultivo da soja, da cana-de-açúcar, da mamona e a instalação de usinas de produção de biocombustível. O turismo também tem recebido incrementos através do carnaval e de eventos culturais de valorização das raízes folclóricas.

A implantação do Campus na cidade de Angical baseia-se em critérios previamente determinados, dentre os quais:

- a) a proximidade aos arranjos produtivos instalados em nível local e regional;
- b) a importância do município para o território Entre Rios, do qual é parte integrante;
- c) os valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico por aquela região;
- d) a existência de potenciais parcerias para a implantação do Campus do IFPI.

Tendo em vista esse contexto, o IFPI, enquanto instituição engajada no Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, propõe mudar essa realidade, objetivando intervir no desenvolvimento da cidade de Angical e dos municípios circunvizinhos, com uma oferta de cursos de educação profissional e tecnológica que atendam às necessidades educacionais locais.

Inserção do Campus Corrente no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Corrente está localizada no Território Chapada das Mangabeiras, Macrorregião de Desenvolvimento dos Cerrados. O Território é formado por 25 municípios (sendo 24 no Piauí, e o município de Alto Parnaíba, no Maranhão).

O Setor Agropecuário se apresenta como a potencialidade econômica de maior expressão. A agricultura dos cerrados representa o forte potencial desse território, tendo atraído grandes empresas do ramo nos últimos anos. A fruticultura desponta com grande perspectiva de desenvolvimento em função da localização geográfica, dos recursos naturais disponíveis, como água e solo, dos fatores climáticos e do alto grau de luminosidade, durante todo o ano. Essas condições favorecem o desenvolvimento das culturas frutíferas de sequeiro como o caju, umbu, cajá, mangaba, banana, abacaxi, buriti, e das culturas irrigadas, como: manga, lima ácida,

O IFPI, inserido no Projeto de Expansão da Rede Federal de Ensino e, por esse Plano impulsionado, pretende com o Campus Corrente marcar o começo de um novo tempo para cidade de Corrente e os outros 24 municípios que integram o território Chapada das Mangabeiras.

A existência do Campus Corrente tornará possível uma oferta de cursos de educação profissional e tecnológica que atendam às demandas da região, contribuindo eficazmente para mudanças socioeconômicas significativas.

Inserção do Campus Paulistana no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Paulistana está localizada no Território Vale do Rio Guaribas, na Bacia do Rio Parnaíba (Figura 5, p. 35). É composto por quatro aglomerados que agrupam trinta e seis municípios piauienses.

Nesse Território, a história/tradição dos municípios mais antigos convive com a “juventude/modernidade” dos municípios criados na década de 1990. Talvez isso explique a enorme contradição/contraste em seu componente socioeconômico, como por exemplo, um DH de 0,323, um dos menores do Brasil.

Ao mesmo tempo em que apresenta essas características, demonstra um potencial extraordinário para um processo sustentado de desenvolvimento. Observa-se um conjunto de atividades econômicas relevantes, especialmente no setor primário, que podem vir a se tornar veículos de grandes oportunidades de desenvolvimento socioeconômico da população local e regional. De tais potencialidades, evidenciam-se a agropecuária, com destaque para a ovinocaprinocultura, agroindústria de processamento de mel e de algodão, e a indústria de cimento e de vermiculita.

Diante desses indicadores, não há dúvidas de que o IFPI Campus de Paulistana irá contribuir plenamente para ampliar os arranjos e cadeias produtivas locais, desempenhando um papel importantíssimo no processo de desenvolvimento do município e do Território Vale do Rio Guaribas.

Inserção do Campus Piriipiri no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Piriipiri localiza-se no Território dos Cocais, na Bacia do Parnaíba. O Território é formado por 41 municípios piauienses, maranhenses e cearenses. Na parte piauiense do Território, destacam-se os municípios de Esperantina e Piriipiri. O

Território dos Cocais, localizado na Macrorregião Meio Norte, assim se denomina em virtude da presença de ricas espécies de palmeiras como coco babaçu, carnaúba e buriti, principalmente nos Estados do Piauí e Maranhão, configurando-se principalmente como zona de transição entre a floresta amazônica e a caatinga e o cerrado.

O Parque Nacional de Sete Cidades, localizado entre os municípios de Piripiri e Piracuruca, destaca-se pela importância histórico-cultural. Pesquisas realizadas apontam para a existência, em épocas remotas, de civilizações desenvolvidas naquela localidade. Aberto à visitação pública, ele representa, na atualidade, uma das principais riquezas naturais do Território.

A exploração da opala, no universo da exploração mineral, põe-se em evidência pela importância econômica que assume, no âmbito das atividades mineradoras. No município de Pedro II, encontram-se as únicas jazidas de opala existentes no Brasil.

A Figura 8 apresenta o território de desenvolvimento dos Cocais onde está situado o município de Piripiri, bem como os demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região.

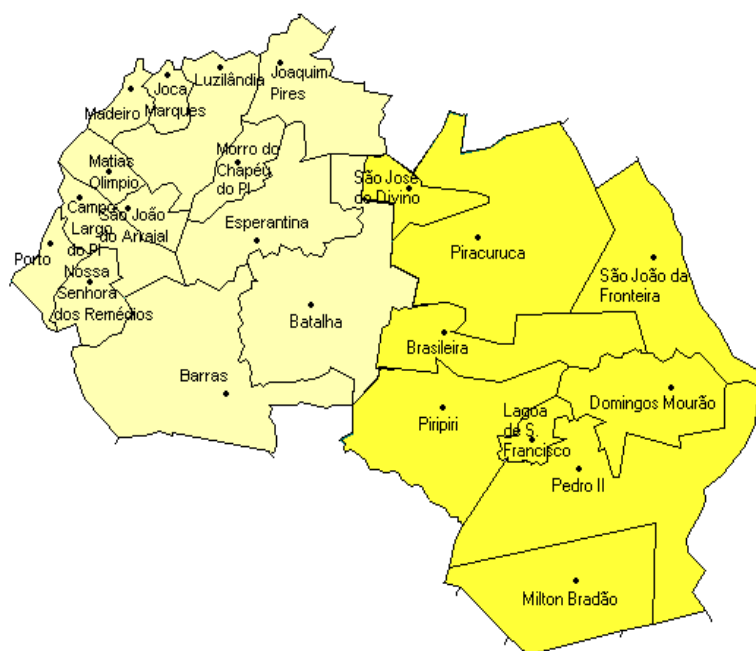


Figura 8 - Território de Desenvolvimento dos Cocais

A implantação do Campus de Piripiri baseia-se em critérios previamente determinados, dentre os quais:

- a) a proximidade aos arranjos produtivos instalados, em nível local e regional;
- b) a importância do município para o Território dos Cocais, do qual é parte integrante;
- c) os valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico naquela região;
- d) potenciais parcerias para a implantação do Campus.

O IFPI, inserido no Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica intenciona, com a implantação desse Campus, dar início a um novo tempo na região, contribuindo sobremaneira para o seu desenvolvimento, em múltiplos segmentos sociais.

A existência do Campus de Piriipiri tornará possível uma oferta de cursos de educação profissional e tecnológica que atenda às demandas da região, contribuindo eficazmente para mudanças socioeconômicas significativas. Esse objetivo é amplo e está em consonância com os objetivos mais abrangentes do IFPI.

Inserção do Campus São Raimundo Nonato no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de São Raimundo Nonato está localizada no Território da Serra da Capivara, formado por 18(dezoito) municípios. A base econômica desse Território está assentada nos recursos naturais.

Com referência à sociedade local, o Turismo se encontra agregado ao conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural. Conjunto esse comprometido com o potencial produtivo - agropecuário, agronegócio, apicultura e de serviço.

Dentre as características do Território, destacam-se a riqueza de sítios arqueológicos no Parque Nacional da Serra da Capivara, sendo 500 de pinturas rupestres e 300 com aldeias, cemitérios e acampamentos, e do Parque Nacional da Serra das Confusões.

O Território possui um baixo índice de desenvolvimento humano - IDH, tendo como elementos limitantes a inexistência de saneamento ambiental, para provimento de condições de salubridade do meio físico, de saúde e bem-estar da população. Algumas dessas limitações podem ser contornadas e/ou minimizadas com a implantação de um projeto de educação que atenda a essas necessidades educacionais locais e regionais.

Ao tempo em que o Território tem muitas limitações, apresenta, também, muitas potencialidades e arranjos produtivos variados, dentre os quais, tornam-se evidentes a apicultura, o extrativismo de frutas exóticas e o extrativismo de argila para a fabricação de cerâmica vermelha e artesanato.

A Figura 9 apresenta o território Serra da Capivara onde o município de São Raimundo Nonato está situado, bem como os demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região.

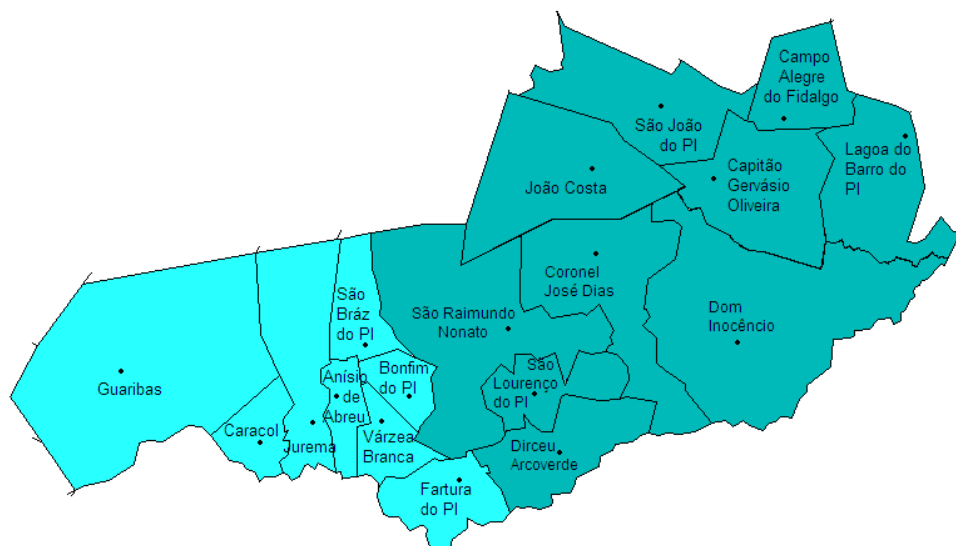


Figura 9 - Território de Desenvolvimento Serra da Capivara

Diante do exposto, não há dúvidas de que a implantação do Campus São Raimundo Nonato possibilitará a oferta de cursos de educação profissional que atenderão às demandas identificadas na região, os arranjos e cadeias produtivas locais, desempenhando um papel importante no processo de desenvolvimento das atividades em expansão no Território da Serra da Capivara, contribuindo eficazmente para mudanças significativas na região.

Inserção do Campus Uruçuí no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Uruçuí está localizada no Território Tabuleiros do Alto Parnaíba, Macrorregião de Desenvolvimento do Cerrado Piauiense. A região é composta por 25 municípios, 12 do lado piauiense e 13 do lado maranhense. Dentro desse

território, Uruçuí é o município que mais se destaca em virtude da oferta de serviços, como: saúde, intermediação financeira e comércio atacadista.

Muitas são as oportunidades de negócio na região, que vão desde a implantação de indústria de esmagamento de grãos, até as atividades auxiliares, como: hotéis, restaurantes e equipamentos de lazer, fabricação ou revenda de máquinas, equipamentos e implementos, produção ou revenda de mudas e sementes, etc.

Nesse contexto, o IFPI, através do Campus de Uruçuí, encontra espaço para oferecer excelentes cursos de educação profissional, que marcarão o início de um novo tempo para os municípios que integram o Território Tabuleiros do Alto Parnaíba.

A Figura 10 apresenta o território Tabuleiros do Alto Parnaíba onde o município de Uruçuí está situado, bem como os demais municípios beneficiados pelo IFPI nesta região.

ura 10 - Território de Desenvolvimento Tabuleiros do Alto Parnaíba

Acredita-se que uma maior expansão dos conhecimentos tecnológicos gera desenvolvimento, e, por isso, o IFPI assume o compromisso de trabalhar para colocar mais profissionais capacitados no mercado de trabalho. Nesse sentido, o objetivo maior do Campus de Uruçuí é oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, prestando serviços à comunidade uruçuiense, aos setores públicos e aos produtivos, a fim de responder às demandas mercadológicas e conceber soluções para os desafios educacionais emergentes, mediante a formação integral de sua clientela.

2.2 Princípios Filosóficos e Teórico-Methodológicos que Norteiam as Práticas acadêmicas

A concepção e as diretrizes legais que norteiam a implantação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica concebem-no como *locus* privilegiado para o diálogo entre os sujeitos comprometidos com as demandas educacionais e suas consequências nas atividades decorrentes de sua esfera de atuação.

Na definição das políticas do IFPI é importante considerar dois referenciais:

a) o contexto socioeconômico, cultural e ambiental, no qual a Instituição está inserida;

b) a adequação às políticas governamentais nos âmbitos federal, estadual e municipal.

O IFPI é uma instituição detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Possui uma estrutura pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

O IFPI, em suas atividades diárias, adota os seguintes valores:

- a) ética: gerar e manter a credibilidade junto à sociedade;
- b) desenvolvimento humano: formar o cidadão em todas as dimensões, integrado ao contexto social;
- c) integração social: realizar ações interativas com a sociedade, visando ao desenvolvimento social e tecnológico;
- d) inovação: estimular a mudança por meio de uma postura investigativa e empreendedora;
- e) qualidade e excelência: promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos para a satisfação da comunidade interna e externa;
- f) responsabilidade socioambiental: promover a educação de qualidade, inclusiva e integradora.

2.3 Políticas de Ensino

As políticas de ensino do Instituto Federal do Piauí - IFPI fundamentam-se na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; na Lei nº 11. 892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, na legislação que regulamenta a educação profissional e tecnológica e a educação superior, e nas teorias pedagógicas contemporâneas. Com base nesses fundamentos é que deverão ser definidos nos projetos pedagógicos dos cursos o perfil do egresso, a seleção de conteúdos, os princípios metodológicos, o processo de avaliação, as políticas de prática profissional e as atividades complementares.

O compromisso com a qualidade e com a inovação pedagógica permeará todas as ações do Instituto. Em suas ações inovadoras, será sempre buscado o

desenvolvimento de tecnologias úteis para a sociedade, acessíveis no que se refere à possibilidade de assimilação em todos os sentidos e que resultem produtos eficazes para o desenvolvimento social, econômico e educacional.

Os currículos dos cursos oferecidos pelo IFPI têm por fundamento as determinações legais a seguir especificadas:

a) para o ensino técnico de nível médio: Parâmetros Curriculares do Ensino Médio; Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico; Parecer CNE/CEB nº 16/1999, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico; Decreto nº. 5.154/2004, que regulamenta os artigos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, sobre a educação profissional; Parecer CNE/CEB nº 39/2004, que explicita a aplicação do Decreto nº 5.154/2004; Resolução CNE/CEB, nº. 04/1999, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico; Resolução CNE/CEB nº 1/2004, que estabelece diretrizes nacionais para a organização de estágio de alunos da educação profissional e do ensino médio; Resolução CNE/CEB nº 1/2005, que atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e para a educação profissional de nível técnico em conformidade com as disposições do Decreto nº 5.154/2004; Resolução CNE/CEB nº 4/2005, que atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e para a educação profissional de nível técnico.

b) para os cursos de nível superior: Parecer CNE/CEB nº 02/1997, que dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino médio e da educação profissional em nível médio; Parecer CNE/CES nº 436/2001, que trata dos cursos superiores de tecnologia; Resolução CNE/CP nº 3/2002, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a organização e funcionamento dos cursos superiores de tecnologia; Parecer CNE/CES nº 261/2006, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula; Parecer CNE/CES nº 277/2006, que dispõe sobre nova forma de organização da educação profissional e tecnológica de graduação.

Considerando o disposto na Lei nº 11.892/ 2008, o IFPI tem por finalidade (além de garantir 50% no mínimo de suas vagas para a educação técnica de nível médio) ministrar a educação de nível superior compreendendo cursos de licenciaturas, tecnologia, bacharelado, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, dos quais deverão ser garantidos o percentual mínimo de 20% das vagas para atender os

cursos de licenciatura e 30% para os demais cursos de nível superior e pós-graduação.

Os cursos ofertados pelo IFPI têm seus projetos elaborados a partir de pesquisas que caracterizam o contexto no qual a Instituição está inserida, visando contribuir para o desenvolvimento local e regional, tendo como referência as finalidades dispostas na legislação citada. A construção do projeto pedagógico de cada curso deve valorizar as demandas sociais, econômicas e culturais, permeadas pelas questões relacionadas à diversidade cultural e à preservação ambiental. O ensino em todos os níveis e modalidades deve ser desenvolvido com o objetivo de exercer a função social que lhe é atribuída.

O trabalho educativo desenvolvido pelo IFPI requer um conjunto de exigências, pois, em se tratando da educação profissional e tecnológica, a complexidade desse processo é ampliada, uma vez que vai além do trabalho puramente acadêmico. Propõe-se uma formação profissional e tecnológica contextualizada, permeada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida. Portanto, o trabalho educativo desenvolvido pelo IFPI prevê oferta Qualificada e inovação na formação profissional de sua clientela, buscando sempre:

- a) a implantação de uma pedagogia diferenciada, com base no domínio de conteúdos e técnicas laborais e de metodologias de aprendizagem que estejam sintonizadas com a realidade concreta da educação profissional e tecnológica;
- b) aluno comprometido com a formação de atitudes positivas em relação ao seu processo de formação acadêmica;
- c) aluno com autonomia de aprendizagem, empreendedor de sua própria carreira e consciente de sua responsabilidade social;
- d) professores engajados e comprometidos com o projeto pedagógico da Instituição, empenhados no alcance de autonomia da aprendizagem de seus alunos;
- e) profissionais da educação capazes de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo que promova transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos alunos;
- f) a mobilização de saberes pelos seus atores, com vistas a superar as antinomias dos conhecimentos especializados e estabelecer a correlação entre a mobilização dos conhecimentos de conjunto e a ativação da inteligência plena dos indivíduos.

Delineia-se, como propósito institucional, a busca pela qualidade do ensino

através da adoção de práticas institucionais que estimulem a melhoria do ensino, a capacitação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias educacionais. Nessa perspectiva, a política de ensino do IFPI será operacionalizada com base nos seguintes objetivos e ações:

- a) ampliar a oferta do ensino nos diversos níveis e modalidades atendendo aos arranjos produtivos locais;
- b) implementar programas de educação continuada, nas diversas modalidades de ensino;
- c) promover melhoria na qualidade do ensino através da implantação de diretrizes curriculares com base nos princípios da contextualização, da flexibilização curricular, e da integralização das ações de pesquisa e de extensão nos currículos;
- d) melhorar a estrutura acadêmica com vistas a garantir um melhor atendimento a estudantes e docentes;.
- e) consolidar o fortalecimento e ampliação dos grupos e núcleos de estudos interdisciplinares.

O IFPI oferta educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos, com vistas a uma atuação profissional competente. Nessa perspectiva, oferece à sociedade educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados, para concluintes do ensino fundamental, para o público da educação de jovens e adultos, e educação em nível superior com cursos de tecnologia, licenciaturas e bacharelados, com vistas à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

Ensino Técnico

A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

- a) os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- b) as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;
- c) as exigências de cada projeto pedagógico.

Os cursos profissionais de nível técnico, em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 4/1999, devem ser organizados por áreas profissionais que incluem as

respectivas caracterizações, competências profissionais gerais e cargas horárias mínimas de cada habilitação. A organização curricular pode ser estruturada em módulos com terminalidade ou não.

Os projetos pedagógicos dos cursos devem conter as seguintes informações:

- a) justificativa e objetivos do curso;
- b) requisitos de acesso;
- c) perfil profissional de conclusão, definindo claramente as competências profissionais a serem desenvolvidas;
- d) organização curricular estruturada para o desenvolvimento das competências profissionais, com a indicação da carga horária adotada e dos planos de realização do estágio profissional supervisionado;
- e) critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem;
- f) critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências profissionais anteriormente desenvolvidas;
- g) instalações, equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca;
- h) pessoal técnico e docente;
- i) explicitação de diploma e certificados a serem expedidos.

Os cursos de educação profissional técnica de nível médio conduzem à diplomação após sua conclusão com aproveitamento. Para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, o aluno deverá concluir seus estudos de educação profissional técnica de nível médio e de ensino médio.

Cursos Superiores de Tecnologia

Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Os cursos superiores de tecnologia, em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 3/2002, deverão:

- a) incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico em suas causas e efeitos;
- b) incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- c) desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;

- d) propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- e) promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- f) adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- g) garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

São critérios para o planejamento e a organização dos cursos superiores de tecnologia:

- a) o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade local e regional;
- b) a conciliação das demandas identificadas com a missão do IFPI e as suas reais condições de viabilização;
- c) a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável da região e do Piauí.

Os cursos superiores de tecnologia poderão ser organizados por módulos que correspondam a qualificações profissionais identificáveis no mundo do trabalho. A organização curricular deverá contemplar o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a sua identidade e caracteriza o compromisso ético do IFPI com os seus alunos e a sociedade.

A organização curricular compreenderá as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado em tecnologia.

Os projetos pedagógicos dos cursos devem conter as seguintes informações:

- a) justificativa e objetivos do curso;
- b) requisitos de acesso;
- c) perfil profissional de conclusão, definindo claramente as competências profissionais a serem desenvolvidas;
- d) organização curricular estruturada para o desenvolvimento das competências profissionais, com a indicação da carga horária adotada e dos planos de realização do estágio profissional supervisionado e de trabalho de conclusão de curso;

- e) critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem;
- f) critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências profissionais anteriormente desenvolvidas;
- g) instalações, equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca;
- h) pessoal técnico e docente;
- i) explicitação de diploma e certificados a serem expedidos;
- j) procedimentos de autoavaliação do curso.

Os cursos superiores de tecnologia conduzem à diplomação após sua conclusão com aproveitamento.

Licenciaturas

Os cursos de graduação para formação de professores para a educação profissional serão organizados no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Educação a Distância

A Educação a Distância – EAD é uma modalidade de ensino realizada de forma não presencial, síncrona (simultaneamente) ou assíncrona (a qualquer tempo), utilizando-se de metodologia própria, com o emprego de meios de comunicação que proporcionem interatividade total entre os discentes e os docentes dos cursos. Essa modalidade de ensino necessita de profissionais preparados para a elaboração de materiais didáticos específicos, para a administração de cursos e para a adoção da metodologia e das ferramentas aplicadas em EAD.

No período deste PDI, o IFPI está impulsionando a estruturação, a organização didática e o quadro de profissionais para a EAD, no nível de ensino técnico, com a perspectiva de ampliação para a graduação e pós-graduação, para em, no máximo, dois anos.

Os cursos e os conteúdos ministrados na modalidade a distância deverão ser padronizados nos Campi, regulamentados pelo Conselho Superior e implementados pela Pró-Reitoria de Ensino, a quem cabe o acompanhamento e a orientação da implementação de tais cursos, segundo as diretrizes e os padrões de qualidade

estabelecidos. Poderão ser ofertados internamente ou para qualquer localidade externa, como também para os alunos dos cursos presenciais internos regulares ou não, seja na forma de suporte para unidades curriculares presenciais, ou como para a substituição de componentes curriculares integrais, desde que planejados e autorizados previamente pelos colegiados competentes e pelo Ministério da Educação.

O objetivo do IFPI com a oferta de cursos na modalidade EAD é o de atender, com maior abrangência geográfica, à demanda das diversas comunidades e empresas com as especialidades e competências dos docentes de seus diversos Campi, sem a existência de barreiras de distância, além de proporcionar suporte e implemento de qualidade para os conteúdos dos cursos presenciais.

A Pró-Reitoria de Ensino, além de manter atualizadas as diretrizes pedagógicas para a oferta com qualidade de cursos na modalidade EAD, regulamentará os procedimentos administrativos e cargas horárias docentes, adequadas para cada projeto de curso nessa modalidade, bem como para a elaboração de conteúdos didáticos e gestão de cursos a distância.

Devido às grandes distâncias e à falta de disponibilidade de tempo, para saírem de suas cidades, muitas pessoas deixam de ter acesso à educação técnica e superior profissional. Esse quadro é elevado para os dias atuais, principalmente após o final desta “década da educação”, quando se tem um contingente muito significativo para a realidade do Estado.

As prefeituras e o Governo do Estado do Piauí, por outro lado, também têm interesse em que seus docentes possuam a habilitação necessária, não somente para se manterem dentro dos parâmetros de legalidade de seus sistemas de ensino, mas visando a melhoria significativa da qualidade na educação básica, alicerce fundamental para formação cidadã.

O IFPI, enquanto Instituição pública federal, sente-se na responsabilidade de contribuir com o Estado do Piauí na formação de docentes e assume o compromisso de atender parte dessa demanda, propiciando assim, a melhoria da qualidade no ensino nas escolas e, conseqüentemente, possibilitando a inserção de profissionais qualificados no mundo do trabalho.

A estrutura curricular dos cursos a distância deverá acompanhar a filosofia já existente nos cursos técnicos e de graduação do IFPI, sofrendo adaptações necessárias às diretrizes curriculares nacionais para os cursos e às especificidades da modalidade a distância. Assim, será feito um paralelo entre curso presencial e a

distância, garantindo a qualidade de ambos. O objetivo da EAD, dentro de um contexto bem amplo de inclusão, é atender a uma crescente democratização do ensino, criando possibilidades de acesso e escolarização a um contingente de pessoas que não têm ou não teriam condições de acesso à educação escolar totalmente presencial.

Para dar sustentação às ações de formação em EAD foi constituída a Coordenação de Educação a Distância, setor criado com fins de fornecer suporte aos cursos a distância em suas necessidades operacionais. Essa coordenação será estruturada da seguinte maneira:

- a) em cada Campus estará disponível para o discente uma estrutura mínima, objetivando o seu atendimento. Este contará com uma pequena biblioteca para consulta local com todas as indicações bibliográficas feitas no curso. Contará ainda com a presença de tutores de plantão, segundo escala feita pela coordenação de curso;
- b) além desses recursos, haverá uma sala, com quatro computadores (com progressiva ampliação), com acesso à internet para fins de pesquisa e/ou contatos com os professores especialistas das disciplinas, salas de aula, atendente de secretaria/biblioteca e um auxiliar de serviços gerais;
- c) a estrutura do núcleo regional de Teresina poderá ser diferenciada, em virtude de poder contar com as estruturas acadêmico-administrativas já existentes e ter um plantão onde a tutoria a distância, via telefone e moodle, possa direcionar os alunos que a procurarem;
- d) a biblioteca do núcleo regional será estruturada com um acervo mínimo que contará com os títulos indicados pelos cursos de graduação, e sua utilização será apenas para consulta local;
- e) os serviços de secretaria serão todos informatizados e interligados com o IFPI através de internet, bem como sua oferta será discriminada no manual de orientação do discente;
- f) ao coordenador de núcleo caberá operacionalizar o seu funcionamento e encaminhar ou esclarecer dúvidas dos tutores e discentes, bem como acompanhar os contatos com instituições conveniadas.

Programa de EAD Desenvolvido pelo IFPI: e-Tec Brasil

O objetivo do e-Tec é desenvolver a modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação técnica no País. Vai ampliar o acesso à educação técnica pública, levando tais cursos às regiões distantes das instituições de ensino técnico e para a periferia das grandes cidades brasileiras, incentivando os jovens a concluírem o Ensino Médio.

Além disso, pretende-se atingir objetivos socioeducacionais com a colaboração da União com entes federativos e estimular a criação de centros de formação permanentes, por meio dos polos de apoio presencial.

2.4 Políticas de Pesquisa, Pós-Graduação Inovação

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em sua concepção, são considerados verdadeiros fomentadores do diálogo dentro de seu território. Cabe-lhes a função de provocar a atitude de curiosidade frente ao mundo e dialogar com este mundo numa atitude própria de pesquisa.

Na relação com a pesquisa, o ato de pesquisar deve vir ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência, e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade.

O desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é o de ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo trajeto da formação do profissional, deve representar a conjugação do saber e de mudar e se construir na indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão. E os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global.

A definição de políticas de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação no IFPI, tem como princípio norteador a singularidade que as envolve. Sua definição procura agregar nexos de convergência, considerando, como ponto de partida para a tessitura, a quebra dos limites dos campos de saber na perspectiva da transversalidade possível entre Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia.

A definição de políticas de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação do IFPI foram elaboradas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e implementadas pelas coordenações de Pós-Graduação e Pesquisa nos campi.

A institucionalização da Pró-Reitoria teve por propósito a definição de diretrizes de todas as ações em nível de pesquisa, inovação e pós-graduação para todos os

campi do IFPI, envolvendo, principalmente, a capacitação docente, o fomento à pesquisa e a oferta de cursos de pós-graduação. Essas ações estão em sintonia com as demandas internas e com as demandas das comunidades locais e regionais, de forma a contribuir com o crescimento científico, econômico e social.

A política da Pesquisa, portanto, está intimamente articulada com a Inovação e Pós-Graduação do IFPI, e alicerça-se em função de ações formuladas em conformidade com as potencialidades do seu corpo docente e discente. Tais ações são desenvolvidas através de projetos de pesquisa abordando problemas regionais que necessitam de respostas tecnológicas e através de programas de pós-graduação em linhas de conhecimentos que apresentam uma demanda significativa para a região na qual o IFPI está inserido, e atende ao que consta na Lei nº 11.892/2008. Dessa forma são delineados os objetivos a seguir descritos.

Objetivo geral: promover a qualificação do quadro de pessoal docente e técnico administrativo, a fim de melhorar a qualidade das atividades de ensino, pesquisa, pós-graduação, inovação e extensão, visando constituir-se em um centro de excelência na oferta do ensino de ciências em geral e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica, bem como na geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas voltadas para as demandas sociais e peculiaridades regionais.

Objetivos específicos:

- a) Estimular a obtenção dos títulos de mestre e doutor, tendo como finalidade a formação de Grupos de Pesquisa, base essencial para ampliar o nível de produção técnico-científica.
- b) Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.
- c) Ofertar cursos de Pós-Graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.
- d) Ofertar cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Descrevem-se a seguir as políticas específicas definidas para as dimensões Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação no IFPI.

Pesquisa

A política para consolidação da pesquisa no IFPI abrange, sobretudo, a ampliação, manutenção e consolidação de novos grupos de pesquisas visando às demandas mercadológicas e sociais de forma integrada com outras Instituições de Ensino Superior, órgãos de financiamento da pesquisa em âmbito nacional e internacional e, fundamentalmente, com as empresas. Também com as demais instituições que firmem programas de parceria, para que os resultados tragam benefícios conjuntos e contribuam ou proporcionem o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos adequados às demandas do mercado regional e nacional. Esses programas devem ser avaliados periodicamente para que se tenha uma noção do seu alcance e assim se possa dimensioná-los, adequando-os à realidade existente.

O IFPI, dentre seus esforços para estimular e consolidar a realização de atividades de pesquisa institucional, adotará as seguintes práticas institucionais:

- a) apoio institucional à realização das atividades de pesquisa, englobando aporte financeiro, humano, físico e tecnológico;
- b) busca de novas fontes de recursos financeiros para auxílio à iniciação científica e à pesquisa, como meio de potencializá-las;
- c) auxílio à qualificação dos docentes e técnico administrativo perseguindo a meta de se ter um corpo de profissionais formado por mestres e doutores, principalmente;
- d) apoiar a formação e a consolidação de grupos de pesquisa, fortalecendo programas integrados às linhas de investigação técnico-científica da instituição devidamente cadastrada no Diretório de Pesquisa do CNPq;
- e) estimular a realização de pesquisas aplicadas visando ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas em sintonia com as necessidades da demanda regional, bem como da sociedade do entorno dos Campi, estendendo seus benefícios à comunidade;
- f) organização do calendário de eventos: mostras, feiras, seminários e encontros institucionais e interinstitucionais;
- g) estimular a participação de docentes, discentes e técnicos administrativos na elaboração e apresentação de resultados de pesquisas em eventos científicos

promovidos pela Rede Federal, bem como nos eventos devidamente reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;

- h) valorização da pesquisa científica e tecnológica de qualidade;
- i) instituir sistemática de acompanhamento e avaliação permanente da pesquisa em desenvolvimento;
- j) estimular parcerias entre o IFPI e as agências financiadoras e organizações governamentais e empresariais que promovam e aportem recursos para realização de pesquisas técnico-científicas;
- k) melhorar as condições de infraestrutura e de apoio às atividades de pesquisa institucional.

Inovação Tecnológica

Com a publicação da Lei de Inovação nº 10.973/2004, as instituições de ensino e pesquisa públicas foram obrigadas a dar acessibilidade às empresas, para compartilhar do conhecimento tecnológico e das pesquisas geradas nessas instituições. Com o propósito de atender a essa determinação, o IFPI, enquanto instituição pública de ensino e pesquisa, pretende instituir o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT. Esse Núcleo terá a responsabilidade de difundir, junto à comunidade e aos pesquisadores, as políticas de inovação e as iniciativas relacionadas à propriedade intelectual e transferência de tecnologia.

Na prática, a Lei vai melhorar a eficiência do setor produtivo do Estado, através da capacitação tecnológica, e estabelecer recursos legais eficientes que contribuam para a criação de um cenário favorável ao desenvolvimento científico, tecnológico e ao incentivo à inovação. Assim sendo, para o desenvolvimento dessa política, o NIT deverá estar devidamente equipado e com o pessoal qualificado, com uma sólida capacidade científica e intelectual. Portanto, a política de Inovação do IFPI será norteada a partir das seguintes estratégias:

- a) instalação da sede do Núcleo de Informação Tecnológica no IFPI;
- b) propiciar a formação de recursos humanos aptos a desenvolverem programas de informação empresarial; gestão tecnológica; fontes e serviços de informações tecnológicas; informações técnicas aplicadas; gestão de serviços produtivos; tecnologia da informação e planejamento estratégico;
- c) criação de uma cultura de propriedade Intelectual/Industrial (PI) na instituição;
- d) assegurar a presença institucional do IFPI nos eventos de PI ou afim;

- e) aperfeiçoar a qualidade do atendimento aos pesquisadores do IFPI e à comunidade em geral;
- f) adquirir um serviço de informação on-line, que disponibilize notícias e informações empresariais, científicas, médicas e técnicas, em nível global;
- g) filiar o IFPI às duas Associações de Gestão da Inovação Tecnológica, tais como: ABIPTI (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica) e ALTEC (Asociación Latino-Iberoamericana de Gestión Tecnológica);
- h) divulgação dos serviços do NIT no formato on-line;
- i) realização de encontros e palestras anuais de PI no IFPI com especialistas na área de PI/Patentes.

2.5 Políticas de Extensão

Por meio da extensão, o IFPI realiza a difusão, a socialização e a democratização do conhecimento produzido e existente em seu ambiente acadêmico. Ao estabelecer uma relação dialógica entre o conhecimento acadêmico e tecnológico e a comunidade, a extensão promove a troca de saberes, numa inter-relação entre a Instituição e a sociedade.

A extensão é compreendida como o espaço em que o IFPI promove a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando, assim, a imbricação/interação necessária à vida acadêmica.

A extensão, desenvolvida como prática acadêmica que interliga os Campi do IFPI nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais.

Tendo em vista que o processo educativo funda-se sobre os três pilares, ensino, pesquisa e extensão, como dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e sem hierarquização, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora. Ora a extensão intensifica sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, onde professores e alunos constituem-se como sujeitos do ato de ensinar e aprender, propiciando a socialização e a aplicação do saber acadêmico.

Em outros momentos, intensifica sua relação com a pesquisa, utilizando-se de metodologias específicas, compartilhando conhecimentos produzidos pela instituição e assim contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Em sua rotina de atividades, o IFPI está sempre atento às demandas sociais que impõem um diálogo permanente com a comunidade, e isso deve estar refletido no dia-a-dia da Instituição, envolvendo necessariamente ações em relação: à democratização das informações (que podem ser traduzidas em ações como cursos, eventos, etc.), ao desenvolvimento social e tecnológico (que pressupõe pesquisa, prestação de serviços, projetos tecnológicos) e à melhoria da qualidade de vida da população (ações voltadas para o desenvolvimento social da comunidade, incluindo a educação especial e na área cultural).

Nesse sentido, é imperativo conceber a extensão no IFPI como uma *práxis* que possibilita o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto, por parte de diversos segmentos sociais, a qual se revela numa prática que vai além da visão tradicional de formas de acesso como também de participação.

A extensão tem um grande leque de atuação e, em decorrência, gera um manancial de dados que precisa ser sistematizado com objetivo de dar visibilidade à contribuição da extensão nos contextos local, regional e nacional, o que não significa um engessamento das ações, mas ao contrário, favorece o estabelecimento de definições e princípios que subsidiarão as ações de cada Campus do IFPI.

A Política de Extensão do IFPI revela que suas ações devem propiciar aos seus estudantes experiência na sua área de conhecimento e oferecer condições para o enriquecimento da sua formação cultural e de cidadania. Para a sociedade, criar condições de acesso ao IFPI, por meio de cursos de extensão e de outros serviços, e transferir conhecimentos que contribuam para melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A extensão no IFPI é desenvolvida como prática que integra as atividades de ensino e de pesquisa, em resposta às demandas da população da região de seu entorno. Para tanto, serão desenvolvidos dois eixos de atuação: o primeiro, centrado no planejamento, organização e realização de todo o conjunto das atividades; e o segundo voltado inteiramente à divulgação dessas atividades, de forma a ampliar tanto o universo de atendimento quanto o conhecimento por parte da comunidade.

O compromisso social do IFPI é um dos seus pontos de destaque. Constantemente, são realizadas campanhas de solidariedade com arrecadação de

alimentos, roupas e remédios e brinquedos, os quais são destinados à comunidade em situação de vulnerabilidade social. São organizadas palestras sobre saúde e comportamento e orientação vocacional, direcionadas para alunos do curso de nível básico (Ensino Médio Integrado, Concomitante e Subsequente). As comunidades também encontraram no IFPI, atividades culturais como peças de teatros, apresentações musicais e exposições.

Entre os serviços oferecidos também merecem destaque as pesquisas de demandas desenvolvidas nas várias áreas do conhecimento. A discussão de temas atuais também integra o leque de atividades promovidas que, por meio de seminários, palestras e debates, permite aos alunos e à comunidade interação com assuntos de impacto social.

Dessa forma, a Política de Extensão no IFPI está coerente com o Plano Nacional de Extensão (PNE, 2001), que estabelece como princípio: “para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar”.

Diretrizes Gerais da Extensão

À luz das concepções e diretrizes que subsidiaram a criação dos Institutos Federais, o IFPI através da Política de Extensão assim define suas diretrizes da extensão.

a) Articulação entre educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi.

Essa articulação consolida o papel social da instituição na oferta dos diferentes níveis e modalidades de ensino e do ato educacional que elege como princípio a primazia do bem social, para além da compreensão da educação profissional e tecnológica (EPT) como mero instrumento de acesso ao mercado de trabalho. A certificação e validação possibilitando a verticalização do ensino na perspectiva da

formação integral na medida em que participa na (re)construção do conhecimento científico-tecnológico e no desenvolvimento de competência e habilidades de jovens, adultos e idosos. Na construção da proposta político-pedagógica, a flexibilidade curricular considera a integralização de conteúdos e saberes de forma inter, multi e pluridisciplinar, adequados à natureza das ciências e assegurando itinerários de formação inicial e continuada singular e exclusiva da EPT. A estrutura multicampi, respeitando os princípios da isonomia e autonomia em que todos os Campi na perspectiva de Rede integram o conjunto de ações e atividades necessárias ao desenvolvimento nacional, atuando a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais regionais e locais.

b) Articulação entre as atividades de extensão, ensino e pesquisa.

Essa diretriz compreende a educação formal como o conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma articulada e integrada com as dimensões educativas que ocorrem na sociedade como contexto macro da formação humana. Concebendo a ciência como o conjunto de conhecimentos produzidos pelo homem ao longo da História compete ao ensino possibilitar o acesso, comunicação, tradução e (re)construção de novos conhecimentos por meio das tecnologias de informação e comunicação como instrumentos de inserção e produção social, cultural e científico-tecnológica. No campo da pesquisa, cabe ao IFPI o papel de provocar a inquietude e a postura filosófico-científica necessárias ao questionamento e investigação do mundo como respostas às atuais necessidades humanas e à formação do trabalhador. À extensão cumpri integrar, articular e apresentar os novos conhecimentos produzidos na relação educação-ciência-tecnologia-sociedade no percurso de formação, em favor do desenvolvimento nacional, regional e local como previstos no plano nacional e institucional.

c) Relação dialógica entre o desenvolvimento local e regional e o Instituto.

A relação baseada no diálogo aproxima a relação Instituto-sociedade permitindo uma visão mais criteriosa e crítica em busca de soluções para a realidade de exclusão educacional e tecnológica tendo em vista a construção de uma sociedade inclusiva. A participação no desenvolvimento local e regional através de processos de intervenção sem perder de vista a construção da cidadania e a

dimensão do universal, como princípio das ações educacionais e extensionistas, pressupõe o pensar juntamente com os sujeitos que dele fazem parte e uso. Nessa perspectiva, considera-se o conceito de território como espaço geossocial, superando as limitações meramente geográficas.

d) Relação social de impacto e transformação.

A extensão promove a interlocução permanente com os setores produtivos que integram a realidade socioeconômico-cultural local e regional na construção conjunta de formas específicas de educação que respondam às demandas de grupos sociais em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país. Da mesma forma, uma relação entre o Instituto e a sociedade busca a consolidação de ações e atividades voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população. Para tanto, ao provocar processos de intervenção social nessa perspectiva, a extensão contribui para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino.

Objetivos da Extensão no IFPI

- a) contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino;
- b) buscar interação sistematizada do IFPI com a comunidade por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- c) integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- d) incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;

- e) participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- f) articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismo de inclusão.

Dimensões da Extensão

Com o objetivo de estabelecer bases que possam contribuir para o desenvolvimento da Extensão, os representantes das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica propõem que todas as atividades sejam identificadas segundo as dimensões discriminadas abaixo, que têm como objetivo uniformizar terminologias e criar uma base conceitual comum.

Projetos Tecnológicos: de pesquisa e/ ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação.

Serviços Tecnológicos: consultoria, assessoria, prestação de serviços para o mundo produtivo.

Eventos: ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa ou interna.

Projetos Sociais: projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

Estágio e Empregos: compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/ emprego e a operacionalização administrativa do estágio (encaminhamento e documentação).

Cursos de Extensão: ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.

Projetos Culturais Artísticos e Esportivos: compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas.

Visitas Técnicas: interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

Empreendedorismo e Cooperativismo: apoio à formação empreendedora através de programas institucionais.

Acompanhamento de Egressos: constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional de egresso, na perspectiva de

identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

Relações Internacionais: tem por finalidade estabelecer intercâmbios e acordos de cooperação internacional, bem como celebração de convênios, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

Áreas e Linhas da Extensão

Por questões práticas, todas as ações de Extensão do IFPI devem ser classificadas em áreas do conhecimento, abaixo especificadas, tendo por base as definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estabelecidas na “Tabela de Áreas de Conhecimento” definida na Portaria nº 9, de 23 de janeiro de 2008.

- a) Ciências Exatas e da Terra;
- b) Ciências Biológicas;
- c) Engenharias;
- d) Ciências da Saúde;
- e) Ciências Agrárias;
- f) Ciências Sociais Aplicadas;
- g) Ciências Humanas;
- h) Linguística, Letras e Artes;
- i) Multidisciplinar.

Em consonância com o PNE (2001), todas as ações de extensão deverão ser classificadas segundo áreas temáticas a serem desdobradas em plano de ação e projetos de extensão. Quando não for encontrada correspondência absoluta com uma das áreas temáticas em relação ao objeto da ação, a mais aproximada, tematicamente, deverá ser escolhida.

As linhas de extensão podem ser registradas em mais de uma área temática. Todas as linhas admitem o desenvolvimento de ações de extensão através de programas, projetos e eventos.

A finalidade da classificação é a sistematização, de maneira a favorecer os estudos e relatórios sobre a produção da extensão segundo agrupamentos temáticos, bem como a articulação de indivíduos ou grupos que atuam na mesma área temática, como as a seguir especificadas:

- a) Comunicação;

- b) Cultura;
- c) Direitos humanos;
- d) Educação;
- e) Meio ambiente;
- f) Saúde;
- g) Tecnologia¹⁶;
- h) Trabalho.

Estratégias de Atuação

As principais estratégias de atuação para implementação das atividades de extensão referenciam-se em:

- a) articulação entre as unidades organizacionais do IFPI, tais como: pró-reitorias de ensino, pesquisa, diretorias, departamento e coordenações;
- b) articulação permanente entre os Campi do IFPI para o desenvolvimento de ações de extensão;
- c) seleção de docentes em diferentes áreas do conhecimento para o atendimento nas oportunidades de elaboração de programas, projetos, cursos, eventos;
- d) ações integradas entre os departamentos e coordenações da PROEX/IFPI.

Financiamento

A busca por financiamentos para ações de extensão deve se efetivar por meio de um esforço conjunto entre todos os órgãos interessados, ou seja, coordenações de cursos, a PROEXT e a própria Instituição. Esses financiamentos podem ter como fontes de recursos as dotações orçamentárias federais, estaduais ou municipais, fundos gerenciados pelas fundações de apoio, ou ainda, parcerias com órgãos ou instituições Não-Governamentais, conforme prevê a Constituição.

Além das dotações orçamentárias, há organizações Não-Governamentais e Órgãos Governamentais Nacionais e Internacionais que estabelecem periodicamente programas para desenvolvimento de ações que podem contemplar as atividades de extensão universitária.

Vale destacar que, segundo o PNE, o financiamento das metas relativas à articulação com a sociedade será definido a partir da realização de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas e articulações políticas com agências de desenvolvimento.

O proponente de uma ação de extensão pode:

- a) apresentar sua proposta para aprovação de financiamento com verbas da própria Instituição, de acordo com prazos e orientações divulgadas, anualmente, através dos editais publicados pela PROEX;
- b) propor parcerias, indicar fontes de financiamento ou procurar junto à PROEXT, informações de agências de fomento nacionais ou internacionais;
- c) acessar os sites de Organizações Não-Governamentais, Agências, Fundações de Apoio e Órgãos Governamentais Nacionais e Internacionais em busca de financiamento e parcerias.

2.6 Políticas de Administração

Os sistemas de gestão administrativo-financeira e de infraestrutura física, vinculados à Administração, atuam como elementos de apoio básicos e indispensáveis ao funcionamento institucional, pela capacidade de viabilizar, coordenar e articular as ações operacionais de modo a garantir as bases organizacionais legais e infraestruturais necessárias ao cumprimento da função social da Instituição, sem descuidar da qualidade e eficácia dos processos, conforme objetivos, ações e indicadores abaixo especificados.

Na consolidação da gestão democrática e transparente em todos os setores da Instituição, o IFPI adotará as seguintes práticas institucionais:

- implementação, no nível da gestão dos Campi, dos processos de planejamento, inclusive o orçamento, utilizando metodologias que viabilizem a real participação da comunidade do IFPI;
- elaboração de um projeto anual de captação de dados para a definição, de forma participativa, de critérios que orientem a elaboração da proposta orçamentária do IFPI abrangendo todos os Campi.

2.7. Políticas de Articulação e Integração Institucional- PROAI

Conforme definido no Regimento Interno do IFPI, a PROAI é um órgão executivo que assume de forma estratégica as funções de planejar, coordenar e acompanhar as atividades de planejamento e desenvolvimento institucional.

A PROAI promove as políticas e diretrizes de desenvolvimento institucional e suas aplicações nos Campi, monitora a implementação dos planos de gestão contando para isso com a assessoria da Diretoria de Desenvolvimento Institucional, que é o órgão com atuação na articulação do Planejamento Estratégico no IFPI e sua aplicação nos Campi, definindo prioridades de atuação e desenvolvimento nos Campi.

Visando contribuir na concretização da Missão do IFPI, a PROAI Planeja, organiza e controla a equidade institucional quanto aos planos de investimentos, zelando pelo cumprimento de metas definidas nos planos institucionais; propondo alternativas organizacionais e visando ao constante aperfeiçoamento da gestão.

A estrutura da PROAI é composta pela Diretoria de Desenvolvimento Institucional e pelos Departamentos de Informações Institucional e de Engenharia Institucional. Através da Diretoria de desenvolvimento Institucional, a PROAI promove a articulação e o compartilhamento de experiências entre os gestores com a finalidade de disseminar para os Diretores dos Campi as melhores práticas de gestão; supervisiona as atividades de gestão da informação, infraestrutura, planos de ação e estatísticas da Instituição;

O papel de órgão articulador desenvolvido pela PROAI dentro do IFPI é possibilitado pela contribuição dada pelo Departamento de Informação Institucional, órgão responsável pelo monitoramento de dados, informações e indicadores dos diversos órgãos de sua competência com abrangência nos Campi.

A PROAI, através do Departamento de Engenharia Institucional, assume a responsabilidade pela definição da utilização do espaço físico da Reitoria e dos Campi. Considerando a grande expansão física vivenciada hoje no IFPI, esse departamento assume grande relevância dentro da instituição, pois é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, execução, orientação e monitoramento de todos os projetos de engenharia e arquitetura do IFPI e seus Campi. Elabora projetos de engenharia institucional fazendo estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental dos projetos, define metodologia de execução e gerencia a qualidade dos projetos e execução através de inspeção preventiva e corretiva nos projetos executados.

O desenvolvimento institucional defini-se como a principal política a ser implementada pela PROAI por contribuir de forma significativa para o seu fortalecimento, promovendo ações que visam à consolidação da gestão democrática e

transparente em todos os setores da Instituição; nessa perspectiva, o IFPI adotará as seguintes práticas institucionais:

- descentralização administrativa através da gestão participativa, desenvolvendo a administração em parceria com os Campi, com elaboração de agenda de reuniões periódicas;
- implementação, no nível da gestão dos Campi, dos processos de planejamento, inclusive o orçamento, utilizando metodologias que viabilizem a real participação da comunidade do IFPI;
- elaboração de um projeto anual de captação de dados para a definição, de forma participativa, de critérios que orientem a elaboração da proposta orçamentária do IFPI abrangendo todos os Campi;
- elaboração anual, em várias mídias, de um catálogo informativo sobre o IFPI;
- registro e divulgação dos dados dos censos escolares e dos cursos;
- consolidação e divulgação do relatório anual de gestão;
- divulgação anual da evolução dos dados institucionais;
- disponibilização trimestral do demonstrativo da execução orçamentária na página eletrônica do Instituto, visando à transparência, ao acompanhamento, à avaliação e manutenção mensal do fluxo de informações acerca dos recursos do orçamento;
- fortalecimento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, disponibilizando as condições necessárias para a execução dos trabalhos em todos os Campi;
- criação de uma cultura de avaliação institucional, realizando anualmente a autoavaliação institucional em todos os Campi;
- aplicação de mecanismos de gestão democrática, voltados à integração da comunidade do IFPI, objetivando a efetivação das políticas de articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- implantação de um sistema eficiente de planejamento e orçamento participativo;
- constituição de fóruns permanentes de discussão das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- implementação da descentralização gerencial dos processos administrativos através do Programa de Modernização e Informatização Administrativa;
- redefinição da estrutura organizacional com reestruturação dos serviços do IFPI;

- articulação permanente do Conselho de Dirigentes com o Conselho Superior do IFPI.

O IFPI promoverá ações com a intenção de incentivar a cultura empreendedora nos Campi. Apoiará o desenvolvimento de projetos de professores/pesquisadores, alunos e ex-alunos empreendedores da Instituição, com objetivo de favorecer a criação de empresas de base tecnológica, aproximação do meio acadêmico com o Mercado e geração de produtos e serviços inovadores, através do aumento de registro de patentes.

No IFPI, a avaliação institucional é concebida como um valioso instrumento de gestão. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem por objetivo acompanhar de forma permanente e sistematizada a execução dos projetos dos cursos ofertados e a implementação das metas institucionais. Os resultados da avaliação institucional são utilizados para a correção de rumos, redefinição de ações e estabelecimento de novas políticas.

2.8. Políticas de Gestão de Pessoas

Os recursos humanos constituem a maior riqueza de uma instituição, uma vez que são eles efetivamente que a fazem funcionar, agregando-lhe ainda mais valia à medida que põem a serviço da missão institucional suas próprias competências e habilidades individuais.

Dessa forma, para além das ações que visam à melhoria dos processos de gestão e da infraestrutura disponível, que beneficiam diretamente o servidor, faz-se mister estruturar um programa capaz de atender a necessidades específicas desse segmento tão importante, sempre no sentido de desenvolver suas potencialidades pela capacitação, qualificação e valorização. Além disso, deve-se buscar, através dos meios adequados, corrigir possíveis distorções no processo do trabalho pela defesa dos direitos das categorias e pela racionalização do aproveitamento da força de trabalho.

2.8.1 Objetivos e Ações

- Fortalecer as comissões de apoio e aperfeiçoar os mecanismos de avaliação do desempenho dos servidores, visando garantir a eficácia da atuação profissional.
- Acompanhar as discussões sobre as carreiras dos servidores docentes e técnico-administrativos visando ao seu aprimoramento e desenvolvimento profissional.
- Realizar estudos e levantamento do dimensionamento da força de trabalho na instituição, com o objetivo de atender as demandas administrativas e as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Promover a gestão organizacional considerando as competências e os conhecimentos dos servidores para alcançar os objetivos institucionais com base na satisfação profissional.
- Fomentar programas de capacitação e estabelecimento de convênios e intercâmbios com instituições de ensino nacionais e internacionais, de modo a elevar a titulação de docentes e técnico-administrativos.
- Fomentar a participação de servidores em programas de capacitação com instituições de ensino nacionais e internacionais (cursos técnicos, graduação e pós-graduação);
- Fomentar a participação de servidores e gestores em treinamentos, cursos, palestras, congressos e seminários.
- Desenvolver programas relacionados à melhoria da qualidade de vida do servidor.
- Consolidar o Programa de Preparação para o Pós-Carreira, possibilitando aos servidores que estão próximos a se aposentar o seu planejamento pessoal e profissional, contemplando também os servidores aposentados;
- Formalizar, sistematizar e desenvolver o Programa de Lazer e Qualidade de Vida dos servidores, promovendo ações de integração entre eles.
- Desenvolver e aperfeiçoar os processos de gestão no âmbito da gestão de pessoas.
- Realizar a descentralização das ações de gestão de pessoas para os campi, a partir de uma (re)estruturação;
- Reestruturar a Diretoria de Gestão de Pessoas para atender as demandas advindas dos campi a partir de planejamento estratégico;

- Manutenção, auxílio e assistência de servidores ativos, aposentados e/ou pensionistas e dependentes;
- - Reestruturar o plano de capacitação da instituição;
- Realizar contratação, redistribuição e remanejamento de servidores.

2.9 Políticas de Tecnologia da Informação

O planejamento estratégico de TI é essencial para que as organizações possam identificar e alocar corretamente os recursos dessa área de acordo com as prioridades institucionais e com os resultados esperados, permitindo que a Instituição possa se adaptar rapidamente a mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e a novas demandas operacionais. Com base no exposto, a tecnologia da informação do IFPI adotará as seguintes políticas institucionais:

- promover a padronização de serviços, processos, controles, aplicações e infraestrutura, viabilizando a integração e a interoperabilidade entre os Campi deste Instituto Federal, o MEC e demais instituições do sistema de ensino;
- ampliar a eficiência e eficácia do setor a partir, do uso otimizado do recurso, informações e conhecimentos, de forma alinhada com o planejamento estratégico da instituição;
- elaborar boletim informativo trimestral de TI com as ações de todas as unidades do IFPI.

As ações de TI Considerarão requisitos de responsabilidade socioambiental, com vistas a promover a sustentabilidade, observando assim princípios de TI VERDE. Dessa forma a implementação de mecanismos que garantam a integridade, a confiabilidade e a disponibilidade requerida para os dados e informações do Instituto Federal do Piauí serão propósitos de política institucional de fortalecimento da cultura de utilização do software livre e de softwares públicos em todos os Campi do IFPI.

2.10. Responsabilidade Social

O IFPI é uma instituição cuja responsabilidade social primordial é a de promover uma educação tecnológica de qualidade nos diferentes níveis de ensino. Com esse propósito vem, a cada ano, procurando acrescentar melhorias diversas a

essa responsabilidade no que se refere ao desenvolvimento tecnológico de processos, produtos e serviços, em articulação com as necessidades dos diferentes setores produtivos. Os professores pesquisadores estão organizando grupos e linhas de pesquisas básicas e aplicadas, de abrangência local e regional, para consolidar a identidade da Instituição como de ensino superior, com ênfase na produção de tecnologias que contribuam para o desenvolvimento das regiões onde os Campi estão instalados.

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, que instituiu o SINAES, a responsabilidade social da IES é definida, especialmente, no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

As ações do IFPI voltadas para a responsabilidade social serão planejadas de modo a contemplar a sua contribuição quanto à inclusão social, desenvolvimento social e econômico, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural das regiões do Piauí onde os Campi atuam. De modo mais abrangente, empenhar-se para que as ações locais tenham reflexo positivo no âmbito da região Nordeste e do País.

A inclusão social refere-se à relação das políticas institucionais com processos de inclusão social, envolvendo a alocação de recursos que sustentem o acesso e permanência dos estudantes, tais como, bolsas de estudo, apoio psicopedagógico, facilidades para pessoas com deficiência. Também inclui a prestação de serviços gratuitos à população, relacionados com os cursos que oferece, a promoção de campanhas educativas e outros benefícios que levem à população mais necessitada serviços de boa qualidade.

No referente à política de educação inclusiva, o IFPI desenvolve ações nos âmbitos interno e externo a partir das seguintes diretrizes:

- a) instituição de programas de apoio aos estudantes com vistas a garantir o acesso, a permanência e o sucesso na aprendizagem, principalmente dos estudantes oriundos das escolas públicas;
- b) adaptação da infraestrutura física e acadêmica para facilitar o acesso de pessoas com deficiências;
- c) contratação de pessoal docente e técnico-administrativo com deficiências;
- d) implantação de programas e projetos a serem desenvolvidos em comunidades carentes e escolas públicas da região de influência dos Campi do IFPI;

e) assistência a setores e grupos sociais discriminados ou sub-representados na sociedade local, etc.

As diretrizes orientadoras dos programas de ações afirmativas e de inclusão social são as seguintes:

a) otimização da política de assistência estudantil com vistas a possibilitar condições mínimas de atenção aos alunos provenientes das classes sociais desfavorecidas, visando ao desenvolvimento das atividades relacionadas com o acesso e a permanência dos estudantes;

b) ampliação do vínculo com as escolas da rede oficial de ensino, na perspectiva de solucionar problemas da educação básica, nos municípios atendidos pelos Campi, envolvendo professores e alunos das Licenciaturas;

d) ampliação da oferta do PROEJA, em todos os Campi, visando garantir uma educação inclusiva.

Para contribuir no desenvolvimento social e econômico, O IFPI deve promover ações e programas que concretizem e integrem as diretrizes curriculares dos cursos que oferece, com os setores sociais e produtivos, incluindo o mercado profissional, podendo expressar-se por relações com empresas, associações de bairro, movimento sociais, incubadoras, estágios em setores profissionais específicos, prestação de serviços, parcerias de trabalho com órgãos públicos e privados. Ainda experiências de produção e transferência de conhecimentos, tecnologias e dispositivos decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais, que sirvam para o desenvolvimento local, regional, nacional, para o meio rural ou meio urbano, incluindo o registro de seus resultados.

No referente ao meio ambiente, o IFPI deve realizar ações e programas que concretizem e integrem seus cursos com as políticas relacionadas com a preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e transferência de conhecimentos. Também nessa área incluem-se experiências de produção de conhecimentos, tecnologias e dispositivos decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais que sirvam para a preservação e melhoria do meio ambiente no âmbito local, regional e nacional, em espaços rurais ou urbanos.

Para a preservação da memória e do patrimônio cultural, devem ser desenvolvidas ações e programas que concretizem e integrem seus cursos com as políticas relacionadas com o patrimônio histórico e cultural, visando à sua preservação e estimulando parcerias e transferência de conhecimentos. Também experiências de produção e transferência de tecnologias e dispositivos decorrentes

das atividades científicas, técnicas e culturais que sirvam para a preservação da memória e do patrimônio cultural no âmbito local, regional e nacional.

3 IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

3.1 Cronograma de Desenvolvimento

Quadro 2 – Oferta de cursos do Campus Teresina Central

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	Ano				
				2010	2011	2012	2013	2014
Engenharia Ambiental	Bacharelado		40	-	-	-	X	X
Engenharia Elétrica	Bacharelado		40	-	-	-	X	X
Engenharia Mecânica	Bacharelado		40	X	X	X	X	X
Biologia	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Física	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Matemática	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Química	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Alimentos	Superior de Tecnologia		40	X	X	-	-	-
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior de Tecnologia		40	X	X	X	X	X
Geoprocessamento	Superior de Tecnologia		40	X	X	X	X	X
Gestão Ambiental	Superior de Tecnologia		40	X	X	X	-	-
Gestão de Recursos Humanos	Superior de Tecnologia		40	X	X	X	-	-
Radiologia	Superior de Tecnologia		40	X	X	X	X	X
Secretariado	Superior de Tecnologia		40	X	X	X	X	X
Administração	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Automação Industrial	Técnico Integrado		40	-	-	-	X	X
Biotecnologia	Técnico Integrado		40	-	-	X	X	X
Eletrônica	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Eletrotécnica	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Mecânica	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Mecatrônica	Técnico Integrado		40	-	-	-	X	X
Programação em Jogos Digitais	Técnico Integrado		40			X	X	X
Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	Ano				
				2010	2011	2012	2013	2014

Administração	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Artes Visuais	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Contabilidade	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Eletrônica	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Eletrotécnica	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Subsequente		40	X	-	-	-	-
Instrumento Musical	Técnico Subsequente		40	-	X	X	X	X
Marketing	Técnico Subsequente		40	-	-	-	X	X
Mecânica	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Música	Técnico Subsequente		40	X	-	-	-	-
Refrigeração e Climatização	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Segurança do Trabalho	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Contabilidade	PROEJA		40	-	X	-	-	-
Manutenção e Suporte em Informática	PROEJA		40	X	-	X	-	X
Mecânica	PROEJA		40	-	X	-	-	-
Refrigeração e Climatização	PROEJA		40	-	X	-	-	-
Segurança do Trabalho	PROEJA		40	-	X	-	X	-
Comércio	PROEJA		40	X	-	X	-	X

Quadro 3 – Oferta de cursos do Campus Teresina Zona Sul

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	Ano				
				2010	2011	2012	2013	2014
Gastronomia	Superior de Tecnologia		40	-	-	-	X	X
Design em Moda	Superior de Tecnologia		40	-	-	-	X	X
Edificações	Técnico Integrado		40	-	X	X	X	X
Saneamento	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Vestuário	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Cozinha	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Edificações	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Estradas	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Panificação	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Vestuário	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Cozinha	PROEJA		40	X	-	X	-	X
Agrimensura	PROEJA		40	-	X	-	X	-

Quadro 4 – Oferta de cursos do Campus de Floriano

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	Ano				
				2010	2011	2012	2013	2014
Biologia	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Matemática	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Química	Licenciatura		40	-	-	X	X	X
Eletromecânica	PROEJA		40	X	X	X	X	X
Informática	PROEJA		40	X	X	X	X	X
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior de Tecnologia		40	X	X	X	X	X
Controle Ambiental	Técnico Integrado		40	-	-	X	X	X
Edificações	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Eletromecânica	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Edificações	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Eletromecânica	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X

Quadro 5 – Oferta de cursos do Campus de Parnaíba

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	Ano				
				2010	2011	2012	2013	2014
Informática	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Edificações	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Eletrotécnica	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Administração	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Edificações	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Eletrotécnica	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Física	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Química	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Manutenção e Suporte em Informática	PROEJA		40	X	X	X	X	X
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior de Tecnologia		40	-	-	-	X	X

Quadro 6 – Oferta de cursos do Campus de Picos

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	Ano				
				2010	2011	2012	2013	2014
Banco de Dados	<i>Lato Sensu</i>		20	-	-	-	-	X
Ensino de Ciências	<i>Lato Sensu</i>		20	-	-	-	-	X
Matemática	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Física	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Administração	PROEJA		40	X	X	X	X	X
Informática	PROEJA		40	X	X	X	X	X
Manutenção e Suporte em Informática	PROEJA		40	-	X	X	X	X
Eletrotécnica	PROEJA/FIC		40	-	X		X	-
Alimentos	Superior de		40	-	X	X	X	X

	Tecnologia							
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Superior de Tecnologia		40	-	-	-	X	-
Processos Gerenciais	Superior de Tecnologia		40					
Processos Químicos	Superior de Tecnologia		40	-	-	-	-	X
Administração	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Biocombustíveis	Técnico Integrado		40	-	X	X	X	X
Edificações	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Eletrotécnica	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Administração	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Edificações	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Eletrotécnica	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X

Quadro 7 – Oferta de cursos do Campus de Uruçuí

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	Ano				
				2010	2011	2012	2013	2014
Agroindústria	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Agropecuária	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Agroindústria	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Agropecuária	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Matemática	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Física	Licenciatura		40	-	-	X	X	X
Biologia	Licenciatura		40	-	-	-	X	X
Gestão Ambiental	Superior de Tecnologia		40	-	-	-	-	X
Edificações	PROEJA/FIC		40	-	-	X	-	X
Agropecuária	PROEJA/FIC		40	X	X	-	X	-

Quadro 8 - Oferta de cursos do Campus de Corrente

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	Ano				
				2010	2011	2012	2013	2014
Informática	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Agronegócio	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Matemática	Licenciatura		40	X	X	-	X	X
Física	Licenciatura		40	-	-	-	X	X
Informática	Técnico Concomitante ou Subsequente		40	X	X	X	X	X
Meio Ambiente	Técnico Concomitante ou Subsequente		40	X	X	X	X	X
Química	Licenciatura		40					X
Gestão Ambiental	Superior de Tecnologia		40		X	X	X	X
Agronegócio	Superior de Tecnologia		40					X
Informática	Superior de Tecnologia		40				X	X

Agroecologia	PROEJA		40	X		X	X	X
Agronegócio	Técnico Concomitante ou Subsequente		40	X	X	X	X	X

Quadro 9 – Oferta de cursos do Campus de Angical

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	Ano				
				2010	2011	2012	2013	2014
Administração	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Administração	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Matemática	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Física	Licenciatura		40	-	-	X	X	X
Comércio	PROEJA		40	X	X	-	X	-
Manutenção e Suporte em Informática	PROEJA		40	-	-	X	-	X

Quadro 10 – Oferta de cursos do Campus de São Raimundo Nonato

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	Ano				
				2010	2011	2012	2013	2014
Agronegócio	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Guia de Turismo	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Cozinha	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Matemática	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Física	Licenciatura		40	-	-	X	X	X
Cozinha	PROEJA/FIC		40	X	X	-	X	-
Hospedagem	PROEJA/FIC		40	X	-	X	-	X

Quadro 11– Oferta de cursos do Campus de Piriá

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	Ano				
				2010	2011	2012	2013	2014
Vestuário	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Vestuário	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Matemática	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Física	Licenciatura		40	-	-	X	X	X
Vestuário	PROEJA/FIC		40	X	X	-	-	-

Quadro 12 – Oferta de cursos do Campus de Paulistana

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas	PERÍODO				
				2010	2011	2012	2013	2014

Informática	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Mineração	Técnico Integrado		40	X	X	X	X	X
Informática	Técnico Subsequente		40	X	X	X	X	X
Mineração	Técnico Subseqüente		40	X	X	X	X	X
Matemática	Licenciatura		40	X	X	X	X	X
Física	Licenciatura		40	-	-	X	X	X
Manutenção e Suporte em Informática	PROEJA/FIC		40	X	X	-	-	-

Quadro 13 – Programa de abertura de cursos de pós-graduação

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas/Local	PERÍODO				
				2010	2011	2012	2013	2014
Tecnologias Digitais	Especialização	Manhã Tarde	75/ Teresina	X	X	-	-	-
Biologia Parasitaria	Especialização	Manhã Tarde	80/ Teresina	X	X	X	-	-
Gestão de Pessoas	Especialização	Manhã Tarde	115/ Teresina	X	X	X	-	-
Gerenciamento de Recursos Ambientais	Especialização	Manhã Tarde	113/ Teresina	X	X	X	-	-
Biocombustíveis/ Novas Tecnologias Renováveis	Especialização	Manhã Tarde	40/ Teresina	X	X	-	-	-
Controle de Qualidade de Alimentos	Especialização	Manhã Tarde	50/ Teresina	X	X	X	-	-
Educação Física/ Desporto Escolar	Especialização	Manhã Tarde	72/ Teresina	X	X	-	-	-
Área de Gestão de Secretariado e Assessoramento Ambiental	Especialização	Manhã Tarde	30/ Teresina	X	X	-	-	-
Linguística	Especialização	Manhã Tarde	40/ Teresina	X	X	-	-	-
Geografia Socioespacial	Especialização	Manhã Tarde	35/ Teresina	X	X	-	-	-
Gestão Empresarial	Especialização	Manhã Tarde	120/ Teresina	X	X	-	-	-
Banco de Dados	Especialização	Manhã Tarde	80/ Teresina	X	-	-	-	-
Engenharia de Materiais	Mestrado	Manhã Tarde	10/ Teresina	-	-	X	X	X
Especialização em Informática na Educação	Especialização	Manhã Tarde	40/Angical			X		
Especialização em Atividade Física e Saúde	Especialização	Manhã Tarde	40/Florianópolis			X		
Especialização em Docência do Ensino Superior	Especialização	Manhã Tarde	50/Parnaíba			X		
Especialização em Docência do Ensino Superior	Especialização	Manhã Tarde	50/Piripiri			X		
Especialização em Ciências Ambientais	Especialização	Manhã Tarde	40/Uruçui			X		

Quadro 14 – Programa de abertura de cursos de extensão

Cursos	Modalidade	Turno	Vagas/ Local	PERÍODO				
				2010	2011	2012	2013	2014
Exemplo: Área de Matemática	Presencial	Tarde	100 Florianópolis	-	X	X	X	X

3.2 Diretrizes Pedagógicas

Os cursos do IFPI, distribuídos pelos diversos Campi, estão estruturados para atendimento às áreas de formação de Técnico de Nível Básico, Superiores de Tecnologia, Bacharelados e Licenciaturas, tendo regulamentações próprias, organização didático-pedagógica, bem como seus projetos pedagógicos aprovados pelo Conselho máximo da Instituição.

No portal do IFPI (www.cefetpi.br) está disponível um link contendo as legislações oficiais, internas e externas, projetos dos cursos e outras informações relevantes, para conhecimento e escolhas a serem feitas pela comunidade.

Sobre a Pós-Graduação, a situação é semelhante no que diz respeito à organização e ao funcionamento, ou seja, possuem seus projetos, coordenadorias e colegiados. O IFPI mantém cursos nas modalidades *lato sensu* e *stricto sensu*. A principal meta do IFPI é expandir com qualidade, a oferta e ampliar o índice de produção nesse nível de qualificação.

Estruturação dos projetos pedagógicos de curso superiores

No planejamento para a oferta de novos cursos, os seguintes componentes devem ser especificados no projeto pedagógico do curso:

- a) justificativa e objetivos do curso;
- b) requisitos de acesso;
- c) perfil profissional de conclusão, definindo claramente as competências profissionais a serem desenvolvidas;
- d) organização curricular estruturada para o desenvolvimento das competências profissionais, com a indicação da carga horária adotada e dos planos de realização

do estágio supervisionado, de trabalho de conclusão de curso e de atividades complementares;

- e) critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem;
- f) critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências profissionais anteriormente desenvolvidas;
- g) instalações, equipamentos, recursos tecnológicos e biblioteca;
- h) pessoal técnico e docente;
- i) explicitação de diploma e certificados a serem expedidos;
- j) procedimentos de autoavaliação do curso.

Projetos de conclusão de curso

Para efeito de conclusão dos cursos, e de acordo com o projeto pedagógico dos mesmos, os alunos apresentam na Coordenação de seus cursos projetos acadêmicos para confecção de trabalhos finais ou monografias. A resolução que normatiza essa atividade será encaminhada para apreciação e aprovação ao Conselho Superior após a sua implantação e entrará em funcionamento após aprovação.

O propósito do IFPI é incentivar a pesquisa por meio da iniciação científica. A instituição está em busca de uma avaliação do CNPq que lhe impute qualidade tanto pelo nível dos trabalhos quanto pelo volume desses. Com a clareza de que ainda não se tem uma representação quantitativa satisfatória, esse é um dos pontos prioritários da Pós-Graduação.

3.2.1 Perfil dos egressos

O perfil do egresso de cada curso está definido no respectivo projeto pedagógico, tendo como referência as competências básicas e específicas nas diretrizes curriculares nacionais.

Como perfil comum a todos os egressos dos cursos oferecidos pelo IFPI em seus diferentes Campi, serão desenvolvidas as seguintes competências e habilidades:

- a) desenvolver projetos em equipe estabelecendo parcerias entre diferentes áreas profissionais, ampliando as possibilidades de realização de melhores práticas e obtenção de melhores resultados;
- b) reconhecer a importância da informação e da comunicação como ferramentas necessárias na atividade profissional, sabendo utilizar estes recursos de forma eficiente;
- c) desenvolver as capacidades gerenciais necessárias à boa condução de sua carreira, vislumbrando as possibilidades mercadológicas, profissionais e empreendedoras possíveis;
- d) demonstrar responsabilidade cidadã na prática profissional escolhida tendo uma visão ampla de sua atuação profissional, seus direitos e deveres na sociedade;
- e) utilizar os conhecimentos aprendidos para avaliar, diagnosticar problemas, planejar ações e implementar soluções para as diversas demandas organizacionais em sua atividade profissional;
- f) propor soluções criativas para problemas identificados nas organizações onde possam atuar profissionalmente;
- g) participar de grupos de trabalho contribuindo para o crescimento da organização onde atuam;
- h) atuar social e profissionalmente de forma ética e comprometida.

3.2.2 Seleção de conteúdos

Partindo de sua referência em educação profissional e tecnológica, a Pró-Reitoria de Ensino (PROENS) do IFPI coordenará o processo de implantação das Diretrizes Curriculares Internas (DCI), no intuito de orientar as Coordenações de Curso na proposição de novos projetos pedagógicos, a serem ofertados, nas diferentes modalidades de cursos de educação profissional de nível técnico, de graduação e de pós-graduação da Instituição.

Os currículos dos cursos refletem as concepções, objetivos e perfis profissionais que o IFPI estabeleceu como referenciais, bem como estão fundamentados nas diretrizes, princípios e determinações estabelecidas em instrumentos legais. Com base nessas referências, os cursos oferecerão currículos que atendam as exigências acadêmicas, aprofundamento de conhecimentos, suscitando o desenvolvimento da capacidade de análise e síntese, com ampla visão da realidade e atitude crítica diante dela, agindo e interagindo na sociedade.

A organização curricular dos cursos articula as necessidades de conhecimento em dois eixos: o de formação geral e o de formação específica, compreendidas em componentes curriculares que os integram. Esta articulação entre eixos de formação naturalmente orientará os alunos para o perfil do egresso definido no projeto pedagógico do curso, conduzindo os alunos ao aprofundamento do saber específico, que será favorecido por uma vivência prática, bem como por seu engajamento em atividades de pesquisa e de extensão, tendo como referencial os princípios de interdisciplinaridade, da contextualização e da articulação entre teoria e prática.

A matriz curricular de cada curso deve ser organizada de forma a apresentar, em semestres letivos, os conteúdos curriculares de natureza científica, as atividades práticas a serem vivenciadas no decorrer do Curso, bem como o estágio de prática profissional e as atividades complementares. Esses conteúdos e atividades irão propiciar os conhecimentos e situações de aprendizagem necessárias para o desenvolvimento das competências e habilidades exigidas no perfil do profissional formado pelo IFPI.

3.2.3 Princípios metodológicos

A metodologia de ensino a ser desenvolvida pelo IFPI em todos os seus Campi tem como fundamento o modelo pedagógico do aprender fazendo, em que o aluno é familiarizado desde o início do curso com as questões próprias da sua futura área profissional.

O foco de desenvolvimento deste modelo pedagógico é que o conhecimento acontece de forma dinâmica através da articulação entre teoria e prática. Assim, os alunos discutirão com seus professores as questões atuais do curso, como também os problemas encontrados na realidade do mercado de trabalho, buscando nos conteúdos curriculares as explicações teóricas que respaldem as intervenções necessárias.

O método didático a ser privilegiado é o da problematização. As atividades didáticas ocorrerão através de aulas teóricas e de práticas em laboratórios e na comunidade. A interdisciplinaridade entre os conteúdos curriculares deve ser buscada de forma horizontal (entre as disciplinas de um mesmo semestre) e na forma vertical (entre as disciplinas dos diferentes semestres).

Para que se efetive o processo de ensino e aprendizagem no currículo baseado nesse modelo pedagógico, faz-se necessária a adoção da metodologia da

problematização, base dos procedimentos de ensino utilizados pelos docentes. Através dessa metodologia, acredita-se que o aluno possa aprender a pensar criticamente, a desenvolver a capacidade de reconhecer a realidade e a se preparar como cidadão para uma ação transformadora da prática social.

Cada professor fará constar em seu plano de curso a metodologia de ensino a ser utilizada, em concordância com o modelo pedagógico adotado pelo IFPI, com a natureza da disciplina e sua finalidade na formação do aluno. Deverá ser enfatizada em todas as disciplinas curriculares a articulação efetiva entre teoria e prática e a interdisciplinaridade. Além disso, os professores serão incentivados a adotarem metodologias inovadoras, centradas no modelo do aprender fazendo e no método da problematização, visando preparar os alunos para uma atuação articulada com a realidade local e regional.

Mobilidade Acadêmica na Graduação

Com o entendimento de que devem ser dadas ao aluno da graduação todas as oportunidades de ampliação da formação: meios, espaços e tempo diversificados, o IFPI busca integrar-se a grupos de instituições públicas federais junto ao CONIF para desenvolver o Programa de Mobilidade Acadêmica. Assim, todos os alunos das instituições conveniadas, regularmente matriculados com mais de um ano de estudos poderão pleitear matrícula em qualquer das instituições universitárias, que entre si celebram o convênio, com vistas a cursar temporariamente, num período máximo de um ano e meio, disciplinas em outras instituições de qualquer parte do país, desde que haja afinidade curricular.

O convênio não se aplica à transferência de alunos, portanto, o vínculo com as IFES receptoras será temporário, dependendo para isso, da existência de vagas. A Pró-Reitoria de Ensino regulamentará o programa para todos os Campi de modo a permitir a mobilidade entre os Campi e entre instituições universitárias.

3.2.4 Processo de avaliação

A avaliação da aprendizagem dos alunos deverá verificar a qualidade do aprendizado adquirido nos conteúdos curriculares desenvolvidos, tendo como parâmetro as competências e habilidades exigidas no perfil profissional de cada curso, de acordo com o estabelecido em cada projeto pedagógico.

Devem ser utilizados metodologias e critérios específicos para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, em consonância com o sistema de avaliação e com a dinâmica curricular definidos no projeto pedagógico do curso.

O processo de avaliação da aprendizagem no IFPI deve ser desenvolvido com base na concepção de avaliação que valorize as aprendizagens críticas e reflexivas, criativas, resultantes da interação entre a teoria e prática.

Compete ao professor da disciplina elaborar as avaliações, bem como julgar criteriosamente os seus resultados. As avaliações realizadas no decorrer do semestre visam à verificação progressiva do aproveitamento do aluno e podem constar de provas escritas, provas práticas e outros instrumentos que consigam avaliar as competências, habilidades específicas e atitudes interpessoais, fundamentais para a construção do perfil profissional definido no perfil do egresso de cada curso.

3.2.5 Prática profissional, atividades complementares e estágios

No IFPI, os alunos serão estimulados desde o início do seu curso a conviverem com a realidade de sua futura prática profissional. Nessa perspectiva, a maioria das disciplinas curriculares tem previsto em sua carga horária momentos de inserção na realidade do mundo do trabalho na área de atuação do profissional formado, desde o primeiro semestre curricular.

A ênfase da prática profissional está no desenvolvimento da habilidade de tomada de decisão, cuja orientação deve ser seguida pelos professores, visando o exercício da capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas.

Atividades complementares

As atividades complementares, previstas no projeto pedagógico dos cursos de graduação, são componentes curriculares obrigatórios e objetivam propiciar ao aluno a ampliação do seu contexto formativo mediante a participação e o desenvolvimento de diferenciadas atividades técnicas, científicas, culturais, sociais, artísticas, esportivas e de línguas estrangeiras fora do currículo formal dos cursos.

Dentre as atividades previstas, que são integralizadas sob acompanhamento da Coordenação do Curso, estão: a participação em projetos e cursos de extensão; o exercício da monitoria; a condução de pesquisas de iniciação científica nas áreas de conhecimento dos cursos e áreas afins; a participação em eventos técnicos e científicos; estágios não obrigatórios; cursos em outras áreas, etc.

Essas atividades são comprovadas através de certificados e declarações, conforme o caso, com o controle da Coordenação do Curso.

Parte dessas atividades poderá ser planejada pela própria instituição, através das coordenações dos cursos, como também deverão ser buscadas pelo próprio aluno. Ressalte-se o importante papel da Instituição no que diz respeito ao incentivo e apoio a essas atividades.

Estágio curricular supervisionado

O estágio curricular tem por objetivo complementar a formação do estudante e colocá-lo em contato com a realidade do mundo do trabalho. Está regulamentado por Lei específica e, nesse sentido, para atendimento aos requisitos legais, todos os cursos Técnicos de Nível Básico e Superiores de Graduação têm o Estágio Curricular Supervisionado como componente curricular. Entretanto, a realidade dos Campi situados em cidades não industrializadas não deixa alternativa que não seja a de facultar o estágio para o aluno, mas com a abertura de realizá-lo todas as vezes que houver a possibilidade. Portanto, onde houver campo para recepção aos alunos, eles serão estimulados e encaminhados.

Outra possibilidade em vista do problema é a de adotar estratégias pedagógicas regulamentadas para suprir a necessidade do estágio.

O estágio, tanto nas suas questões administrativas como nas pedagógicas, ficará sob a gestão da Pró-Reitoria de Extensão, exceto nos cursos de Licenciaturas, na parte pedagógica, que ficará sobre a responsabilidade da área de ensino de cada Campus.

A oferta de vagas de estágio será recebida das empresas e divulgada na comunidade discente, como também será efetivado todo o trâmite documental, como: convênio com a empresa, plano de estágio, contrato de estágio, entre outros.

Todo estudante em estágio deverá ser orientado por um professor do curso que frequenta. A avaliação será feita por meio de apresentação de relatório.

Tratamento igual deverá ser dedicado àqueles estudantes que fazem seus estágios no próprio ambiente do IFPI.

3.3 Integralização dos Cursos

A dinâmica de integralização dos cursos é estabelecida no projeto pedagógico de cada curso, tendo como referência as diretrizes curriculares nacionais.

Os parâmetros de integralização curricular comuns a todos os cursos de graduação são: aprovação em todas as disciplinas curriculares, cumprimento da carga horária estabelecida para as atividades complementares, aprovação no estágio curricular supervisionado e no trabalho de conclusão de curso. Ocorrendo a integralização de acordo com esses requisitos, o curso está concluído e o aluno poderá receber o diploma correspondente.

3.4 Avanços Tecnológicos

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em sua concepção, são considerados verdadeiros fomentadores do diálogo dentro de seu território, cabendo-lhes a função de provocar a atitude de curiosidade frente ao mundo e dialogar com esse mundo numa atitude própria de pesquisa. Na relação com a pesquisa, o ato de investigar deve estar ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência, e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade.

O desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é o de ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo trajeto da formação profissional, deve representar a conjugação do saber e de mudar e se construir na indissociabilidade pesquisa, ensino e extensão. Os novos conhecimentos produzidos deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e valorização deles no plano nacional e global.

Com a publicação da Lei de Inovação Nº 10.973/2004, as instituições de ensino e pesquisa públicas foram obrigadas a dar acessibilidade às empresas, para compartilhar do conhecimento tecnológico e das pesquisas geradas nessas instituições. Para tanto, faz-se necessário que o IFPI, enquanto instituição pública de ensino e pesquisa, institua o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT. Este terá a

responsabilidade de difundir, junto à comunidade e aos pesquisadores, as políticas de inovação e as iniciativas relacionadas à propriedade intelectual e transferência de tecnologia.

Na prática, a Lei vai melhorar a eficiência do setor produtivo do Estado, através da capacitação tecnológica, e estabelecer recursos legais eficientes que contribuam para a criação de um cenário favorável ao desenvolvimento científico, tecnológico e ao incentivo à inovação. Assim sendo, para o desenvolvimento dessa política, o NIT deverá estar devidamente equipado e com o pessoal qualificado, com uma sólida capacidade científica e intelectual. Portanto, a política de Inovação do IFPI será norteadas a partir dos seguintes princípios e estratégias:

- a) instalação da sede do Núcleo de Informação Tecnológica no IFPI;
- b) formação de recursos humanos aptos a desenvolverem programas de informação empresarial, gestão tecnológica, fontes e serviços de informações tecnológicas, informações técnicas aplicadas, gestão de serviços produtivos, tecnologia da informação e planejamento estratégico;
- c) criação de uma cultura de propriedade Intelectual/ Industrial (PI) na instituição;
- d) participação institucional do IFPI nos eventos de PI e afim;
- e) aperfeiçoamento da qualidade do atendimento aos pesquisadores do IFPI e à comunidade em geral;
- f) assinatura de um serviço de informação on-line, que disponibilize notícias e informações empresariais, científicas, médicas e técnicas, em nível global;
- g) filiação do IFPI a duas associações de gestão da inovação tecnológica, tais como, ABIPTI (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica) e ALTEC (Asociación Latino-Iberoamericana de Gestión Tecnológica);
- h) divulgação dos serviços do NIT no formato on-line;
- i) assinatura do DIALOG ou DERWENT – dois dos maiores provedores de informação mundial;
- j) realização de encontros e palestras anuais de PI no IFPI com especialistas na área de PI/Patentes.

4 CORPO DOCENTE

O corpo docente do IFPI está estruturado em conformidade com o que estabelece o seu Plano de Carreira.

O Quadro 15 mostra o quantitativo de professores do IFPI nos Campi de Teresina, Floriano, Picos e Parnaíba, dados de dezembro de 2009.

Quadro 15 – Total de docentes do IFPI, 2009

CAMPUS	Sem graduação	Graduados	Aperfeiçoados	Especialistas	Mestres	Doutores
Teresina Central	--	164	05	154	92	15
Teresina Zona Sul	--	09	--	11	13	04
Floriano	-	09	-	31	17	03
Parnaíba	-	06	-	17	09	01
Picos	01	14	06	24	09	--
Total	01	202	11	237	140	27

4.1 Requisitos de Titulação

O ingresso nos cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico se fará no Nível 1, da Classe D I e no cargo de provimento efetivo de Professor Titular, no Nível Único da Classe Titular.

Para a investidura nos cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e Professor Titular, exigir-se-á aprovação em Concurso Público de provas ou de provas e títulos.

São requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos integrantes do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

- a) cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: possuir habilitação específica obtida em licenciatura plena ou habilitação legal equivalente;
- b) cargo de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico: ser detentor do título de doutor ou de Livre-Docente.

4.2 Critérios de Seleção

A seleção é feita através de Concurso Público de provas ou de provas e títulos cujo edital que regerá o referido Concurso disporá sobre as habilitações específicas requeridas para ingresso nos cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e estabelecerá os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.

4.3 Política de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

O Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico está disposto na Lei nº 11.874, de 22/09/2008, publicada no DOU de 23/09/2008.

Objetivando aumentar o nível de qualificação dos docentes do IFPI foram efetivados vários convênios com IES de outros Estados para a realização de Mestrados e Doutorados interinstitucionais, conforme mostra o Quadro 16.

Quadro 16 – Convênios consolidados em MINTER e DINTER

Convênios	Nº de Docentes/Curso	
	Mestrado	Doutorado
PPG-CEM/UFRN/CEFET-PI	18	4
PPG-GTA/ULBRA/CEFET-PI	9	7
PPG-CIM/ULBRA/CEFET-PI	16	0
PPG-EDUCAÇÃO/ULBRA/CEFET-PI	15	0
PPG-Letras/UFPE/CEFET-PI	0	5
PPG-EL/UFC	11	0
PPG-GEOGRAFIA-UNESP-RIO CLARO/CEFET-PI	16	07
PPG-CEP/UFRN/CEFET-PI	17	0
Total	102	23

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (2009).

5 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

O quadro de pessoal técnico-administrativo em educação do IFPI está estruturado em conformidade com o que estabelece o seu Plano de Carreira.

O Quadro 17 mostra o quantitativo de servidores do IFPI nos Campi de Teresina, Floriano, Parnaíba e Picos, dados de dezembro de 2009.

Quadro 17 – Total de pessoal técnico-administrativo do IFPI, 2009

CAMPUS	Sem graduação	Graduados	Aperfeiçoados	Especialistas	Mestres	Doutores
Teresina Central	59	12	--	48	05	--
Teresina Zona Sul	03	03	--	07	--	--
Floriano	04	10	-	08	01	-
Parnaíba	04	10	-	10		-
Picos	03	10	--	11	--	--
Total	73	45	-	84	06	-

5.1 Critérios de Seleção

A seleção é feita através de Concurso Público de provas ou de provas e títulos cujo edital que regerá o referido Concurso disporá sobre a escolaridade e experiência requeridas para ingresso nos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação e estabelecerá os critérios eliminatórios e classificatórios do certame.

5.2 Política de Qualificação, Plano de Carreira e Regime de Trabalho

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação está disposto na Lei nº 11.091, de 12/01/2005, publicada no DOU de 13/01/2005.

6 CORPO DISCENTE

6.1 Políticas de Atendimento aos Discentes

Todos os setores administrativos e pedagógicos do IFPI atuam de forma consistente para garantir acesso democrático e permanência com qualidade a todos os seus alunos. Nesse sentido, adota programas de apoio, sempre baseados em indicadores que garantam a qualidade da formação.

Indicadores de qualidade educacional

Os indicadores da qualidade na educação baseiam-se numa visão ampla de qualidade educativa e, por isso, abrangem sete dimensões: ambiente educativo; prática pedagógica e avaliação; processo ensino e aprendizagem; gestão escolar democrática; formação e condições de trabalho dos profissionais da escola; ambiente físico escolar; acesso e permanência dos alunos na escola.

Quanto ao ambiente educativo, os indicadores são os seguintes:

- a) respeito mútuo entre os diversos atores da comunidade;
- b) alegria no trabalho e na convivência;
- c) amizade e solidariedade;
- d) disciplina e coerência nas atividades executadas;
- e) combate à discriminação ao exercício dos direitos e deveres.

Quanto à prática pedagógica e avaliação:

- a) reflexão coletiva sobre a proposta pedagógica da escola;
- b) planejamento coletivo das atividades educativas, das estratégias e recursos de ensino-aprendizagem e dos processos de avaliação dos alunos, incluindo a autoavaliação e a avaliação dos profissionais da escola.

Quanto ao processo ensino e aprendizagem:

- a) garantia de aprendizagem a todos os alunos;
- b) proposta pedagógica com orientações transparentes;
- c) planos de aula e concepções pedagógicas orientados no projeto político e pedagógico institucional.

Quanto à Gestão escolar democrática:

- a) participação nas decisões;
- b) preocupação com a qualidade, com a relação custo-benefício e com a transparência.

Quanto à formação e condições de trabalho dos profissionais da escola:

- a) garantia de formação aos professores e servidores técnico-administrativos;
- b) incentivo permanente à competência, assiduidade e estabilidade da equipe escolar.

Quanto ao espaço físico escolar:

- a) aproveitamento racional e integral dos recursos existentes na escola;
- b) garantia de disponibilidade e de qualidade dos recursos escolares;
- c) organização racional do espaço-tempo escolar.

Quanto ao acesso e permanência dos alunos na escola:

- a) democratização do acesso privilegiando aos menos favorecidos e excluídos sociais;
- b) preocupação com os alunos que apresentam maior dificuldade no processo de aprendizagem;
- c) erradicação da evasão escolar.

Deve-se enfatizar que não existe um modelo único para a instituição de ensino de qualidade. Qualidade é um conceito ativo, que deve ser construído e reconstruído

continuadamente. Cada instituição tem autonomia para refletir, indicar e atuar no caminho e encontro da qualidade da educação. A instituição necessita ter uma estratégia compartilhada entre os professores para fazer os alunos progredirem no conhecimento, buscando envolver as famílias, que podem exercer um papel imprescindível de estímulo na formação de seus filhos.

Programa de monitoria

A implantação da Monitoria no processo acadêmico do IFPI, além de cumprir as recomendações legais, terá como finalidade melhorar o rendimento acadêmico e diminuir índices de repetência e de evasão escolar.

As atividades de Monitoria são regulamentadas pelo Conselho Superior e têm por finalidade:

- a) auxiliar os professores nas atividades didáticas da disciplina correlata;
- b) auxiliar os alunos na realização de tarefas, na aprendizagem dos conteúdos programáticos das disciplinas;
- c) propiciar aos alunos o esclarecimento de dúvidas;
- d) colaborar com a comunicação entre professores e alunos, no componente curricular relacionado ao exercício da monitoria;
- e) acompanhar o professor titular em todas as aulas da matéria relacionada, obedecendo ao cronograma de atividades da monitoria;
- f) auxiliar os alunos, juntamente com professor, nas aulas práticas de laboratório, de campo e de pesquisa;
- g) pesquisar e disponibilizar material didático para os alunos e professores.

6.2 Formas de acesso

Para os cursos de nível superior há duas formas de ingresso no IFPI: por meio do ENEM e como portador de curso superior. Para os próximos vestibulares, seguindo orientações do Ministério da Educação referentes à necessidade de democratização do acesso ao Ensino Superior e de inclusão social, o IFPI adotará o ENEM como única forma de acesso.

Para o ensino médio e técnico o acesso ocorre através de exame classificatório realizado anualmente.

6.3 Programas de apoio pedagógico e financeiro

O IFPI atua dentro de uma filosofia de atendimento integral ao seu alunado, o que inclui atenção prioritária às suas necessidades de atendimento pedagógico. Não se desenvolve um processo de aprendizagem, sem que o docente esteja atento às dificuldades e peculiaridades apresentadas pelos alunos. Isso implica um compromisso de atenção cotidiana ao que se passa na sala de aula e em outros ambientes acadêmicos, tendo como base um clima de diálogo e a preocupação em desenvolver autonomia e autoconfiança nos discentes preparando-os para um mundo em constante mutação, que exige coragem de enfrentar problemas e de propor soluções criativas.

Nesse sentido, o IFPI desenvolverá os seguintes programas na vigência deste PDI:

- a) programa de apoio financeiro à alimentação estudantil em todos os Campi;
- b) programa de moradia estudantil nos Campi agrícolas;
- c) programa próprio de bolsas de estudos, para estudantes em situação de carência econômica, comprovada, no intuito de cumprir a finalidade específica de atendimento da demanda de carência econômica preconizada pela legislação, com o estabelecimento de critérios que fixem tais objetivos;
- d) programa de ação voluntária, para permitir aos bolsistas a contrapartida do benefício recebido, em atividades extracurriculares laborais e assistenciais, em entidades e organizações sociais comunitárias;
- e) programa de auxílio financeiro para participação em congressos e similares, quando da apresentação de trabalhos institucionais.

Atendimento à saúde do estudante

O IFPI oferece aos estudantes, de acordo com a disponibilidade no quadro de pessoal do cargo de profissional de saúde, em cada Campus, os serviços de atendimento médico, enfermagem, odontológico e psicológico educacional.

Auxílio transporte

O IFPI implementará seu programa de auxílio transporte com a finalidade de atender aos alunos carentes.

Apoio pedagógico extraclasse

A atividade pedagógica institucional não se restringe ao “assistir” a aulas, fazer trabalhos escolares, estudar para as avaliações sistemáticas, como se o educando fosse passivo nesse processo e um tarefeiro de múltiplas atividades a cumprir para tirar notas e ser aprovado ao final de um período letivo. O alunado demanda muitas vezes atendimento extraclasse, como forma de se complementar as atividades desenvolvidas em sala de aula.

No caso específico dos Campi Agrícolas, onde há moradia estudantil, esse apoio é fundamental. Isso desafia a Instituição a traçar metas para facilitar o ingresso e ainda atuar de maneira incisiva na formação pessoal, intelectual, cultural e cidadã de cada um dos estudantes. As aprendizagens educativo-culturais aqui oferecidas podem constituir-se na única oportunidade que esse estudante terá em seu período formativo escolar. Portanto, oferecer o melhor, num amplo espectro de oportunidades passa a ser obrigação de bem prestar os serviços educacionais.

Nesse sentido, o IFPI atuará de maneira incisiva na formação pessoal, intelectual, cultural e cidadã e para isso disporá de serviços de estímulo à permanência como lazer, teatro, coral, dança, orquestra, videoclube além de acompanhamento psicológico e de orientação educacional para acomodar situações de não adaptação ao ambiente escolar.

5.4 Estímulo à Permanência

As ações de estímulo à permanência do aluno na Instituição com vistas a uma plena convivência acadêmica, bem como à conclusão do curso estão descritas a seguir.

- a) Intensificação do acompanhamento das atividades acadêmicas (orientação pedagógica, frequência e rendimento).
- b) Implantação de cursos de nivelamento para os discentes.

- c) Implementação de programas de esporte, artes, lazer e culturais.
- d) Reestruturação dos programas de bolsas de estudo, monitorias, estágios e iniciação científica nas modalidades PIBIC, PICV, ITI, DTI e ATP.
- e) Recuperação de possíveis deficiências constatadas nos currículos e nas práticas pedagógicas dos docentes, com vistas ao alcance de um padrão de excelência na formação acadêmica.
- f) Implantação de mecanismos para o envolvimento dos discentes em atividades laboratoriais, de pesquisa e de prestação de serviços à comunidade.
- g) Implementação de cursos de extensão.
- h) Implantação do laboratório de Informática, com acesso permitido a todo discente, na biblioteca, que será reestruturada.
- i) Implementação do programa de combate à repetência, evasão e retenção de discentes, em módulos e disciplinas.

6.5 Organização Estudantil

O IFPI vem possibilitando a auto-organização e a estratégia para os movimentos estudantis, representados pelo Grêmio, para os discentes do ensino médio e pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Centros Acadêmicos (CAs), para os discentes dos cursos superiores. Para tanto, o IFPI disponibiliza condições de infraestrutura e de equipamentos e acesso aos ambientes de aprendizagem, para potencializar, sem obstáculos, as lutas e conquistas, oriundas da livre organização dos estudantes.

O processo formativo institucional compreende também o desenvolvimento de competências políticas e de formação de lideranças, ao lado das demais capacidades já abordadas. A vivência plural, respeitosa e ética, o debate das ideias, o respeito aos direitos individuais e coletivos, a instigação ao pensamento próprio e a liberdade à organização da representatividade estudantil serão incentivados, por meio da criação de Centros Acadêmicos e Diretório Acadêmico.

É importante ressaltar que, além desses espaços, o alunado tem assento nos órgãos colegiados institucionais, por meio de representantes eleitos.

Assim sendo, os Centros Acadêmicos e o Diretório Acadêmico têm por finalidades:

- a) promover a integração da comunidade acadêmica;
- b) colaborar para a consecução dos objetivos institucionais;

- c) defender interesses dos estudantes;
- d) preservar e zelar pelo desenvolvimento de suas atividades em harmonia com os objetivos traçados pelo IFPI.

Os meios necessários para manutenção das representações discentes são aprovados pelo Conselho Superior. A Instituição disponibiliza instalações físicas e equipamentos para o funcionamento dos Centros Acadêmicos (CAs) e Diretório (DA).

6.6 Acompanhamento dos Egressos

O IFPI tem como meta desenvolver um sistema de acompanhamento de egressos por meio da interlocução com os setores responsáveis pelas relações interinstitucionais e visa os seguintes objetivos:

- a) cadastrar os egressos do IFPI de modo a mantê-los informados sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição;
- b) promover encontros periódicos para a avaliação e a adequação dos currículos dos cursos, por intermédio das instituições e organizações sociais e especialmente dos ex-alunos;
- c) possibilitar as condições de avaliação de desempenho dos egressos em seus postos de trabalho;
- d) ter indicadores para a avaliação contínua dos métodos e técnicas didáticas e dos conteúdos empregados pela Instituição no processo ensino-aprendizagem;
- e) disponibilizar aos formados as oportunidades de emprego, encaminhadas à Instituição por parte das empresas e agências de recrutamento e seleção de pessoal;
- f) promover atividades festivas, artísticas, culturais e esportivas que visem a integração dos egressos com a comunidade interna;
- g) promover o intercâmbio entre ex-alunos;
- h) identificar junto às empresas e organizações os seus critérios de seleção e contratação;
- i) incentivar a leitura de bibliografia especializada disponível nas bibliotecas.

É fundamental nessa questão que se aproveite a experiência de todos os profissionais que passaram pelo ambiente acadêmico e que, após sua formação, possam contribuir com a visão das condições de mercado de trabalho que

encontraram e com as exigências em relação aos conhecimentos e às principais competências e habilidades que lhes foram requisitadas.

A Instituição pretende identificar as dificuldades de seus egressos e coletar informações do mundo do trabalho, com vistas a formar profissionais cada vez mais capacitados para interpretar e atuar com competência na realidade produtiva.

7 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1 Estrutura Organizacional

A organização geral do Instituto Federal do Piauí compreende:

I – Os Órgãos Colegiados

- a) Conselho Superior
- b) Colégio de Dirigentes

II – A Reitoria

- a) Gabinete
- b) Pró-Reitorias
 - b.1) Pró-Reitoria de Administração
 - b.2) Pró-Reitoria de Articulação e Integração Institucional
 - b.3) Pró-Reitoria de Ensino
 - b.4) Pró-Reitoria de Extensão
 - b.5) Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
- c) Diretorias Sistêmicas
 - c.1) Diretoria de Gestão de Pessoas
 - c.2) Diretoria de Tecnologia da Informação
- d) Auditoria Interna
- e) Procuradoria Federal

III – Os Campi

7.2 Órgãos Colegiados

Os órgãos colegiados do IFPI são o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes.

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto e tem a finalidade de formular a política geral da Instituição nos planos

acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. Tem a seguinte composição: o Reitor, como presidente; a representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos docentes, sendo o mínimo de 2 (dois) e o máximo de 5 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares; a representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada ao corpo discente, sendo o mínimo de 2 (dois) e o máximo de 5 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares; a representação de 1/3 (um terço) do número de campi, destinada aos servidores técnico-administrativos, sendo o mínimo de 2 (dois) e o máximo de 5 (cinco) representantes e igual número de suplentes, eleitos por seus pares; 2 (dois) representantes dos egressos e igual número de suplentes; 6 (seis) representantes da sociedade civil, sendo 2 (dois) indicados por entidades patronais, 2 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 2 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais, designados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; 1 (um) representante e 1 (um) suplente do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; a representação de 1/3 (um terço) dos diretores gerais de campi, sendo o mínimo de 2 (dois) e o máximo de 5 (cinco) e igual número de suplentes, eleitos por seus pares.

O Conselho Superior se reunirá, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, possuindo a seguinte composição: o Reitor, como presidente; os Pró-Reitores; os Diretores-Gerais dos Campi; os Diretores Sistêmicos.

O Colégio de Dirigentes se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

7.3 Órgãos Administrativos e Acadêmicos

A Reitoria é o órgão executivo do IFPI, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia.

O IFPI é dirigido por um Reitor, escolhido em processo eletivo pelos servidores do quadro ativo permanente (docentes e técnico-administrativos) e pelos estudantes

regularmente matriculados, nomeado na forma da legislação vigente, para um mandato de 4 (quatro) anos, contados da data da posse, permitida uma recondução. Ao Reitor compete representar o Instituto, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição.

O IFPI tem administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada, em consonância com os termos do art. 9º da Lei nº 11.892/2008, conforme disposto no Regimento Geral.

Os Diretores-Gerais dos Campi respondem solidariamente com o Reitor por seus atos de gestão, no limite da delegação.

O IFPI tem cinco Pró-Reitorias dirigidas por Pró-Reitores nomeados pelo Reitor, sendo órgãos estratégicos responsáveis pela definição de políticas e diretrizes referentes às dimensões de ensino, pesquisa, extensão, administração, planejamento e desenvolvimento institucional.

A Pró-Reitoria de Administração tem como atribuições planejar, dirigir, superintender e coordenar as atividades de administração e planejamento orçamentário da Instituição.

A Pró-Reitoria de Articulação e Integração Institucional tem como atribuições planejar, superintender, coordenar, fomentar, avaliar e acompanhar as políticas de desenvolvimento institucional e articulação em estreita interação com os demais órgãos do Instituto.

A Pró-Reitoria de Ensino tem como atribuições planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as políticas de ensino, articuladas à pesquisa e à extensão.

A Pró-Reitoria de Extensão tem como atribuições planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação tem como atribuições planejar, superintender, coordenar e acompanhar as políticas de pesquisa, integradas ao ensino e à extensão, bem como promover ações na área que fomenta a pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.

O IFPI tem duas Diretorias Sistêmicas, dirigidas por Diretores nomeados pelo Reitor, sendo órgãos responsáveis por planejar, coordenar, executar e avaliar os projetos e as atividades na sua área de atuação. A Diretoria de Gestão de Pessoas tem como atribuições planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as

atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas integrantes do Quadro de Pessoal do Instituto. A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação tem como atribuições planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas à macro-gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação no Instituto Federal do Piauí e seus Campi.

A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável não só por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

A Procuradoria Federal é o órgão de execução da Procuradoria Geral Federal responsável pela representação judicial e extrajudicial e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-as em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observada a legislação pertinente.

O Campus é uma unidade acadêmico-administrativa do IFPI instalado em município-polo de desenvolvimento do Estado, com abrangência meso ou microrregional, sendo detentor de autonomia administrativa e financeira. O Campus tem caráter interdisciplinar, realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada, com oferta de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, de educação profissional técnica de nível médio, de graduação e de pós-graduação.

Cada Campus é administrado por um Diretor Geral e tem um Conselho Diretor, como órgão de caráter consultivo, que é presidido pelo Diretor Geral.

7.4 Parcerias com a Comunidade

O IFPI tem firmado parcerias com diferentes instituições públicas e privadas, no âmbito do Estado do Piauí e de outros Estados, buscando sempre manter-se como instituição formadora articulada com a sociedade que absorve seus egressos. As parcerias dentro do Piauí são firmadas visando ampliar campos de estágios para os alunos. Em outros Estados, a finalidade é buscar parceiros para qualificar o corpo docente e técnico-administrativo.

Parceria com a Universidade Federal de Pernambuco foi firmada para a oferta de um Doutorado em Letras, tendo o IFPI como receptor e a UESPI como parceira, conforme decisão e normas oficiais da CAPES/MEC para o Doutorado Institucional, turmas fora da sede. A meta era formar 04(quatro) doutores em Teoria da Literatura e 08(oito) doutores em Linguística para o quadro da UESPI e do IFPI, totalizando 12(doze) docentes a serem qualificados, sendo 06(seis) docentes da UESPI e 06(seis) docentes do IFPI.

Parceria com a Universidade Federal do Piauí objetivou a oferta de um Mestrado em Educação Física na modalidade Minter. Foram oferecidas 08(oito) vagas com o objetivo de qualificar o quadro docente do IFPI nessa área do conhecimento.

Parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF) para promoção do Mestrado/Doutorado em Computação, na modalidade Minter/Dinter). Foram oferecidas 14(quatorze) vagas para mestre e 6(seis) para doutores para os quadros do IFPI.

Parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC) para oferta do Mestrado em Engenharia Elétrica na modalidade Minter, com oferta de 11(onze) vagas para o quadro do IFPI.

Parcerias previstas para o período deste PDI

a) Mestrado/Doutorado em Computação com a Universidade Federal Fluminense para formação de 16(dezesseis) mestres e 10(dez) doutores, tendo o IFPI como instituição receptora e tendo a UFF como instituição gestora dos recursos - 2010.

b) Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Engenharia Civil com a Universidade Federal de Pernambuco, para a formação de 11(onze) doutores do quadro do IFPI e 04(quatro) doutores do quadro da UESPI - 2010.

c) Mestrado em Educação com a Universidade Federal do Piauí (UFPI) - 2010.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para certificar os participantes do Enem que preencherem os requisitos mínimos indicados pelo INEP e pelo IFPI – a partir de 2011.

d) Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Piauí (SEDUC), com o objetivo da cessão de salas de aula e laboratório específico do curso técnico de Mecânica Automotiva do IFPI, para fins de oferta de disciplinas do referido curso para alunos

do ensino médio integrado do Centro de Tempo Integral Gov. Dirceu Arcoverde – a partir de 2011.

e) Instituto de Ciência e Tecnologia Ltda, entidade mantenedora do Instituto Galileo, com o objetivo da cessão dos laboratórios de Materiais de Construção e Instalações Prediais para a realização de aulas práticas da disciplina de Materiais de Construção a partir de 2011.

8 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O IFPI adotou no ano de 2005 os instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei no. 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria nº. 2.051, de 9 de julho de 2004. Esse sistema foi construído com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação de processos e políticas de avaliação da educação superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados, abrangendo todas as instituições de educação superior (IES), inclusive os IFs, que também estão inseridos nesse contexto.

A primeira comissão de Avaliação Institucional constituída coordenou e desenvolveu o processo de autoavaliação no IFPI atuando até dezembro de 2009.

O IFPI, ao assumir um compromisso com a qualidade da gestão, passa a incorporar a prática avaliativa como atividade constante e integradora dos processos administrativos e pedagógicos.

Objetivos da autoavaliação

a) Garantir um processo de autoavaliação com transparência e participação capaz de apontar as potencialidades e fragilidades do IFPI em relação a sua missão, aos objetivos e às ações que a instituição desenvolve na busca de melhor qualidade acadêmica.

b) Fornecer estudos e orientações que subsidiem o processo de planejamento e a implementação de medidas que conduzam à execução de um projeto acadêmico socialmente legitimado e relevante quanto a sua repercussão junto à comunidade interna e à sociedade em geral.

- c) Consolidar uma sistemática de avaliação contínua que permita o constante reordenamento das ações do IFPI.
- d) Manter a instituição em sintonia com a política nacional de avaliação.

Estratégia

A estratégia escolhida pela CPA para desenvolver o Projeto de Autoavaliação Institucional foi mobilizar e organizar os segmentos acadêmicos e a sociedade para pensar coletivamente o IFPI no que ele faz, construindo uma rede que articule os sujeitos no processo de reflexão/ação para:

- a) produzir conhecimentos sobre a instituição;
- b) definir e assumir compromissos coletivos;
- c) definir propostas de ação e caminhos alternativos para o aperfeiçoamento do PDI;
- d) organizar subcomissões, articuladas com este projeto e coordenadas pela CPA, para participar do processo de autoavaliação de cada uma das dimensões propostas pelo SINAES.

Na perspectiva de implementar essas diretrizes, o IFPI estabeleceu condutas conhecidas e aprendidas pelos agentes da Instituição, pois considera que as realizações de uma instituição se condicionam aos níveis de identificação dos atores ou de condições estruturais. Isso implica desenvolvimento de habilidades, de treinamento, de conhecimento, para que elas realmente ocorram e de forma útil à instituição.

Metodologia da Avaliação

A Autoavaliação Institucional do IFPI deverá ser referência de como se medir, analisar e julgar o mérito e a eficácia do Instituto, enquanto instituição pública de ensino. Visa à melhoria continuada, que implica nas mudanças necessárias à gestão institucional. Para tanto, levará em conta o número, a diversidade e as características dos processos que serão planejados e desenvolvidos no IFPI, com base em suas políticas e objetivos institucionais.

O desenvolvimento do processo de avaliação terá como base a leitura de documentos, a análise quantitativa e qualitativa dos dados levantados internamente, juntos às diferentes áreas do IFPI, e externamente, naqueles fornecidos pela sociedade e órgãos reguladores do MEC sobre a Instituição.

O Sistema de Avaliação Interna do Desempenho Institucional está mais voltado para a avaliação do planejamento e da gestão das atividades gerais do IFPI e será processado a cada período de dois anos. A avaliação interna do desempenho institucional será processada por uma comissão de avaliação denominada CPA (Comissão Própria de Avaliação), que tem o propósito de promover uma cultura de avaliação no IFPI ao tempo em que retratará o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo em prol da qualidade de todos os serviços prestados à sociedade.

A Avaliação Institucional desenvolvida pela CPA/IFPI adota uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões, as opiniões de toda a comunidade acadêmica, favorecendo a convergência dos canais de comunicação em torno dos objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

O Processo de Avaliação Institucional compreenderá várias etapas: planejamento, consolidação do processo, elaboração de relatório e programa de redirecionamento do processo educativo. Serão avaliadas todas as dimensões com as quais a gestão institucional do IFPI estabelece influência direta, sendo capaz de modificá-las pela ação dos gestores administrativos e acadêmicos.

O processo de autoavaliação no período deste PDI será desenvolvido em quatro etapas.

Etapas 1 - Preparação-Sensibilização

- Definição de objetivos, estratégias, metodologias, recursos e calendário das ações avaliativas.
- Aprovação dos processos no âmbito da Comissão Própria de Avaliação - CPA, Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior do IFPI.
- Elaboração de Plano de Comunicação: Realização de Seminários.
- Promover capacitação em Avaliação Institucional.

Etapas 2 - Planejamento

- Elaboração de estratégias e instrumentos de coleta de dados: questionários on-line e grupos focais.

Etapa 3 - Desenvolvimento - Ações

- Levantamento dos documentos oficiais que definem as políticas e prioridades do IFPI.
- Levantamento das Resoluções Acadêmicas do IFPI.
- Organização dos dados estatísticos referentes aos últimos 4 anos em tabelas e gráficos, de forma a permitir a visualização do desempenho do IFPI nesse período.
- Estudo dos documentos oficiais, identificando valores e concepções que os fundamentam PDI e o Plano de Gestão.
- Relatório das unidades da Administração Central frente às Metas Globais e sua consolidação em Relatório do Desempenho da Gestão.
- Seminário de autoavaliação com o *Staff* da Reitoria, tendo como base o Relatório de Desempenho da Gestão, o Plano de Gestão 2009/2010 frente às políticas institucionais, Programas Estruturantes e Metas Previstas.
- Seminário de autoavaliação com os Colegiados Superiores sobre o PDI, para o seu redimensionamento frente às exigências internas e externas da nova institucionalização: IFs.
- Avaliação da docência, compreendendo autoavaliação do estudante, autoavaliação do docente, a avaliação do docente pelo discente e das condições de ensino que integra a dimensão ensino.
- Análise e interpretação dos dados.
- Elaboração dos relatórios parciais.

Etapa 4 - Consolidação

- Elaboração do relatório final.
- Divulgação dos resultados.
- Acompanhamento na tomada de decisão com base nos resultados da avaliação.
- Balanço crítico e lançamento de metas para o próximo período.
- Proposições e medidas para correção de rumos do IFPI.
- Seminário: apresentação, com a presença do Reitor, de um seminário e discussão com a comunidade acadêmica.
- Aprovação dos Planos de intervenção e medidas para aperfeiçoar o PDI.
- Encaminhamento aos colegiados do IFPI e ao MEC.
- Publicação dos resultados da autoavaliação.

Ao final dessa etapa, os relatórios serão encaminhados aos colegiados do IFPI, ao INEP/MEC, ocasião em que deverão ser publicados no âmbito externo da instituição.

Dimensões da Avaliação com respectivas ações

Ensino

- a) Avaliar a coerência do conjunto de atividades educativas, em suas formas e conteúdos, com as funções essenciais da instituição.
- b) Avaliar as práticas e atitudes pedagógicas, considerando se há maior ênfase na transmissão de informações (exteriores ao aluno) ou na experiência pessoal do conhecimento (participação do sujeito).
- c) Observar se os currículos estão logicamente organizados, obedecendo a padrões mínimos de pré-requisitos e diretrizes do MEC.
- d) Avaliar se os currículos estão alinhados com as metas estabelecidas.

Pesquisa

- a) As atividades acadêmicas de produção científicas e tecnológicas serão avaliadas em dois aspectos: as pesquisas individuais isoladas devem ser avaliadas de acordo com os critérios usuais de número de publicações (periódicos indexados pela CAPES) e as participações em congressos nacionais e internacionais, projetos aceitos pelas instituições de fomento, número de trabalhos científicos defendidos informados por relatórios semestrais, com divulgação de objetivos propostos, objetivos atingidos e gastos realizados.

Pós-Graduação

- a) As pós-graduações serão avaliadas pelos critérios estabelecidos pela CAPES/CNPq por comissões especificamente qualificadas.
- b) Será avaliado o processo de articulação da Pesquisa com as demais atividades acadêmicas.

Extensão

- a) Avaliar as ações de extensão e intervenção social e o impacto dessas na formação técnica e científica.
- b) Avaliar os impactos das atividades da Instituição na qualidade de vida da população, em aspectos como educação, saúde, lazer, cultura, cidadania e solidariedade.
- c) Avaliar se predominam, na gestão, as finalidades educativas ou as rotinas burocráticas.
- d) As atividades de estágio devem ser avaliadas semestralmente pelos gerentes, coordenadores, docentes e discentes, através de relatório conjunto de sugestões para sanear problemas, bem como os gerentes.

Infraestrutura

- a) Avaliar a densidade populacional na instituição e quais os respectivos valores, bem como a densidade média em relação a servidores, alunos e visitantes e o total da população, verificando a compatibilidade com os critérios recomendados pelo MEC.
- b) Avaliar os pavimentos quanto às instalações sanitárias, capacidade do estacionamento para as pessoas portadoras de necessidades especiais, quantidade de quadras esportivas, número de laboratórios e campos de futebol.
- c) Avaliar semestralmente o processo de licitação para cantinas dentro de padrões, requisitos mínimos de qualidade e atendimento. Analogamente, para todos os prestadores de serviços.
- d) Avaliar se a relação livro/leitor está em conformidade com as diretrizes da UNESCO e MEC/CNPq.

Políticas de pessoal, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

- a) Avaliação da coerência da constituição e formação do corpo docente e técnico-administrativo, em relação com as funções essenciais da Instituição.
- b) Avaliação das políticas de formação continuada dos servidores.
- c) Avaliação da articulação entre professores das diferentes disciplinas, dos distintos cursos ou áreas.

- d) Avaliação dos programas comprometidos com a melhoria da qualidade de vida do servidor.
- e) Avaliação contínua do Plano de Capacitação Institucional.

Políticas de atendimento a estudantes e egressos

- a) Avaliação das atividades e recursos institucionais em geral, em termos do favorecimento também da auto-formação do discente.
- b) Avaliação das medidas institucionais para incentivar a participação dos egressos na vida da Instituição.
- c) Avaliação dos principais indicadores da qualidade de vida estudantil no espaço institucional (lazer, cultura, atendimento à saúde e alimentação).
- d) Avaliação da situação de trabalho dos egressos e eventuais interferências deste fato nas atividades institucionais.

Formas de participação da comunidade acadêmica

A comunidade acadêmica do IFPI tem participação ativa no processo de avaliação institucional através das comissões formadas por representantes de cada categoria, a saber: docentes, alunos, servidores técnico-administrativos, com representatividade dos diferentes setores que constituem o Instituto.

Cada um dos segmentos da comunidade acadêmica avalia a gestão, a infraestrutura, as formas de interação entre as pessoas, e também se autoavalia. Falhas são apontadas, seguidas de propostas de medidas para a sua eliminação.

Utilização dos Resultados

Os resultados obtidos com todas as ações avaliativas são utilizados para subsidiar as decisões relativas ao planejamento e gestão do IFPI, objetivando a melhoria da qualidade dos cursos, envolvendo o currículo, o desempenho docente e as condições de infraestrutura.

A partir dos resultados das ações avaliativas ocorre o re-planejamento das atividades em todos os níveis, com a tomada de decisões administrativas com vistas à melhoria do desempenho da Instituição em todos os seus níveis de gestão.

Exemplos de ações implementadas a partir dos resultados da autoavaliação institucional são:

- a) indicativos para o aprimoramento da gestão participativa e dos procedimentos de autoavaliação;
- b) redirecionamento da infraestrutura física e acadêmica e recursos financeiros e orçamentários;
- c) revisões contínuas dos projetos pedagógicos de cada curso, reestruturação das linhas de pesquisas científicas e tecnológicas existentes e a indicação de novas linhas;
- d) ampliação da produção científica e tecnológica;
- e) implementação de novos projetos e programas de desenvolvimento e responsabilidades e compromissos sociais;
- f) melhoria do Plano de Capacitação Institucional;
- g) análise dos resultados das avaliações para posterior ajuste das metas;
- h) divulgação ampla dos resultados após as avaliações.

9 INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA

A infraestrutura física de cada Unidade do IFPI foi projetada para atender de forma satisfatória o funcionamento dos cursos já autorizados, bem como a implantação dos novos cursos previstos para este PDI.

Todo o espaço destinado ao funcionamento dos cursos, oferecidos e previstos, foi projetado para oferecer as condições próprias de uma instituição voltada para o bom desempenho dos serviços por ela prestados à sociedade. Nesse sentido é vista com muito cuidado toda a infraestrutura, tanto no que diz respeito à dimensão dos espaços disponíveis, como às condições de iluminação, ventilação, áreas de circulação, e dependências adequadas ao bom funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas.

Como espaços de convivência e lazer, o Instituto oferece à sua clientela auditório, lanchonetes e ginásio de esportes.

Laboratórios

No projeto pedagógico dos cursos técnicos e de graduação as atividades práticas têm importância fundamental, sendo os laboratórios espaços indispensáveis

no desenvolvimento dessas atividades. Todos os laboratórios têm um técnico responsável, com acompanhamento permanente dos professores usuários, e dispõem de equipamentos modernos com suporte de manutenção periódica.

Nos Laboratórios de Informática, os computadores têm acesso à internet, permitindo aos docentes e alunos a atividade de pesquisa e a comunicação rápida com instituições científicas nacionais e estrangeiras.

A maioria dos laboratórios está equipada com a disponibilidade de um equipamento para cada dois alunos. No entanto, quando a prática exige, há situações em que a relação equipamento-aluno é 1/1 (um por um).

Além dos laboratórios, alguns cursos de graduação têm também outros ambientes de prática dentro da Instituição, que são também espaço para realização de estágio curricular.

Os Quadros a seguir apresentam de forma resumida a infraestrutura física dos Campi do IFPI.

Recursos Didáticos

O IFPI em cada um de seus Campi dispõe de vários equipamentos didáticos para uso em sala de aula, dentre os quais: retroprojetores, televisores, aparelhos de DVD, projetores multimídia, quadros multimídia, aparelhos de som, caixas de som com microfones sem fio, telas para projeção.

Biblioteca

Cada Campus do IFPI tem sua biblioteca cujo acervo bibliográfico está constituído pelos livros indicados como bibliografia básica e complementar das disciplinas curriculares, obras de referência, periódicos nacionais e internacionais, revistas de atualidades, jornais, vídeos, DVDs e softwares educativos.

Os serviços oferecidos pela Biblioteca de cada Campus são: consulta local e via internet, empréstimo domiciliar, empréstimo especial, exposição de livros novos, levantamento bibliográfico, normalização de trabalhos científicos, reprografia, comutação bibliográfica, acesso a banco de dados nacionais e internacionais; serviços de busca de informações em artigos de periódicos, dentre outros.

O acervo é atualizado a cada semestre letivo, tendo como referência para a aquisição de novos títulos a indicação dos professores. O sistema funciona com a

seguinte estratégia: no semestre anterior, os professores enviam à Coordenação de Curso a lista de livros, periódicos e outros materiais de relevância para sua disciplina, que precisam ser adquiridos para o semestre seguinte; a Coordenação de Curso encaminha as listas de seus professores para a Biblioteca, que providencia a aquisição.

10 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

Para a inclusão de pessoas com deficiências, o Instituto possui rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes, reserva de vagas em seus estacionamentos, elevadores de acesso a todos os pavimentos dos blocos da edificação.

No propósito de melhorar as condições de acessibilidade e já implantadas estão previstas as ações a seguir na vigência deste PDI:

- a) ampliação do número de rampas de acesso;
- b) implantação de elevadores em prédios que ainda não tenham este recurso;
- c) adequação de mais salas de aula, laboratórios e banheiros;
- d) ampliação de estacionamento apropriado;
- e) aquisição de recursos didáticos pedagógicos adequados aos deficientes visuais e auditivos.

A disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida como disciplina obrigatória nos cursos de graduação em licenciatura e como disciplina optativa em todos os cursos de graduação em bacharelado.

11 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A sustentabilidade financeira para a execução das atividades previstas no PDI é norteadas com base na evolução histórica dos orçamentos dos últimos cinco anos e nas previsões de projetos de ensino, pesquisa e extensão, que geram recursos financeiros com a execução de cursos, produção científica e prestação de serviços às instituições e empresas.

A gestão dos recursos é regida pelos princípios da Administração Pública regulados pela legislação pertinente.

Os investimentos são orientados por atividades e projetos previstos nos orçamentos fiscais e de seguridade social da União. A proposta orçamentária encaminhada nos últimos cinco anos foi compatível com os limites estabelecidos para o IFPI. Com exceção dos recursos inerentes à manutenção de pessoal, o desembolso financeiro é discriminatório, podendo, no entanto, sofrer contingenciamento pelo Governo Federal, através do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, em virtude do cumprimento de metas relacionadas à manutenção do superávit primário.

O Quadro 18 apresenta a previsão de receitas e despesas para a vigência deste PDI, detalhando os recursos previstos para despesas com pessoal, com manutenção da infraestrutura física e de serviços, investimentos, capacitação de pessoal, dentre outros.

Quadro 18 - Previsão de receitas e despesas 2010-2014

RECEITAS					
	2010	2011	2012	2013	2014
RECEITAS PRÓPRIAS	1.488.939,69	1.637.833,66	1.801.617,02	1.981.778,73	2.179.956,60
Administrativas	19.478,90	21.426,79	23.569,47	25.926,42	28.519,06
Educação	1.251.349,32	1.376.484,25	1.514.132,68	1.665.545,94	1.832.100,54
Outras Receitas Correntes	94.410,87	103.851,96	114.237,15	125.660,87	138.226,95
Taxa de Inscrição	123.700,60	136.070,66	149.677,73	164.645,50	181.110,05
RECEITAS TESOURO	108.048.202,07	133.432.824,34	146.776.106,78	161.453.717,45	177.599.089,20
RECEITA TOTAL	109.537.141,76	135.070.658,00	148.577.723,80	163.435.496,18	179.779.045,80
DESPESAS					
DESPESAS CORRENTES					
1 DESPESAS COM PESSOAL	73.068.481,38	69.107.644,00	76.018.408,40	83.620.249,24	91.982.274,16
Pessoal Ativo	60.724.406,49	53.467.941,00	58.814.735,10	64.696.208,61	71.165.829,47
Pessoal Inativo	12.344.074,89	15.639.703,00	17.203.673,30	18.924.040,63	20.816.444,69
2 DESPESAS CUSTEIO	23.633.869,09	34.966.585,00	38.463.243,50	42.309.567,85	46.540.524,64
2.1 BENEFÍCIOS	4.498.419,02	4.618.766,00	5.080.642,60	5.588.706,86	6.147.577,55
Auxílio Creche	123.582,25	110.269,00	121.295,90	133.425,49	146.768,04
Auxílio Alimentação	3.165.681,92	3.293.487,00	3.622.835,70	3.985.119,27	4.383.631,20
Auxílio Transporte	31.480,09	42.505,00	46.755,50	51.431,05	56.574,16
Assistência Médica	1.177.674,76	1.172.505,00	1.289.755,50	1.418.731,05	1.560.604,16
2.2 MANUTENÇÃO	19.135.450,07	30.347.819,00	33.382.600,90	36.720.860,99	40.392.947,09
Assistência ao Educando	2.202.341,21	5.575.129,00	6.132.641,90	6.745.906,09	7.420.496,70
Auxílio ao Pesquisador	285.848,62	314.433,48	345.876,83	380.464,51	418.510,96
Diárias	1.199.206,00	1.379.086,90	1.516.995,59	1.668.695,15	1.835.564,66
Capacitação	327.906,50	1.787.517,00	1.966.268,70	2.162.895,57	2.379.185,13
DIVERSOS	15.120.147,74	21.291.652,62	23.420.817,88	25.762.899,67	28.339.189,63
TOTAL CORRENTE	96.702.350,47	104.074.229,00	114.481.651,90	125.929.817,09	138.522.798,80
DESPESAS CAPITAL					

1 OBRAS	2.377.324,48	21.889.289,00	24.078.217,90	26.486.039,69	29.134.643,66
Reestruturação	587.726,55	21.245.911,00	23.370.502,10	25.707.552,31	28.278.307,54
Expansão	1.790.597,92	643.378,00	707.715,80	778.487,38	856.336,12
Fomento ao Desenvolvimento da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Funcionamento da Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 MATERIAL PERMANENTE	10.457.466,81	9.107.140,00	10.017.854,00	11.019.639,40	12.121.603,34
Acervo	661.264,86	801.077,00	881.184,70	969.303,17	1.066.233,49
Equipamentos Informática	1.775.450,43	1.952.995,47	2.148.295,02	2.363.124,52	2.599.436,97
Mobília	6.228.344,72	4.381.420,05	4.819.562,06	5.301.518,26	5.831.670,09
DIVERSOS	1.792.406,80	1.971.647,48	2.168.812,23	2.385.693,45	2.624.262,80
3 AQUISIÇÃO IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CAPITAL	12.834.791,29	30.996.429,00	34.096.071,90	37.505.679,09	41.256.247,00
DESPESA TOTAL	109.537.141,76	135.070.658,00	148.577.723,80	163.435.496,18	179.779.045,80

Fonte: Diretoria de Administração e Planejamento (2009)